



EST. 1833

BANCO
CARREGOSA

CVBREGOSA

BANCO

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS 2015



**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

ÍNDICE

1. SÍNTESE DE INDICADORES.....	1
2. ESTRUTURA ACIONISTA E ÓRGÃOS SOCIAIS	2
3. MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
4. RELATÓRIO DE GESTÃO.....	4
4.1. O Banco Carregosa	4
4.2. Principais Eventos de 2015.....	6
4.3. Política de Comunicação e Responsabilidade Social.....	9
4.4. Organização Interna e Segmentos de Negócio	13
4.5. Enquadramento Económico e a Situação dos Mercados Financeiros.....	16
4.6. Síntese da Atividade	18
5. ANÁLISE ÀS CONTAS.....	31
5.1. Contas Individuais	31
5.2. Contas Consolidadas.....	41
6. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE SOBRE INFORMAÇÃO FINANCEIRA.....	42
7. EVENTOS SUBSEQUENTES	42
8. INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO ARTº 66 DO C.S.C.	42
9. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E COLABORADORES	43
9.1. Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização	43
9.2. Remuneração dos restantes Colaboradores do Banco L. J. Carregosa, S.A.	44
10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	46
11. AGRADECIMENTOS	46
ANEXOS CONTAS CONSOLIDADAS.....	47
ANEXOS CONTAS INDIVIDUAIS.....	87
ANEXOS – INFORMAÇÃO PRUDENCIAL.....	124
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	139
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	147
EXTRATO DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS NA ASSEMBLEIA GERAL DE 30 DE MAIO DE 2016.....	150



BANCO
CARREGOSA

INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO

1. SÍNTESE DE INDICADORES

CONTAS INDIVIDUAIS	2015	2014 ^(*)	2014	2013
Margem Financeira	5.473.493	3.727.904	3.727.904	4.821.917
Comissões Líquidas	4.697.611	4.009.905	4.009.905	2.716.726
Resultados de Operações Financeiras (Líquidas)	635.414	6.074.037	5.109.940	12.032.793
Outros Resultados de Exploração	(168.857)	(138.143)	(138.143)	(580.600)
Produto Bancário	10.637.661	13.673.703	12.709.606	18.990.836
Custos com o Pessoal	(3.744.658)	(3.430.326)	(3.430.326)	(3.372.816)
Outros Gastos Administrativos	(4.463.702)	(4.129.974)	(4.129.974)	(3.716.633)
Custos de Estrutura	(8.208.360)	(7.560.300)	(7.560.300)	(7.089.449)
Amortizações	(573.157)	(547.320)	(547.320)	(874.989)
Provisões	(165.669)	171.636	171.636	(579.502)
Imparidades	(591.339)	(4.561.192)	(4.561.192)	312.149
Resultado Antes de Impostos	1.099.136	1.176.527	212.430	10.759.045
Impostos	(281.719)	(180.480)	(180.480)	(3.709.881)
Resultado Líquido	817.417	996.047	36.742	7.049.164

(*) - Valores reexpressos - Ver ponto 2.1 - Bases de apresentação e comparabilidade - Alteração de política contabilística (IAS 8) - Pag. 55

	2015	2014 ^(*)	2014	2013
Total do Ativo Líquido	228.224.913	198.685.655	198.683.075	228.858.967
Capitais Próprios	30.530.931	33.961.995	33.959.415	38.657.129
Fundos Próprios	31.706.753	33.913.021	34.928.378	33.298.095
Depósitos de Clientes	161.267.872	120.336.085	120.336.085	95.089.633
Crédito Concedido / Depósitos de Clientes	47,65%	42,74%	42,74%	41,06%
Crédito Vencido / Crédito Concedido	0,80%	13,39%	13,39%	0,32%
Rendibilidade de Ativos Médios (ROA)	0,38%	0,47%	0,02%	3,09%
Rendibilidade de Capitais Próprios Médios (ROE)	2,53%	2,74%	0,10%	20,07%
Rácio de Solvabilidade	17,99%	19,20%	19,70%	20,45%
Margem Financeira / Ativo Remunerado	3,39%	2,03%	2,03%	2,61%
Custos de Estrutura / Produto Bancário	82,55%	59,29%	63,79%	37,33%

2. ESTRUTURA ACIONISTA E ÓRGÃOS SOCIAIS ¹

BANCO L.J. CARREGOSA, S.A.

	MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Luís Manuel de Faria Neiva dos Santos	PRESIDENTE
Maria Manuela Pereira Antunes Matias	Secretária
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva	PRESIDENTE
António José Paixão Pinto Marante	Administrador
Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves	Administrador
Nuno Rafael Domingues dos Santos Reis Maya	Administrador
Pedro José Malheiro Duarte	Presidente da Comissão Executiva (CE)
Paulo Armando Morais Mendes	Vogal da CE
Francisco Miguel Melhorado de Oliveira Fernandes	Vogal da CE
Paulo Martins de Sena Esteves	Vogal da CE
	CONSELHO FISCAL
Maria da Graça Alves Carvalho	PRESIDENTE
Manuel José Lemos de Ferreira Lemos	Vogal
Eduardo Maria Lopes Rothes Barbosa	Vogal
André de Castro Amorim	Vogal (Suplente)
Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados representado por Joaquim Manuel Martins da Cunha	REVISOR OFICIAL DE CONTAS (SROC)
António Magalhães & Carlos Santos	Suplente (SROC)

ACIONISTAS COM PARTICIPAÇÕES SUPERIORES A 5% DO CAPITAL SOCIAL

Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva
Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves
Amorim Projetos, SGPS
António José Paixão Pinto Marante

Os membros dos Órgãos Sociais, para o triénio 2015-2017, foram eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas realizada em 27 de maio de 2015.

¹ Ver informação adicional em Eventos Subsequentes.

3. MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ex. mo Senhor Presidente da mesa da Assembleia Geral,

Senhores Acionistas,

Esta é já a sétima vez que com muito gosto me dirijo aos Senhores Acionistas por ocasião de mais um exercício do Banco Carregosa.

Curiosamente o ano de 2015 decorreu num ambiente em tudo semelhante ao do ano anterior. Na verdade, se no ano de 2014 houve um colapso surpreendente, que como é natural muito prejudicou o mercado já de si tão deprimido, no ano de 2015 assistimos a uma outra resolução – um caso não tão sistémico, mas igualmente pouco consensual. E tudo isto num ambiente em que se adensam os receios de deflação (as tentativas feitas para reanimar a economia parecem não estar a resultar), em que os Bancos estrangeiros regressam aos seus países de origem encerrando ou diminuindo as suas operações em Portugal esboçando um outro problema também preocupante que é a omnipresença dos mais fortes.

O clima é de grande incerteza – a incerteza dos nossos tempos parece ser maior ou demorar mais a passar – adensada pela continuada revisão e ampliação da regulamentação.

Queremos acreditar de que mesmo estes tempos algo confusos nos continuam a confirmar que há lugar para um Banco como o Banco Carregosa de pequena dimensão, mas com uma enorme vontade de apurar o seu sentido de serviço a clientes e de consolidar o seu lugar no mercado.

Para construir uma base sólida, em 2015 revimos as linhas estratégicas para os próximos 3 anos, mantendo o foco na Banca Privada, a que juntamos um serviço específico para clientes particulares com elevado potencial de aforro e investimento.

Continuamos a encarar novos projetos sem esquecer a nossa idiossincrasia e o nosso elevado nível de exigência.

Contamos neste projeto com o envolvimento, competência e dedicação de todos os colaboradores, certos de que só com o seu empenho o Banco alcançará os resultados ambicionados.

O Banco Carregosa terminou o ano de 2015 com resultados positivos de 817 mil euros, fundos próprios de 31,7 milhões de euros e um rácio de solvabilidade de 18%, confortavelmente acima do exigido. Mas almejamos muito mais: sem ignorar o curto prazo, numa entidade centenária estamos habituados a projetar o futuro e é esse que hoje nos ocupa para assegurar a sustentabilidade do Banco Carregosa.

Esperamos que em tudo isto os Senhores Acionistas saibam ver que a nossa maior preocupação é sempre continuar a merecer a vossa confiança.

Muito obrigada,

Maria Cândida Rocha e Silva

Presidente do Conselho de Administração

4. RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração do Banco Carregosa apresentar o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2015.

Em cumprimento do Código das Sociedades Comerciais, este documento inclui, ao longo do respetivo texto e das notas às demonstrações financeiras, informação a que se refere cada uma das rubricas obrigatórias elencadas no art.º 66 nº 5 (Relatório de Gestão).

4.1. O Banco Carregosa

O Banco Carregosa resulta da incorporação por fusão e transformação em banco de uma instituição secular, que já nas suas origens se dedicava à poupança e ao investimento. Pioneira e vanguardista, a casa de câmbios criada em 1833, antecedeu a própria criação do Banco de Portugal, que vem a ocorrer em 1843. Mas é Lourenço Joaquim Carregosa, um dos sócios na década de 70 do século XIX, que dá o nome à casa, que passa a ser conhecida como L.J. Carregosa, desde essa altura até ao início do século XXI.

Durante o século XX, a empresa mantém-se nos números 276-278 da Rua das Flores, no Porto, onde abriu portas originariamente. Este edifício, histórico para a instituição, mantém-se na esfera do Banco que está agora sediado na Avenida da Boavista e que conta com duas agências em Lisboa e um escritório de representação em Madrid.

Ao longo do século XX a casa Carregosa apurou a sua vocação nas áreas de gestão de patrimónios, câmbios, papéis de crédito e serviços financeiros. Em 1994, os sócios da L. J. Carregosa & Cª Lda constituíram a L. J. Carregosa – Sociedade Corretora que se veio a transformar em sociedade financeira de corretagem em 2001.

Ao virar do século XXI, foi dado um passo pioneiro com o lançamento do primeiro serviço de corretagem *online* em Portugal e celebrou uma parceria com o dinamarquês Saxo Bank que desenvolveu, para Portugal, a plataforma mais avançada para a negociação no mercado de capitais, hoje utilizada em todo o mundo, pelas mais diversas instituições financeiras. A evolução da negociação *online* levou ao lançamento da marca GoBulling, em 2007, um conjunto de plataformas e serviços inicialmente destinados a canalizar o investimento *online* centrado nos mercados financeiros.

Com a atribuição da licença para exercer a atividade bancária, em 2008, a L.J. Carregosa dá lugar ao Banco Carregosa.

O Banco Carregosa é uma instituição focada no segmento de banca privada. Presta serviços bancários e de investimento de excelência, de forma totalmente personalizada e especializada. Dirige-se a clientes que privilegiam, acima de tudo, a proteção do património, procurando alguma valorização através de um aconselhamento profissional e exclusivo.

Honrando o seu legado institucional, o Banco Carregosa rege a sua atuação pelos valores tradicionais da banca, privilegia o contato pessoal e personalizado, assume-se conservador na avaliação do risco, procura ter o conhecimento profundo da situação financeira e dos objetivos do cliente, para prestar um aconselhamento verdadeiramente independente e profissional.

Para o segmento dos clientes particulares e famílias, o Banco providencia serviços financeiros genéricos, soluções de poupança, gestão de ativos, execução (corretagem tradicional e *online*), incluindo a subscrição de fundos de investimento e custódia, bem como um serviço de aconselhamento abrangente em matérias relacionadas com a gestão do património, incluindo apoio na definição e gestão do processo de investimento e na estruturação do património.

Esta oferta é complementada com soluções de poupança e de investimento ajustadas às necessidades de clientes que preferem gerir diretamente o seu próprio património, através dos mais recentes e avançados processos tecnológicos de negociação (canais digitais/*online*).

O Banco oferece ainda um conjunto de soluções a investidores institucionais e empresas, incluindo soluções *corporate* e de gestão e cobertura de risco, execução e custódia, serviços de depositário de Fundos de Investimento de natureza diversa e serviços de liquidação e compensação no âmbito do MIBEL – Mercado Ibérico de Eletricidade.

As linhas estratégicas definidas pela Administração para o período 2012-2014, assentaram no conceito “Um Banco, Uma Marca, Um Projeto, Uma Equipa”, visando, entre outros objetivos, o esbatimento da separação do serviço existente entre a Banca Privada e o Mercado de Capitais.

Em 2015, com a recondução do Conselho de Administração a marcar o início de mais um mandato, procedeu-se a uma revisão da estratégia, aprofundando as orientações anteriores, com base nas seguintes linhas mestras:

- Manutenção de um posicionamento de Banca Privada, focado nos segmentos de particulares de elevado património e, bem assim, de particulares afluentes com elevado potencial de poupança/investimento;
- Para se afirmar crescentemente como a referência nos segmentos alvo, o Banco Carregosa apostará no desenvolvimento e disponibilização de soluções tecnológicas de ponta, na diferenciação suportada pela inovação, excelência do serviço e no aconselhamento e gestão de ativos;
- Adoção de uma marca única para o negócio bancário, centrada na identidade corporativa do Banco Carregosa.

4.2. Principais Eventos de 2015

Janeiro

- A GoBulling foi nomeada pelo 4^a ano consecutivo para o prémio “Euronext Lisboa Awards”, de 2015, na categoria “*Best Capital Market Promotion Event - Dedicated to Retail Investors*” pela organização conjunta com o Jornal de Negócios do “Jogo de Bolsa”.
- As plataformas GoBulling Pro e GoBulling Pro GO, utilizadas pelo Banco em parceria com o Saxo Bank, obtiveram vários prémios internacionais ao longo do ano de 2015.
- O Banco Carregosa apresentou o depósito indexado “Carregosa Cabaz Ações Zona Euro” um depósito pelo prazo de 2 anos, com garantia de capital no vencimento e remuneração dependente da rentabilidade de quatro ações de empresas da Zona Euro – ASML Holding, Fresenius Medical Care, Airbus Group e Heineken.

Março

- A Gobulling, utilizada ao abrigo do protocolo com a DECO, foi considerada pela Proteste Investe a melhor opção entre os intermediários nacionais nos cinco perfis de investidores analisados.
- Foi lançado o depósito indexado “Carregosa Cabaz Ações Rendimento Mais”, com prazo de dois anos e remuneração variável indexada à rentabilidade de quatro ações europeias – Imperial Tobacco Group PLC, Red Eléctrica Corporation, Daimler AG e Roche Holding AG.

Abril

- Teve início o depósito indexado “Carregosa Cabaz Ações Consumo”, com remuneração mínima garantida e cuja remuneração variável é dependente da rentabilidade de quatro ações europeias: Vivendi, Compagnie Financière Richemont, PSA Peugeot Citroën e Wolters Kluwer.

Maio

- Foi realizado um inquérito de satisfação junto dos clientes do canal *online* que permitiu conhecer melhor as suas necessidades e os fatores críticos de fidelização.
- Tendo em vista o reforço da segurança, considerado um dos pilares fundamentais da oferta de produtos e serviços financeiros online, o Banco Carregosa introduziu um código multifator no acesso ao seu *homebanking*.
- Foi lançado o depósito indexado “Carregosa Cabaz Ações Sul da Europa”, pelo prazo de 2 anos, com garantia de capital e remuneração variável indexada à rentabilidade de um cabaz equiponderado de quatro ações europeias: CTT-Correios de Portugal, Amadeus, Kering e ENI.

- O Banco Carregosa atuou, juntamente com outras instituições, como colocador na Oferta Pública de Subscrição (OPS) do empréstimo obrigacionista da Futebol Club do Porto, SAD. A emissão de Obrigações “FC Porto SAD 2015-2018” resultou na colocação de € 45.000.000, representados por 9.000.000 de Obrigações, de valor nominal de € 5 cada.

Junho

- Foi lançado o depósito indexado “Carregosa Shiller CAPE Europe junho 2017”, um depósito indexado pelo prazo de 2 anos, com garantia de capital e remuneração dependente da rentabilidade do índice acionista “Shiller Barclays CAPE™ Europe Sector PR Index”, que acompanha a evolução dos quatro setores de atividade europeus mais subavaliados e com melhor dinâmica de preços relativa, ao longo dos últimos 12 meses, de um universo de 10 setores.

Julho

- Foi celebrado um protocolo entre o Banco Carregosa e a Ordem dos Arquitetos Secção Regional Norte, que permite aos associados da Ordem ter acesso a diversos benefícios exclusivos em produtos e serviços financeiros prestados pelo Banco.
- A Câmara Municipal do Porto atribuiu a “Medalha Municipal de Mérito - Grau Ouro” à Presidente do Conselho de Administração (CA) do Banco Carregosa, Dra. Maria Cândida Rocha e Silva.
- A Presidente do CA do Banco Carregosa foi distinguida com o prémio “Lifetime Achievement em Mercados Financeiros”, na gala dos Prémios IRGA 2015 – *Investor Relations & Governance Awards*, uma iniciativa da Deloitte que pretende premiar o que de melhor se faz no mercado financeiro português

Setembro

- Aproveitando os baixos níveis do preço do crude e dos mercados acionistas em geral, foi criado o depósito indexado “Carregosa Cabaz Ações Energia”, pelo prazo de dois anos, com garantia de capital e remuneração variável, indexada à rentabilidade de um cabaz equiponderado de cinco ações de empresas do setor de energia: Exxon Mobil, Repsol, Total, ENI e BP.
- Realizou-se a 1ª edição do “Banco Carregosa Miramar Open”, um torneio de golfe com características de Tour, homologado pela Federação Portuguesa de Golfe e transversal a todas as categorias, que decorreu em três dias consecutivos e contou com a participação de cerca de três centenas de golfistas.

Outubro

- A GoBulling organizou, em parceria com o Jornal de Negócios e com o ISCTE, a edição de 2015 do Jogo da Bolsa.
- Foi lançada a nova plataforma de negociação GoBulling Pro Go, uma plataforma mais rápida, simples e intuitiva, desenvolvida para permitir a negociação a partir de qualquer dispositivo.
- Tendo como pano de fundo as iniciativas da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade no âmbito da promoção da igualdade de género no mercado de trabalho, designadamente sobre o maior equilíbrio entre homens e mulheres nos conselhos de administração das empresas, a Dra. Teresa Morais, a convite da presidente do Conselho de Administração, visitou as instalações do Banco Carregosa, no Porto, que tem, neste âmbito, a particularidade de ser o único banco nacional presidido e fundado por uma mulher.
- Foi criado o depósito “Carregosa Cabaz Ações Consumo Outubro 2017”, com remuneração variável indexada à rentabilidade de um cabaz equiponderado de quatro ações de empresas do setor de bens de consumo, com perfil defensivo: Unilever, Nestlé, Mondelez e PepsiCo.

Novembro

- O Banco Carregosa recebeu o prémio 'Médio ou Pequeno Banco que mais Cresceu 2015', uma distinção feita pela revista Exame, que, em associação com a Deloitte, avaliou o desempenho dos bancos e seguradoras em Portugal.
- Foi organizado, em exclusivo para clientes, o seminário “*Outlook 2016 - Perspetivas para os Mercados Financeiros*”, que contou com uma intervenção de Vítor Bento sobre a economia portuguesa. Foi ainda apresentada a antevisão do Banco Carregosa para a alocação de ativos para 2016, seguida de um debate moderado pelo jornalista Camilo Lourenço. A sessão decorreu na Biblioteca do Museu de Serralves, no Porto.
- O “*Outlook 2016 - Perspetivas para os Mercados Financeiros*” realizou-se também em Lisboa, para os clientes de banca privada. A sessão contou com a intervenção de Philippe Jabre, fundador e CIO da Jabre Capital Partners. Foi ainda apresentada a antevisão do Banco Carregosa para a alocação de ativos para 2016, seguida de um debate moderado pelo jornalista Pedro Santos Guerreiro.
- Foi lançado o depósito “Carregosa Cabaz Europa Novembro 2017”, cuja rentabilidade foi indexada ao desempenho de um cabaz equiponderado de quatro ações europeias – Sonae SGPS, Aena, Orange e Admiral Group – selecionadas por serem empresas de média dimensão,

líderes nos seus mercados, gerando o essencial das receitas e resultados nos respetivos mercados domésticos.

- Inserida na oferta regular de produtos que visam complementar as alternativas de poupança e de investimento à disposição dos clientes do canal *online*, teve início a Operação Pública de Subscrição (OPS) da Note Autocallable EuroStoxx50 novembro 2020.

Dezembro

- Valorizando iniciativas que apostam na formação, o Banco Carregosa celebrou uma parceria com o ISCTE, denominada “*Trading and Investment Club*”, que visa fornecer conteúdos educacionais para estudantes e antigos alunos do curso de economia do ISCTE.
- Foi lançado o depósito indexado “Carregosa Cabaz Natal 2017”, de capital garantido, cuja remuneração resulta do desempenho equiponderado do cabaz composto pelas empresas Walt Disney Co, Apple, Sony Corporation e LVMH.
- Lançamento do serviço “Carteira Recomendada Proteste Investe”. Este serviço resulta de uma parceria do Banco com a Proteste Investe, e permite ao investidor replicar facilmente a carteira de ações selecionada pela Proteste Investe. O Banco assegura a execução das ordens de compra e venda dos títulos com base nas recomendações divulgadas pela Proteste Investe.
- O Banco Carregosa foi a entidade colocadora da oferta pública de subscrição do aumento de capital do Fundo “RETAIL PROPERTIES – F.I.I.F.”, um fundo de investimento fechado lançado em 2013, para captar oportunidades de investimento em imóveis destinados, maioritariamente, ao retalho alimentar.

4.3. Política de Comunicação e Responsabilidade Social

Marcas e Comunicação

Desde as suas remotas origens, a casa Carregosa sempre adotou um perfil muito reservado, em matéria de exposição pública. O Banco Carregosa pretende manter uma atitude sóbria, discreta e credível que vá ao encontro da confiança que os clientes nele depositam. Isto não significa ausência de comunicação, nem com clientes, nem com a comunidade.

À semelhança dos anos anteriores, o Banco Carregosa proporcionou aos clientes de banca privada o acesso a *newsletters* exclusivas, com análises da equipa de Gestão de Ativos do Banco Carregosa sobre diferentes estratégias de investimento. Os clientes tiveram, ainda, acesso a seminários temáticos que se realizaram em Lisboa e no Porto.

Já na GoBulling, a comunicação com clientes privilegiou o meio *online*, através do *chat*, disponível na plataforma de negociação, diariamente entre as 08h00 e as 21h00. Neste horário, existe a possibilidade de os clientes recorrerem aos operadores das salas de mercado, de Lisboa e Porto, por e-mail ou por telefone. Para além disso, foi distribuída uma *newsletter* diária com a informação essencial do que se passou nos principais mercados, bem como relatórios de *research* diários feitos por especialistas independentes.

Os *webinars* temáticos e *workshops* presenciais, com especial vocação formativa, voltaram a merecer o interesse dos clientes. Estas iniciativas cobriram, essencialmente, três vertentes:

- (i) Informação e formação sobre as plataformas e os instrumentos nelas negociados;
- (ii) Análise e informação sobre temas da atualidade com impacto na evolução dos mercados;
e
- (iii) Informação sobre estratégias de investimento e *trading*, compreendendo ferramentas de análise fundamental e de análise técnica, entre outras.

Em 2015, a GoBulling passou a disponibilizar *research* diários, em formato audiovisual, com os "Destaques da Sessão", acessíveis apenas a clientes da plataforma de negociação *online*.

Num ambiente complexo e desafiante, a transmissão de informação atempada e útil para a tomada de decisão tem constituído uma das prioridades de atuação. A proximidade com os clientes é igualmente essencial, pelo que, ao longo de 2015, foram organizadas sessões de partilha de conhecimentos, com convidados de diferentes áreas, promovendo o debate de questões que a todos interessam e preocupam.

Comunicação com os Media

Em matéria de Comunicação Social, o Banco Carregosa é presença assídua nos principais meios de comunicação social portuguesa, sendo de assinalar também alguma visibilidade na Comunicação Social estrangeira, em particular, em grandes meios de informação especializados em finanças e economia, incluindo da Europa, dos EUA e de países de língua oficial portuguesa, como Angola, Brasil, Cabo Verde e Moçambique.

Nos media nacionais, o Banco Carregosa foi citado em 1.430 notícias publicadas em 2015, atingindo 88 meios de Comunicação Social. O meio com mais notícias foi o canal de televisão "Económico TV", com 83 peças emitidas, em resultado de um acordo de colaboração que implica várias entrevistas semanais a especialistas do Banco.

O mês de outubro foi o que registou o maior número de notícias (14%). O mês de abril alcançou o maior valor de "*Advertising Value Equivalent*" (AVE de 12%) e dezembro foi o que obteve mais "*Opportunities to see*" (OTS de 13%).

Das 1.430 notícias, 38% foram publicadas em meios online, 32% em meios audiovisuais e 30% em meios de imprensa escrita nacional. De salientar o meio televisão que tendo 24% do total de notícias, consegue 83% do total de AVE. Relativamente à classe dos meios, destacam-se os meios de informação geral com 57% do total das notícias. Em relação ao AVE, foram também os meios de informação geral que se destacaram (51%), principalmente devido ao peso das notícias de televisão.

O número de notícias positivas ou neutras representou a totalidade das notícias. Em 2015, o Banco Carregosa atingiu 9.028.614 pessoas dando origem a um AVE no valor de €3.770.653.

Em matéria de *marketing* e publicidade, foram feitas algumas campanhas, em maior número no caso da GoBulling, dado o segmento a que se dirige. Merece uma referência o patrocínio concedido aos “5 Anos Económico TV”, que contemplou diversos eventos e ações organizadas pelo Diário Económico.

Responsabilidade Social

O Banco Carregosa é uma instituição sensível às preocupações da sociedade e especialmente atenta aos problemas que afetam a comunidade. Sistemáticamente, tem feito um esforço para corresponder a essas necessidades, no campo da saúde, do desporto, da investigação ou da cultura, de âmbito local ou nacional.

Em 2015, a área da **Saúde** e do apoio a doentes foi das mais beneficiadas. O apoio do Banco Carregosa privilegiou iniciativas relacionadas com o cancro, doenças mentais, saúde infantil e saúde oral, destacando-se, a título de exemplo, as seguintes:

- Depósito a Prazo específico para o “Dia da Mulher” com donativo ao projeto “Mama Help”, um centro de apoio a doentes de cancro de mama sem fins lucrativos;
- Participação na 28ª edição da “Maratona de Roma”, com recolha de fundos para o “Mama Help”;
- Apoio ao projeto “Walk & Run” do Colégio CLIP Porto - Beneficência e recolha de fundos para o “Serviço de Pediatria IPO Porto”;
- Apoio à construção do *site* da associação “Mama Help”, que disponibiliza informação de referência relativamente ao cancro de mama;
- Presença do Banco Carregosa no “Chá no Yeatman”, um evento de recolha de fundos, organizado pelo “Mama Help”;
- Participação no jantar de beneficência do 9º Aniversário “ENCONTRAR+SE” e Cerimónia de Entrega do Prémio de Reconhecimento UPA;
- Apoio ao projeto “MAKE-A-WISH Portugal”, uma organização sem fins lucrativos de apoio à realização de desejos de crianças e jovens, entre os 3 e os 18 anos, com doenças graves, progressivas, degenerativas ou malignas.
- A Fundação AMI (Assistência Médica Internacional) contou com o apoio do Banco Carregosa para presentear, com ofertas de Natal, os elementos mais necessitados do Abrigo Noturno da Graça (Lisboa) que a instituição acolhe.

Uma sociedade que pratica **Desporto** é uma sociedade mais saudável, mais fraterna e até mais produtiva. Daí que inúmeras iniciativas ligadas ao desporto, especialmente as vocacionadas para crianças e jovens, tenham merecido o apoio do Banco Carregosa, de que aqui se dão alguns exemplos:

- Apoio concedido à “Associação Desportiva e Recreativa da Pasteleira”;
- Patrocínio a João Maria Pontes, um dos jovens promessa do golfe Português;
- Apoio a jovens esperanças do rugby nacional, do Colégio Pedro Arrupe, que participam nas competições oficiais da Federação Portuguesa de Râguebi, no Torneio Colégios CUP e em vários eventos a nível nacional e internacional;
- O “1º Torneio de Futebol Hernâni Gonçalves”, organizado pelo Colégio Alemão do Porto foi outra das iniciativas apoiadas.

A atenção que o Banco Carregosa dá à **Cultura** não é recente. Algumas iniciativas culturais são apoiadas há vários anos. O Banco Carregosa é, por exemplo, membro fundador da Casa da Música, estatuto que lhe foi atribuído em 2013. Embora mantendo alguns apoios constantes, houve o cuidado de privilegiar novas iniciativas:

- O IN SPIRITUM, II Festival Internacional de Música e Contemplação na Cidade do Porto, foi apoiado pelo Banco Carregosa;
- O Banco promoveu a realização de dois concertos de música clássica, intitulados “Schubert no Salão Árabe”, no Palácio da Bolsa no Porto, com direção artística de Filipe Pinto Ribeiro, também ao piano, e com Jack Liebeck no violino, Isabel Charisius na viola, Justus Grimm no violoncelo e Tiago Pinto-Ribeiro no contrabaixo;
- Foi concedido apoio mecenático às Comemorações do Centenário do Nascimento do Arquiteto Agostinho Ricca;
- A exposição “*Meeting Point*”, promovida pela Fundação Calouste Gulbenkian, foi outra das iniciativas apoiadas;
- Foi concedido apoio à Semana da Cultura Italiana - Associazione Socio - Culturale Italiana Del Portogallo Dante Alighieri;
- O Banco Carregosa patrocinou a apresentação da obra de Doménico Theotocópuli ‘El Greco’, “A Sagrada Família com Santa Ana”, inserida no ciclo de exposições “Obra Convidada” Museu Nacional de Arte Antiga (MNA), cujo objetivo é dar a conhecer obras de grandes mestres da pintura ocidental, raramente expostas em Lisboa.
- Foi concedido um apoio à Fundação Calouste Gulbenkian para a organização do concerto de solidariedade com a Orquestra e o Coro Gulbenkian, com vista à angariação de fundos para a Plataforma de Apoio aos Refugiados, coordenada por Rui Marques.

4.4. Organização Interna e Segmentos de Negócio

Do ponto de vista orgânico, até 2015 o Banco Carregosa assentou a sua atividade em três grandes áreas de negócio: **Banca de Particulares, Institucionais e Empresas** e **Tesouraria e Mercado de Capitais**.

Com a revisão das linhas estratégicas para o período de 2016-2018, a proposta de valor apresentada pelo Banco Carregosa continua a passar pela especialização em soluções de poupança e de investimento assente numa forte componente de aconselhamento independente, complementada com outras frentes, centrando-se, agora, em quatro áreas de negócio nucleares:

- Banca Privada;
- Banca de Afluentes;
- Negócio Institucional; e
- Tesouraria e Carteira Própria.

Dirigido essencialmente a particulares, o Banco Carregosa tem como proposta principal a banca privada: uma banca assente na confiança, nos valores tradicionais, no contacto pessoal, no conservadorismo na avaliação do risco, no conhecimento profundo da situação financeira e objetivos dos clientes e na capacidade de prestar um aconselhamento profissional na gestão de patrimónios. Caracteriza-se por um estreito relacionamento entre o cliente e os *private bankers* que, por imposição da própria Administração, acompanham um número limitado de clientes, de forma a assegurar a excelência na prestação do serviço.

O Banco concentrar-se-á em desenvolver e melhorar o serviço de banca privada, multicanal, compreendendo um serviço relacional para clientes com património financeiro elevado, que valorizam um atendimento independente e personalizado, disponibilizando as melhores soluções e produtos, numa lógica de plataforma aberta.

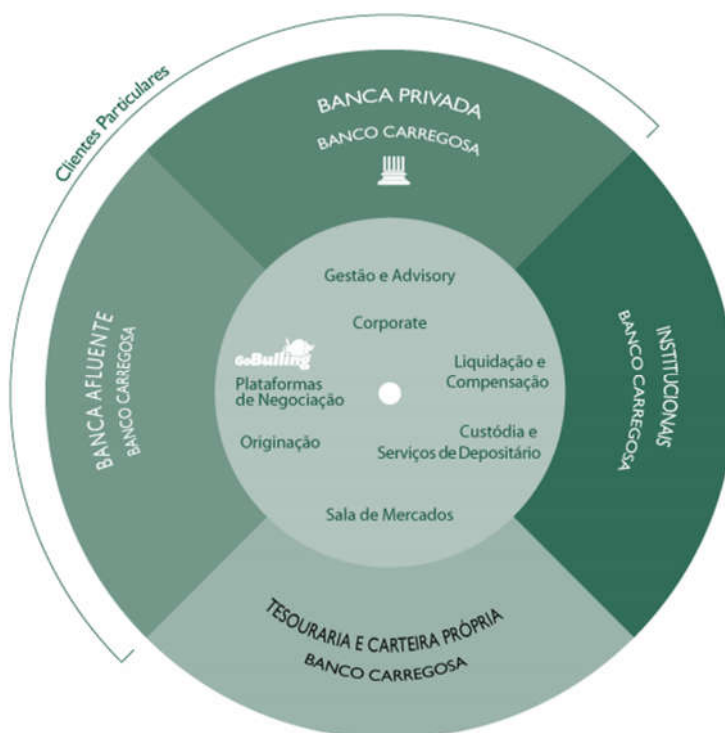
Em paralelo, assumiu-se, no final do ano, a criação de uma área de negócio especialmente vocacionada para os clientes afluentes – definidos como clientes com elevado potencial de poupança e/ou investimento, mas ainda assim abaixo dos valores dos de banca privada – a constituir a partir das atuais equipas comerciais, designadamente do canal *online*, e apoiada por uma força de vendas externa – a Rede de Assessores de Investimento (agentes vinculados) – que visa compensar com comerciais distribuídos geograficamente pelo território nacional a ausência de presença física do Banco nesses locais.

Complementarmente, as unidades de negócio orientadas para o segmento de particulares terão canais digitais reforçados. Em particular, a nova área de clientes afluentes será suportada num novo sítio na *internet* que verá alargada a oferta de soluções e produtos de poupança e investimento e melhorada as funções de consulta do património e movimentos financeiros.

Neste sítio, os investidores que privilegiam a liberdade de uma atuação autónoma, embora podendo contar com o aconselhamento de experientes profissionais de mercado, manterão o acesso a uma variedade de produtos de poupança e investimento, bem como aos mais importantes mercados financeiros, através de modernas plataformas tecnológicas de negociação *online*.

Além da oferta dirigida a clientes particulares, o Banco Carregosa presta um relevante conjunto de serviços especializados desenhados especialmente para **institucionais e empresas**, que compreendem execução, compensação, liquidação e custódia, mercado primário, fusões e aquisições, assessoria financeira e gestão de ativos.

Finalmente, a área da tesouraria e carteira própria, onde se inclui a gestão da carteira de investimentos, é essencial na atividade do Banco Carregosa, tendo nos últimos anos contribuído de forma significativa para a formação do produto bancário. A sua relevância estende-se à influência que exerce sobre a originação de produtos e soluções para clientes e, bem assim, à gestão da liquidez e das posições de cobertura de riscos.



Aquelas quatro áreas de negócio são suportadas por seis serviços fundamentais:

- Tesouraria e Carteira Própria;
- Aconselhamento, Originação e Gestão de Ativos;
- Sala de Mercados e Negociação Eletrónica;
- Compensação, Liquidação e Custódia;
- Crédito;
- Outros Serviços Bancários.

O serviço de Aconselhamento, Originação e Gestão é responsável por todo o processo de investimento e de aconselhamento, assente numa abordagem por classes de ativos, combinando uma perspetiva fundamental (estratégica) e de *momentum* (tática). Partindo do conhecimento aprofundado do cliente, a esta equipa cabe o desenho de soluções de investimento ajustadas a cada cliente e a posterior seleção dos melhores investimentos disponíveis nos diferentes mercados para cada classe de ativos. Esta oferta é complementada pelo trabalho da equipa de *originação*, que combina as perspetivas de mercado dos gestores do Banco com os perfis dos clientes, apresentando produtos orientados para necessidades específicas.

Tendo por base a proposta de investimentos, o cliente encontra no Banco Carregosa três modalidades de atuação distintas, a que correspondem níveis diferentes de autonomia na gestão do seu património financeiro: mandatos de gestão discricionária, mandatos de *advisory* ou a mera execução e custódia.

A gestão discricionária é feita diretamente nas contas dos clientes, podendo ter por base Modelos de Gestão – estratégias de alocação ou estratégias específicas para determinadas classes de ativos, geridas de forma agregada – ou carteiras desenvolvidas à medida do cliente, sendo o posicionamento estratégico em tudo semelhante ao definido nos modelos de alocação de ativos, ainda que ajustado ao perfil e às convicções do cliente, por exemplo, excluindo-se ou incluindo-se ativos/setores em função da sua preferência.

Nos mandatos de aconselhamento (*advisory*) especialmente orientados para clientes que procuram ter um maior envolvimento na gestão do seu património, mas que valorizam um aconselhamento especializado e continuado, que os auxilie na estruturação das suas carteiras e na seleção dos melhores ativos e oportunidades, a gestão dos investimentos é feita pelo cliente em ligação com os nossos gestores profissionais.

Para os clientes que procuram tão só um serviço de execução de elevada qualidade, o Banco disponibiliza as suas salas de mercados, de Lisboa e Porto, e plataformas de negociação eletrónica, assegurando, através destas, da estrutura de apoio aos investidores e de *traders* experientes o acesso a um conjunto alargado de praças e de instrumentos, providenciando uma execução rápida e outros serviços como, por exemplo, o crédito para aquisição de instrumentos financeiros.

Os serviços de compensação, liquidação e custódia compreendem as atividades de suporte aos serviços de gestão e de *trading*, tanto para particulares como institucionais. Num contexto de retração da atividade de *trading* e visando otimizar os recursos operacionais de que o Banco dispõe, nos últimos anos foram adicionados serviços de depositário de Fundos de Investimento – amplamente redesenhados durante o exercício de 2015 em resultado da alteração do quadro regulamentar aplicável – e os serviços de Compensação e Liquidação no Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL).

A concessão de crédito tem evidenciado um crescimento continuado, refletindo a sua maior atratividade num quadro de redução das taxas de juro obtidas em outras aplicações e perante a existência de elevados níveis de liquidez. Este serviço é essencialmente instrumental das áreas de negócio de particulares, seja através de operações de curto/médio prazo colateralizadas pelo património dos clientes, seja para permitir a aquisição de instrumentos financeiros.

Os outros serviços bancários agregam um conjunto de atividades complementares dos serviços principais.

4.5. Enquadramento Económico e a Situação dos Mercados Financeiros

Em 2015, a atividade económica global cresceu cerca de 3%, desacelerando suavemente face aos 3,3% de crescimento do PIB real mundial em 2014. Este ligeiro abrandamento resultou, sobretudo, da queda das economias emergentes, liderada pela China que cresceu a um ritmo de 6,9% – o crescimento mais baixo dos últimos 25 anos – e pela consequente queda do preço das matérias-primas.

Por seu lado, as economias desenvolvidas registaram um nível de crescimento muito alinhado com o do ano anterior. A queda do preço do petróleo e de outras matérias-primas contribuiu para a aceleração do crescimento e melhoria das contas externas, já que estes países são naturais importadores de matérias-primas.

Num contexto internacional algo atribulado, a economia norte-americana cresceu 2,4%, enquanto a Zona Euro acentuou a subida do PIB real, que cresceu 1,5% em 2015 face aos 0,8% de 2014. Assistiu-se a alguma normalização do crescimento da Zona Euro, sem diferenças acentuadas entre os diversos países que compõem a União Monetária sendo um dos catalisadores a subida da procura interna.

Em 2015, assistiu-se a uma inversão na tendência da inflação europeia, com uma ténue subida de 0,2% após o cenário de deflação registado em 2014 (-0,2%). Para isso contribuíram os programas de estímulo monetário do BCE e a desvalorização do Euro face ao USD, em 10,2%, ao longo de 2015, o que ajudou a “importar inflação”.

Relativamente a Portugal, destacam-se, principalmente, dois fatores: (i) uma taxa de crescimento positiva (+1,7%) e acima do crescimento médio da União Europeia, o que já não acontecia desde 1999 e que se deve a uma dinâmica de crescimento do consumo privado acima dos 2,5%, que contrasta

com um crescimento na Europa em torno de 1,7%; e (ii) uma redução do rácio dívida/PIB que tinha terminado o ano de 2014 a 130,2% e no final de 2015 registou uma redução para os 128,9%.

Portugal continua numa situação frágil, com apenas uma agência de *rating* a classificar a dívida soberana com a notação de *investment grade* e com baixa credibilidade relativamente à capacidade de pagar a sua dívida pública. A elevada taxa de desemprego, embora em decréscimo face aos anos anteriores, continua a ser o reflexo da falta de investimento e a principal preocupação.

Mercados Financeiros

O principal destaque em 2015 foi o alarme em relação ao abrandamento da economia chinesa, que se manifestou numa continuada pressão sobre o preço das matérias-primas, sobre as economias emergentes e, já na segunda metade do ano, sobre os mercados acionistas. O receio de que o governo chinês possa desvalorizar a moeda para estimular a economia assustou os investidores, alimentando a dúvida de que tal possa resultar em exportação de deflação.

As políticas de estímulo monetário continuam a ser o fator mais influente nos mercados financeiros: enquanto o BCE e o Banco do Japão têm em curso um programa de “Alívio Quantitativo” (QE - “*Quantitative Easing*”), cujos parâmetros têm vindo a ser cada vez mais estimulantes, a Reserva Federal norte-americana terminou o ano a subir as taxas, o que já não acontecia há praticamente uma década.

Neste panorama, os principais índices de ações mundiais registaram níveis de volatilidade acima dos anos anteriores tendo, na sua generalidade, atingido o pico de desempenho no final do primeiro trimestre, para depois inverterem a tendência e terminarem o ano próximos dos valores mínimos.

O mercado de ações norte-americano ficou ligeiramente negativo no ano, enquanto os mercados europeu e japonês subiram 4% e 9%, respetivamente, impulsionados pelos programas de estímulo monetário. Os mercados emergentes tiveram um ano bastante complicado, com o índice MSCI Emergentes a cair 16,96%.

Pelo quinto ano consecutivo, as variações nos índices foram superiores às variações nos resultados das empresas, que caíram quer na Europa, quer nos EUA, embora mais acentuadamente no *velho continente*, resultando numa nova expansão do múltiplo P/E (preço/resultados).

Já na classe das obrigações, na generalidade, foi um ano bastante desinteressante: com cupões incluídos, nos EUA, a dívida *investment grade* caiu 1,1% e as obrigações *high yield* caíram 5,7%. Na Europa, a situação foi diferente, muito por responsabilidade do programa de estímulo monetário, tendo a rentabilidade ficado próxima de zero.

Apesar das incertezas da economia, para 2016, podemos contar com alguns dados inevitáveis: o crescimento da economia mundial e a inflação global estarão abaixo da média história; nos países da OCDE as taxas de juro deverão continuar muito próximas de zero; os preços dos ativos financeiros subiram acima da sua valorização histórica e o rebalanceamento da economia chinesa está a fazer descer o preço das matérias primas, afetando dessa forma o crescimento da economia e dos ativos

dos países emergentes. Este ciclo dará origem ao fenómeno da exportação da deflação e à valorização do dólar norte-americano, por oposição à queda do yuan.

Uma das nuvens mais negras quando olhamos para o horizonte é a do endividamento: a dívida mundial face ao PIB está nos 300%; a dívida pública dos países desenvolvidos subiu 75% desde 2007; desde essa data, a dívida chinesa subiu 400%; em 80% dos países, a dívida das famílias subiu e metade das obrigações dos Estados pagam uma taxa inferior a 1%.

Para 2016, uma das apostas do **Banco Carregosa** é a escolha seletiva de ações em que valha a pena investir. Outra alternativa que tem tido bons resultados é a dos depósitos indexados - têm capitais garantidos, mas tendem a pagar mais que os tradicionais depósitos a prazo. A nossa preferência vai para depósitos indexados com maturidades mais longas. Como alternativa às classes tradicionais de ativos, sugerimos carteiras ou *portfólios* de fundos de Fundos de retorno absoluto.

4.6. Síntese da Atividade

O Banco Carregosa assumiu, desde a sua fundação, um posicionamento de banca privada, que se reflete em duas dimensões essenciais:

- Nos clientes-alvo, que se situam no segmento de particulares de elevado património e de elevado potencial de poupança/investimento;
- No tipo de serviços prestados: aconselhamento e gestão, a execução e a custódia.

O desenvolvimento dos serviços, nomeadamente, de execução e custódia (incluindo *trading*, plataformas de negociação, custódia, registo individualizado e depositário de OIC) vem permitindo ao Banco ter uma oferta competitiva e adequada às necessidades específicas de clientes institucionais, tendo-se decidido, em 2015, reformular a área de negócio dedicada a este segmento visando imprimir uma nova dinâmica comercial.

4.6.1. Banca Privada

A banca privada é a principal área de negócio do Banco Carregosa em termos de ativos sob supervisão, contribuindo, de forma significativa, para o volume de negócios dos vários serviços do Banco, com exceção da negociação eletrónica. O serviço por excelência é a gestão de ativos, embora seja também o principal canal de vendas para o crédito ativo.

O desenvolvimento desta atividade tem sido particularmente exigente tendo em conta a desconfiança gerada pela crise financeira e pelos diversos incidentes ocorridos nos últimos anos no setor, acentuada pela evolução da regulação. Neste aspeto, cabe uma breve referência à aplicação das regras europeias de *bail in* em caso de insolvência (potencial ou efetiva) de uma instituição de crédito, que passou a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2016, que prevê que a capitalização das instituições seja assegurada, sequencialmente, pelos acionistas, depois pelos credores subordinados e, finalmente, em

igualdade de circunstâncias, pelos credores *séniores* e pelos clientes com depósitos acima de 100.000€.

O posicionamento conservador da instituição, a defesa do valor da independência – atuando o *private banker* sempre no melhor interesse do cliente – e um modelo de negócio que promove a atividade fora do balanço do Banco são, neste quadro, fatores importantes para o sucesso da atividade desenvolvida pela equipa de *private bankers*, distribuída entre o Porto e Lisboa.

Numa outra dimensão, há ainda a ter em conta o impacto que a evolução dos preços dos ativos financeiros e a incerteza quanto ao seu comportamento futuro têm nas decisões de investimento dos clientes. Momentos de mercado marcados por grande volatilidade ou especial sensibilidade ao risco, como observado em 2015, implicam um esforço acrescido para manter as taxas de crescimento pretendidas.

As taxas de juro negativas e o acentuado aumento da volatilidade dos mercados, no semestre de 2015, tiveram o efeito referido e condicionaram a composição dos *portfólios* mais conservadores. Para aumentar o nível de diversificação procuraram-se outras vias, nomeadamente através de aplicações em fundos de investimento de alocação de ativos ou de retorno absoluto.

Não obstante a adversidade do contexto económico, em 2015 continuámos a identificar oportunidades e soluções alternativas de investimento ajustadas às necessidades de cada cliente. Face aos valores do final de 2014, observámos um crescimento dos ativos sob supervisão superior a 30% e um incremento dos ativos sob gestão na ordem dos 25%.

Importa ainda salientar a importância crescente da atividade de concessão crédito, que tem sido subsidiária da atividade de banca privada, permitindo dar respostas rápidas a necessidades pontuais de liquidez dos clientes, alavancar investimentos financeiros ou viabilizar a diversificação dos seus ativos pelo investimento em ativos imobiliários de rendimento.

O crescimento do crédito foi igualmente acompanhado de um aumento dos depósitos a prazo, assumindo-se este último como principal fonte de *funding* do Banco Carregosa, registando-se em 2015 um crescimento de 30% face ao ano anterior.

4.6.2. Banca de Afluentes

O canal *online* foi criado em 2014 para alargar o âmbito de atuação da *GoBulling*, até essa data dedicada exclusivamente à negociação *online*. Desde então, tem procurado desenvolver-se a oferta necessária a suportar o posicionamento pretendido – responder às necessidades de clientes afluentes com elevado potencial de investimento/poupança – estando previsto o arranque da comercialização de fundos de investimento estrangeiros, a introdução de *Unit Linked* e a reformulação da oferta de crédito para aquisição de valores mobiliários, além de novas plataformas de negociação já referidas.

A evolução estratégica decidida em 2015 para este segmento – que adotará uma nova marca em 2016, exigiu a introdução de alterações que passam pela autonomização da estrutura comercial, da gestão do produto *site* (incluindo o serviço de apoio ao cliente) e da área de negociação eletrónica.

Em 2015, a principal fonte de receita do canal *online* continuou a ser a negociação eletrónica, através do *site* ou das plataformas *GoBulling*, que, no último ano, fruto dos eventos de mercado adversos já referidos, apresentou uma contração de atividade que se espera inverter já em 2016, desde logo, com a introdução de novas plataformas.

A parceria com a DECO foi reforçada com o lançamento de um serviço inovador, denominado “Carteira Recomendada Proteste Investe”, exclusivo para os subscritores da revista Proteste Investe, que pretende proporcionar aos clientes a possibilidade de instruir de forma simples e conveniente a execução de ordens de transação de acordo com as recomendações da Proteste Investe, em termos que permitem a reprodução da carteira de ações divulgada na revista.

Na vertente dos produtos de poupança, 2015 ficou marcado por uma oferta muito variada de Depósitos Indexados, destinados aos clientes que procuram capital garantido e rentabilidade acima da inflação. Para novos clientes foram preparados diversos Depósitos Promocionais. Em termos de produtos de investimento, foi disponibilizada a participação em Ofertas Públicas de Subscrição (OPS) de obrigações e de *Notes*.

A atuação nas áreas de poupança e investimento foi suportada pela negociação através do *site* www.gobulling.com, destacando-se a oferta de mais funções, de mais informação e a possibilidade de efetuar mais contratações por essa via.

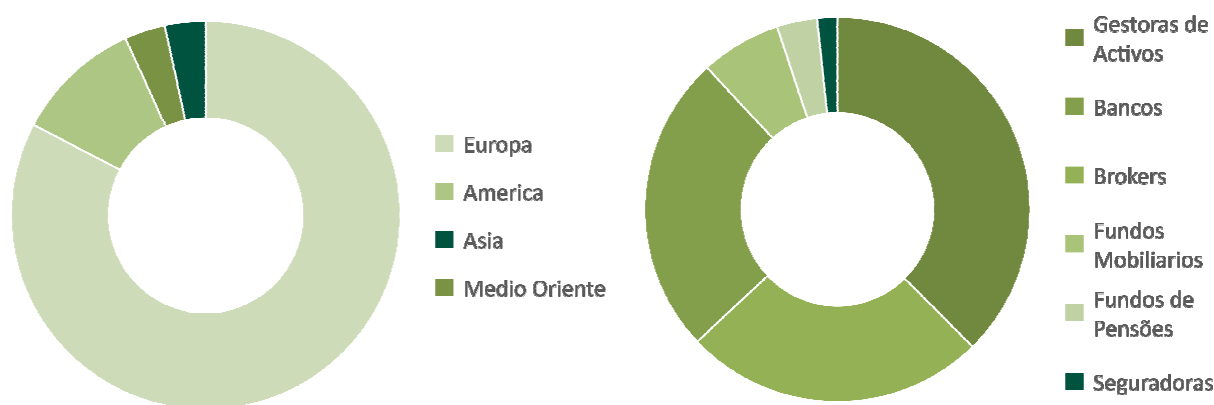
4.6.3. Negócio Institucional

A área do negócio institucional foi reestruturada em maio de 2015. Os primeiros meses foram dedicados a organizar a estrutura interna e preparar a oferta de um serviço de excelência, focado nos serviços de execução de ações e obrigações. Em setembro, a base da oferta estava pronta e deu-se início ao recrutamento da equipa de vendas. Neste ano, registou-se um grande crescimento de novos clientes e de abertura de contas de execução.

A oferta desenhada para a negociação de ações, já em execução, permite (i) a execução com diversos algoritmos, (ii) a execução em ações, a nível global, com acesso a praticamente todos os mercados mundiais; (iii) a execução por parte dos clientes em DMA e (iv) o *crossing* de blocos.

A oferta desenhada em obrigações, igualmente em execução, permite o acesso aos principais *players* mundiais, aos melhores preços em mercado.

Localização geográfica e Tipo de clientes



O ano acabou dentro das expetativas do projetado para o desenvolvimento desta área de negócio. Para 2016 espera-se um ritmo de crescimento não tão acentuado em número de clientes, mas sim em comissões e volumes. As novas linhas de negócio, em preparação, vão permitir, por certo, um maior envolvimento dos clientes.

4.6.4. Tesouraria e Carteira Própria

Em 2015, o panorama económico ainda mais rigoroso resultou num acréscimo de dificuldade de gestão da tesouraria e carteira própria face ao ano anterior. As decisões do BCE, de manter as taxas de juro em terreno negativo, as intervenções no mercado de obrigações e o excesso de liquidez no sistema bancário estreitaram as possibilidades de obtenção de rentabilidade, mantendo baixos níveis de risco.

A estabilização das taxas de juro de curto prazo em valores negativos alterou o paradigma dos mercados monetários, deixando a aplicação de fundos de ter o objetivo principal de obtenção de rentabilidade, para passar a procurar contribuir para a diminuição dos custos. Por outras palavras, a manutenção de elevados valores em disponibilidades deixou de ser uma opção neutra e passou a ser um custo.

Em Portugal, as eleições no final do ano e os acontecimentos que se sucederam com a constituição do novo governo vieram criar um clima de incerteza e um aumento de risco na dívida pública portuguesa, não compensado pelo aumento da remuneração. A baixa rentabilidade das aplicações nos mercados europeus, assim como o baixo retorno face ao risco das aplicações em Portugal levaram a que se mantivessem aplicações com maior rentabilidade em mercados emergentes, nomeadamente no Brasil.

A turbulência dos mercados emergentes em geral, agravada no Brasil por problemas políticos que se alargaram à economia, fizeram com que os investimentos em obrigações brasileiras não se tenham mostrado tão proveitosos durante 2015, o que se espera se venha a inverter em 2016 com a clarificação política e a proximidade da maturidade de algumas emissões.

Conjuntamente, com impacto positivo na margem financeira, foi dada uma maior importância e atenção à concessão de crédito, que registou um crescimento de cerca de 50%, tendo sido aprimorados os procedimentos de análise e concessão. Esta carteira encontra-se, quase na totalidade, coberta por garantias reais ou financeiras.

Prosseguindo a integração como instituição no sistema bancário, continuaram os trabalhos de preparação para adesão ao T2S, sistema de liquidação de títulos, tendo o Banco aderido ao sistema SWIFT. Ficam, desta forma, aumentadas a segurança, a rapidez e a fiabilidade das comunicações com as outras instituições. Foi, igualmente, aprovado o lançamento do cartão de crédito Banco Carregosa, que deverá ser emitido durante 2016.

Não obstante a amortização do LTRO (Long Term Refinancing Operation) e a substituição de financiamento por recurso ao Bancos Central por depósitos de clientes, o custo de *funding* reduziu-se, refletindo a redução no nível das taxas de juro do mercado. Pelos mesmos motivos a aplicação dos excedentes de liquidez viu a sua taxa reduzida.

4.6.5. Principais Serviços

Originação e Gestão

Num ambiente de baixas taxas de juro e volatilidade elevada, como a que se viveu sobretudo no segundo semestre, a atividade em 2015 revelou-se bastante exigente, especialmente na identificação de investimentos com uma adequada relação entre retorno e risco esperados.

No âmbito da sua função de apoio à atividade das áreas comerciais, a equipa de gestão de ativos assegurou a definição e o acompanhamento das propostas de alocação de ativos para cada perfil de investimento, contribuiu para a elaboração das propostas de investimento, assegurou a gestão discricionária das carteiras e dos modelos de gestão² e promoveu o lançamento de novos produtos para captar oportunidades de investimento detetadas pela equipa.

² Não obstante a abordagem de *plataforma aberta*, que permite aos gestores selecionarem as soluções e os produtos de investimento que melhor servem os objetivos de investimento dos clientes, o Banco mantém três estratégias próprias – Alpha, BBS (obrigações) e Active Value (ações) – todas com desempenhos históricos positivos, mas que, em 2015 tiveram resultados algo díspares, com as duas primeiras a ser penalizadas pela exposição aos emergentes – registando desvalorizações de 4,5% e 6,4%, respetivamente – e a estratégia de ações a subir 8,3% (vs. 5,5% do índice europeu).

No que à Gestão diz respeito, o Banco Carregosa apresenta uma quota de mercado reduzida, o que justifica uma evolução muito superior ao mercado, com um crescimento do valor sob gestão médio anualizado de cerca de 75% nos últimos três anos e superior a 25% no último ano. É um segmento que evidencia uma grande margem de crescimento e relativamente ao qual se estima poder continuar a obter ganhos de quota de mercado.

No âmbito da Originação, 2015 foi um ano ambicioso tendo em conta o objetivo de assegurar uma oferta diferenciada, abrangente e continuada ao longo do ano. Efetivamente, foram lançados nove depósitos indexados, comercializadas duas *notes* em oferta pública e mais de vinte e cinco *notes* em ofertas privadas. Os volumes colocados nas operações em mercado primário e nos depósitos indexados também registaram uma subida de cerca de 15%, face a 2014. Desta forma, foi possível disponibilizar aos clientes uma oferta de produtos muito abrangente, quer ao nível dos ativos de risco, quer ao nível do retorno ponderado pelo risco.

Esta área foi ainda responsável pela colocação de outras emissões de que se destaca a colocação da oferta pública de subscrição do aumento de capital do Fundo “RETAIL PROPERTIES – F.I.I.F.”, realizada em dezembro, no valor de 8,1 milhões de euros.

Da atividade de 2015, fez ainda parte a prestação de serviços de consultoria em matérias de investimentos, angariação de capital e apoio na gestão de veículos de investimento.

Em 2016, continuaremos empenhados em mostrar consistência nos resultados, que é o principal fator de sucesso no longo-prazo, tentando melhorar e aumentar as soluções à disposição dos clientes, nomeadamente, através do lançamento de cinco novas estratégias adaptadas a diferentes objetivos e perfis de risco.

Negociação Eletrónica

A negociação eletrónica assegura a gestão e apoio à negociação realizada *online*, no sítio da internet do Banco Carregosa e nas plataformas de negociação GoBulling PRO e GoBulling PRO Go. Esta última plataforma, lançada após o Verão, foi desenvolvida pelo nosso parceiro Saxo Bank com preocupações de facilitar a utilização e melhorar o desempenho, destacando-se as seguintes novidades e características:

- Utilização em PC, MAC, *tablets* e *smartphones* com uma total interação entre os dispositivos;
- Execução através de *browser* sem necessidade de instalação de aplicativos;
- Nova ferramenta de gráficos, baseada na mais recente tecnologia;
- Acesso a todo o conjunto de produtos financeiros incluindo complexos - mais de 30.000 instrumentos diferentes em toda a linha de FX, CFD, ações, opções e futuros.

A manutenção, em 2015, das baixas taxas de inflação na Zona Euro e as revisões em baixa do ritmo de crescimento da economia global e, sobretudo, das economias emergentes, tornaram mais difíceis as alocações em ações.

Os principais mercados de ações do mundo foram também abalados pelas preocupações com a China, que reapareceram em agosto 2015 e que permaneceram durante o resto do ano, passando a ser o centro das preocupações o abrandamento do crescimento do PIB chinês, que passou a oferecer mais incertezas face à elevada dívida que acumula.

Apesar da primeira subida da taxa de juro nos EUA, por parte da Reserva Federal, ocorrida em dezembro, aumentou o “clube” dos Bancos Centrais com taxas de juro negativas. O BCE (que iniciou o *Quantitative Easing* em março) e o Banco do Japão foram responsáveis por inundar a economia com quase EUR 125 mil milhões por mês;

No último trimestre de 2015, a volatilidade incrementou e, com as desvalorizações que se registavam nas ações e nas mercadorias, os derivados passaram ser empregues mais numa lógica de cobertura e menos de alavancagem.

Índice	2015	%Var. Volume	2014	% Var. Volume
PSI20	+10.71%	-25.88%	-26,83%	33,60%
CAC40	+8.53%	+22.99%	-0,54%	21,70%
EuroStoxx50	+3.85%	+15.62%	1,20%	15,92%
S&P500	-0.73%	+16.36%	11,39%	18,98%
IBEX35	-7.15%	+5.81%	3,66%	22,23%
DAX30	+9.56%	+22.81%	2,65%	10,01%

O balanço de 2015 não fica completo sem uma referência à desvalorização das cotações das mercadorias, em especial a evolução a cotação do crude (o WTI variou -30,47%, que acrescem à perda de 45,87% registada em 2014), o que pressionou o desempenho das economias como Angola, Rússia e Brasil.

Neste contexto de mercado e num quadro competitivo cada vez mais agressivo, em termos homólogos verificou-se uma diminuição acentuada da quota de mercado na negociação de derivados, o que fica matizado pelo facto de 2014 ter sido um ano de grande crescimento.

Em relação à intermediação de ações, a quota total aumentou face a 2014, embora registando uma perda na negociação *online*.

Para 2016 antevê-se uma melhoria destes indicadores, resultante da introdução de novas plataformas, do alargamento a mais mercados e da adoção de um novo preçário.

Produto Financeiro	Quota de Mercado							
	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008
Ações								
Off + Online	2,9%	2,0%	2,4%	2,4%	3,6%	2,6%	2,3%	2,1%
Online	5,7%	6,5%	8,1%	9,9%	12,9%	10,7%	6,8%	7,8%
Mercado a Prazo Ordens recebidas online	9,0%	12,0%	11,0%	16,0%	15,0%	20,0%	23,0%	18,0%
Futuros	3,4%	17,2%	6,4%	23,2%	7,5%	30,9%	23,6%	16,9%
Opções	0,4%	98,2%	88,7%	95,8%	82,7%	n/d	n/d	n/d

Compensação, Liquidação e Custódia

Depositário de Fundos de Investimento

O Banco Carregosa terminou 2015 prestando serviços de depositário a quatro fundos de investimento imobiliário e a cinco fundos de capital de risco. O valor líquido global dos referidos fundos ascendeu a 72,4 milhões de euros, sendo que destes, 58,7 milhões de euros corresponderam a fundos de investimento imobiliário e 13,7 milhões de euros a fundos de capital de risco. Esta atividade deverá continuar a observar um crescimento durante 2016.

Compensação e Liquidação no Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL):

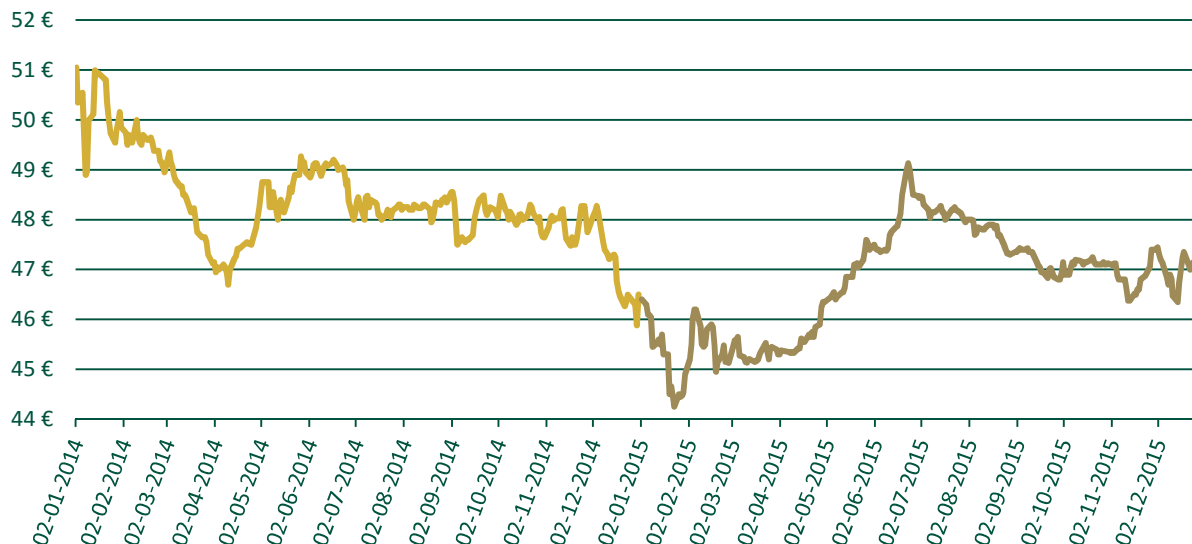
Os mercados da energia terão, nas próximas décadas, enormes necessidades de investimento e financiamento, tendo em conta, nomeadamente, os processos de descarbonização da economia resultantes das conclusões da 21ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP21), realizada em Paris, entre 30 de novembro e 11 de dezembro de 2015.



Ciente do papel fulcral da energia na agenda política e económica, bem espelhado nos impactos dos preços do petróleo na economia mundial, e tirando partido da sua capacidade de incorporar realidades de mercado muito diversas, o Banco Carregosa iniciou, em 2013, a sua atividade como membro compensador do mercado ibérico de derivados de eletricidade.

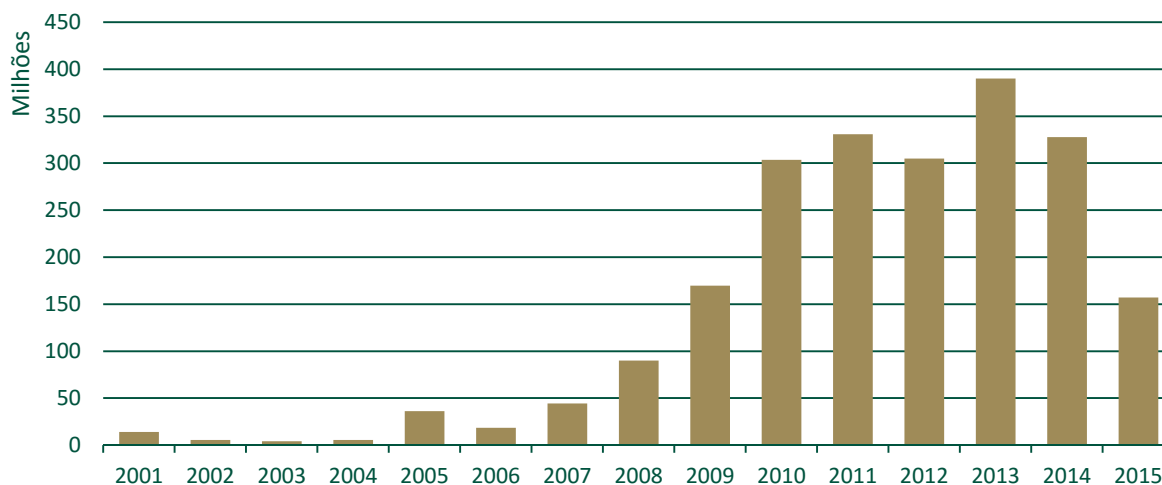
Este mercado teve um ano de 2015 caracterizado por uma queda acentuada nos preços, com o contrato anual de referência a situar-se sempre bem abaixo do 50 €/MWh conforme se evidencia na figura seguinte.

Preço do Contrato Anual 2016 (€/MWh)



O mercado ibérico de derivados de eletricidade assistiu também a uma queda nos volumes negociados sem precedentes, tendo caído para cerca de metade do verificado no ano anterior, recuando para níveis de 2009.

Mercado Ibérico de Derivados de Eletricidade (Volume Negociado, MWh)



Em termos de desenvolvimentos do mercado do OMIP, foram admitidos mais cinco membros negociadores; em setembro, foram lançados os produtos diários para negociação em bolsa e, no mesmo mês, arrancou um produto inovador de leilões de compra de SWAP's com um perfil ajustado à produção de energia solar fotovoltaica.

O Banco Carregosa manteve o perfil de clientes e membros negociadores servidos, com total pendor para agentes não residentes, tendo o ano de 2015 registado um processo de renovação, com a suspensão e saída de alguns participantes e a entrada de novos agentes, sendo digna de registo a

entrada do primeiro participante português. Estima-se, para 2016, a entrada de mais participantes nacionais.

Fruto não só da tendência geral do mercado, mas sobretudo deste processo de renovação, os volumes intermediados pelo Banco tiveram, em 2015, um decréscimo de cerca de 60% face ao ano anterior, sendo que é expectável que em 2016 haja lugar a uma recuperação.

4.6.6. Atividades de Suporte

Controlo Interno

O Sistema de Controlo Interno (SCI) desempenha um papel fundamental no Banco Carregosa, visando o efetivo cumprimento das obrigações legais e dos deveres a que o Banco está sujeito, bem como uma apropriada gestão dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas, assegurando a sua estabilidade e continuidade.

O SCI do Banco Carregosa assenta em três unidades: Risco, *Compliance* e Auditoria Interna, que reportam diretamente à Comissão Executiva do Conselho de Administração, que se afirma empenha na promoção de um ambiente e cultura de controlo interno, de elevados padrões de ética e de integridade.

O Departamento de **Risco** assegura a aplicação do sistema de gestão de riscos, avaliando quantitativa e qualitativamente todos os riscos a que o Banco se encontra sujeito. É também responsável pela elaboração e apresentação de reportes periódicos, destinados a informar os órgãos sociais competentes e entidades reguladoras sobre temas relativos à gestão de riscos. O Departamento foi reforçado no decorrer de 2015, designadamente, para dar resposta às necessidades decorrentes do crescente negócio de concessão de crédito.

O **Compliance** tem a seu cargo o controlo do cumprimento das obrigações legais e deveres a que o Banco se encontra sujeito. Para esse efeito, garante um acompanhamento regular dos normativos legais e regulamentares publicados, disseminando-os pelos Departamentos relevantes e colaborando na definição e implementação de procedimentos a adotar. No atual contexto de crescente regulação da atividade financeira, melhor detalhada abaixo, esta unidade tem também vindo a contribuir para a definição do plano de formação dos colaboradores, bem como a desenvolver ações de formação interna ministradas pelo próprio Departamento.

Em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, o *Compliance* assume um papel fundamental, sendo responsável pela definição dos mecanismos de controlo e deteção de operações suspeitas.

A **Auditoria Interna** desempenha, sobretudo, um papel de monitorização. Tendo em consideração os riscos a que se encontra sujeita a atividade bancária, a Auditoria Interna define um plano de ações de controlo, que permite examinar as atividades, processos e sistemas, para aferir a adequação e eficácia do SCI, emitindo, sempre que se justifique, recomendações baseadas nos resultados das

análises efetuadas. As principais deficiências detetadas e o cumprimento das recomendações emitidas são objeto de reporte aos órgãos sociais competentes.

O aumento da regulação tem assumido uma crescente relevância no setor financeiro, com impactos transversais nas organizações que o integram, afetando entre outros, o modo como o Banco se relaciona com os clientes e os sistemas de informação que servem de base à prestação dos serviços bancários. Atendendo às funções das unidades de estrutura que compõem o Controlo Interno, as alterações na regulação têm impacto decisivo na atividade dos Departamentos.

Em 2015, são de destacar os seguintes normativos:

- *Foreign Account Tax Compliance Act* - FATCA - Aprovado a 18 de março de 2010, como parte integrante do *Hiring Incentives to Restore Employment Act*, entrou em vigor a 1 julho de 2014. O objetivo primordial do FATCA é a prevenção da evasão fiscal de sujeitos passivos norte-americanos, não isentos de imposto, em relação aos rendimentos obtidos fora dos Estados Unidos. Apesar de o início da transposição para ordenamento deste normativo internacional ter ocorrido no final de 2014, a assinatura do acordo bilateral entre os EUA e Portugal ocorreu apenas em agosto de 2015. Desde então, as instituições aguardam pela publicação da restante legislação, bem como por um prazo para o seu primeiro reporte às respetivas Autoridades, para poderem dar continuidade às exigências inerentes ao regime.
- *Common Reporting Standard* – CRS - Iniciativa global liderada pela OCDE para aumento da transparência fiscal, muito semelhante ao FATCA, mas de maior abrangência, exigindo múltiplos reportes, anuais, de contas pertencentes a residentes nos territórios signatários. A entrada em vigor ocorreu a 1/Jan/2016. Tal como o FATCA, este normativo vem alterar os requisitos de abertura de conta, introduzir a necessidade de reforçar os procedimentos de controlo e *compliance* e novas obrigações de reporte, que deverão iniciar-se em 2017.
- Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo – A Lei 16/2015, de 24 de fevereiro transpõe parcialmente as Diretivas n.ºs 2011/61/UE, e 2013/14/UE, procedendo a uma revisão profunda do Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo. Esta revisão teve um impacto operacional significativo no Banco, levando à revisão de contratos de Depositário bem como à introdução de novos procedimentos operacionais, muitos de controlo da atividade dos fundos e/ou sociedades gestoras, e produção de um relatório anual para envio às autoridades de supervisão.

Recursos Humanos

A estratégia de **Gestão de Talento** do Banco Carregosa constitui uma componente nuclear da estratégia da organização. Esta estratégia passa pelo crescimento prudente e sustentado da instituição e dos seus recursos, nomeadamente os recursos humanos, apostando no desenvolvimento de talentos com competências diversificadas, capazes de acompanhar a elevada especialização e evolução do modelo de negócio do Banco Carregosa. A flexibilidade e a capacidade de adaptação às

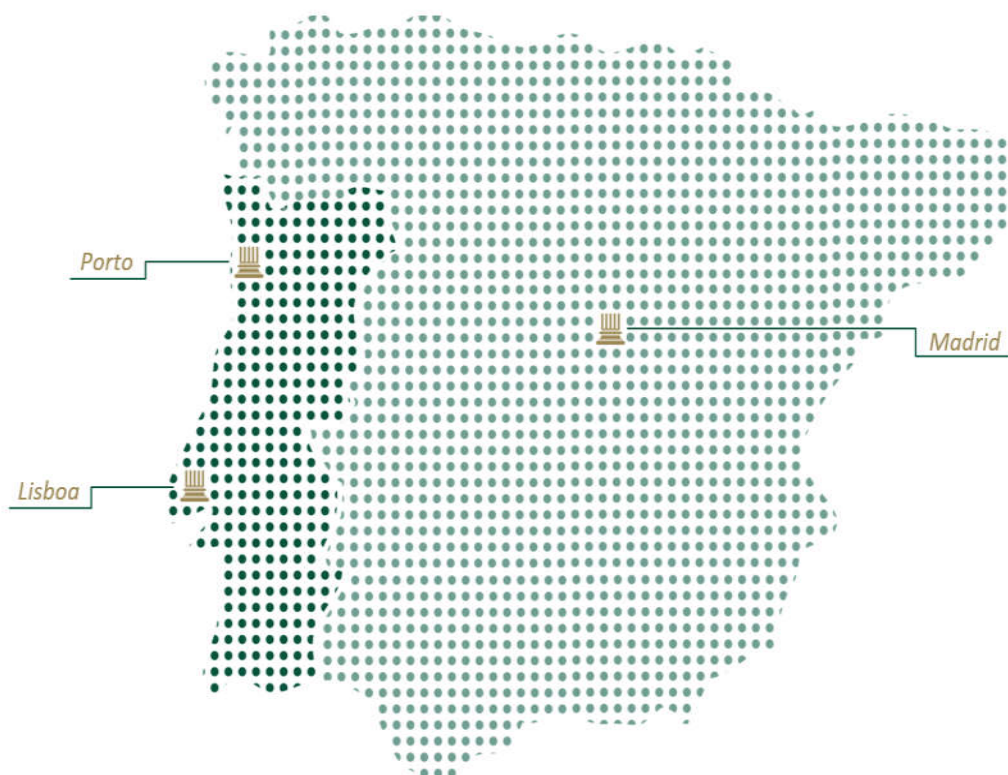
constantes modificações no setor são também características desejáveis e uma prioridade em questões de desenvolvimento.

A gestão de talento tem como principais objetivos atrair, desenvolver e reter o melhor talento, através da criação de condições para que seja implementado um ambiente onde os colaboradores se sintam motivados a explorar todo o seu potencial, com uma atitude positiva e construtiva, levando-os a desejar permanecer na organização.

São assim objetivos do Departamento de Recursos Humanos:

- Atrair e selecionar o melhor talento existente no mercado de trabalho do sector financeiro;
- Desenvolver o potencial dos ativos humanos existentes;
- Reter os melhores talentos existentes na organização.

Distribuição Geográfica do Banco Carregosa



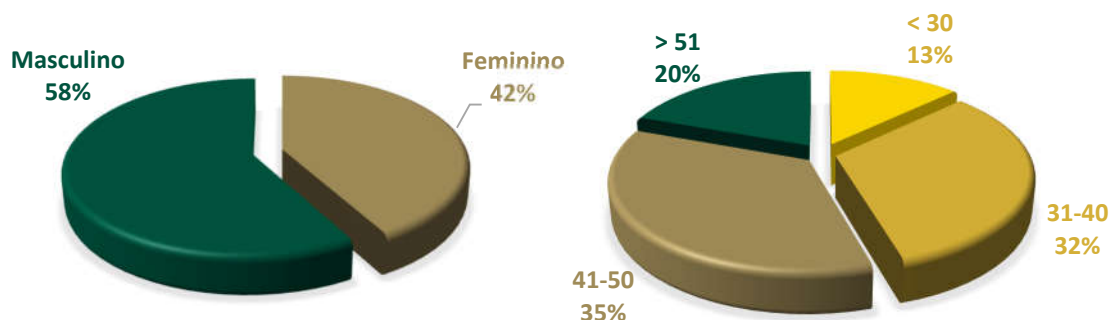
<i>Evolução do Quadro de Pessoal</i>	Dez. 2015	Dez. 2014
<i>Porto (Sede)</i>	62	56
<i>Lisboa</i>	15	17
<i>Madrid (escritório de representação)</i>	2	2
<i>Total</i>	79	75

O número de colaboradores manteve a tendência de crescimento já verificada entre 2013 e 2014, passando assim o quadro de pessoal de 75 colaboradores no final de 2014 para 79 no final de 2015. Este crescimento reflete a criação de uma nova equipa especializada focada no desenvolvimento do negócio institucional.

O quadro de pessoal do Banco Carregosa dispõe de colaboradores com elevado potencial, competências adequadas às suas funções, experiência no sector bancário e qualificações acima da média (75% dos colaboradores possui formação superior).

Relativamente à distribuição dos colaboradores por género, manteve-se a tendência de equilíbrio. A percentagem de colaboradoras do sexo feminino era no final de 2015, de 43%.

A média de idades dos colaboradores manteve-se nos 42 anos.



Distribuição por Género e Faixa Etária

Em 2015, houve uma forte aposta na formação de colaboradores, nomeadamente, através do financiamento de pós-graduações e especializações no estrangeiro bem como através do apoio à obtenção da certificação CFA. Aposta esta a que se pretende dar continuidade no próximo ano

5. ANÁLISE ÀS CONTAS

5.1.Contas Individuais

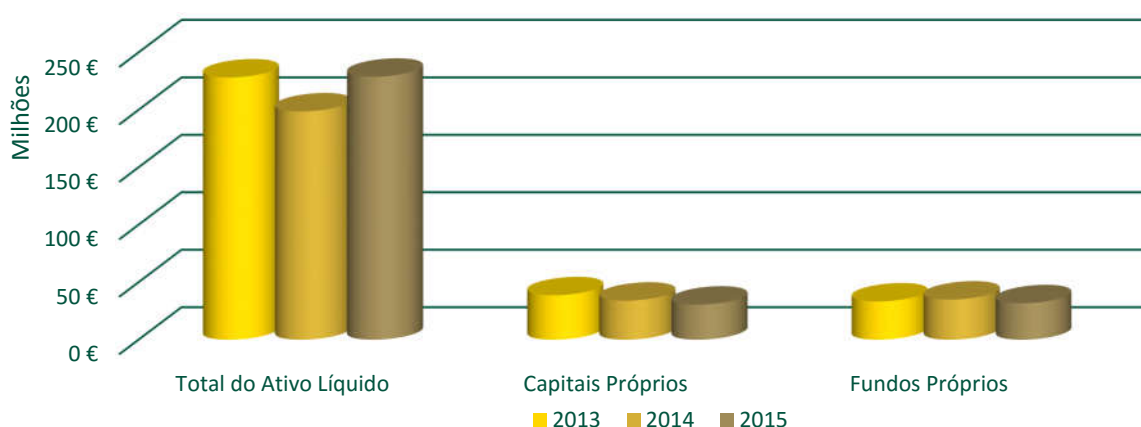
Em 2015, o Banco obteve resultados líquidos positivos de **€817,417** que, comparado com os €996 047 (reexpressos), igualmente positivos de 2014, representa um ligeiro decréscimo de 18%. Os resultados em análise foram alcançados tendo em consideração um aumento significativo da margem financeira (+46%), das comissões líquidas (+17%) e da reavaliação cambial (-0,1%). Os custos de estrutura, no seu conjunto, apresentaram um acréscimo de (+8%), tendo-se verificado, por outro lado, e pela negativa, uma redução considerável nos resultados da carteira própria de (-89%).

Os principais indicadores de desempenho encontram-se no quadro “**Síntese de Indicadores**”, que traduz os principais destaques da evolução do Banco em 2015.

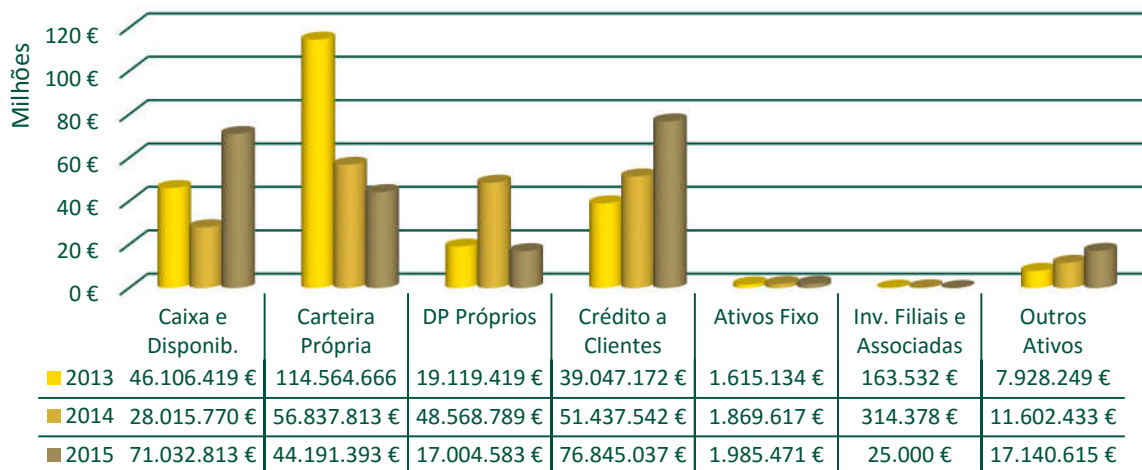
O **Ativo Líquido** cresceu 15%, para cerca de **228 milhões de euros**, como resultado da deslocalização das aplicações em instituições de crédito para disponibilidades em Bancos Centrais, do crescimento do crédito a clientes, do registo de ativos por impostos diferidos em resultado do apuramento de prejuízos fiscais e de uma diminuição da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda. Paralelamente, verifica-se uma diminuição dos **Capitais Próprios**, situando-se agora nos 30,5 milhões de euros em resultado das reservas de reavaliação negativas da carteira de investimento. Os **Fundos Próprios** acompanham esta tendência, situando-se nos 31,7 milhões de euros.

	2015	Var %	2014 (*)	Var %	2013
Total do Ativo Líquido	228.224.913 €	14,9%	198.685.655 €	-13,2%	228.858.967 €
Capitais Próprios	30.530.931 €	-10,1%	33.961.995 €	-12,1%	38.657.129 €
Fundos Próprios	31.706.753 €	-6,5%	33.913.021 €	1,8%	33.298.095 €

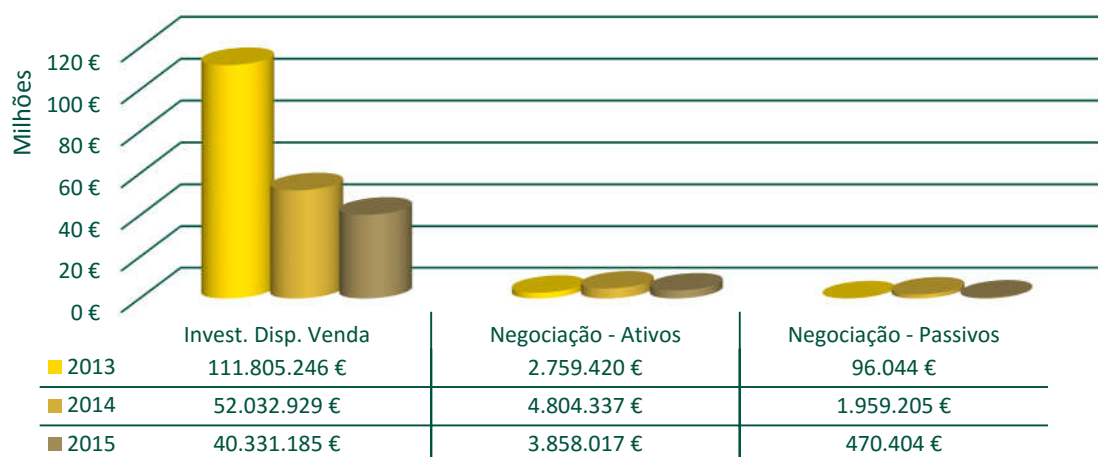
(*) - Valores reexpressos



Composição do Ativo

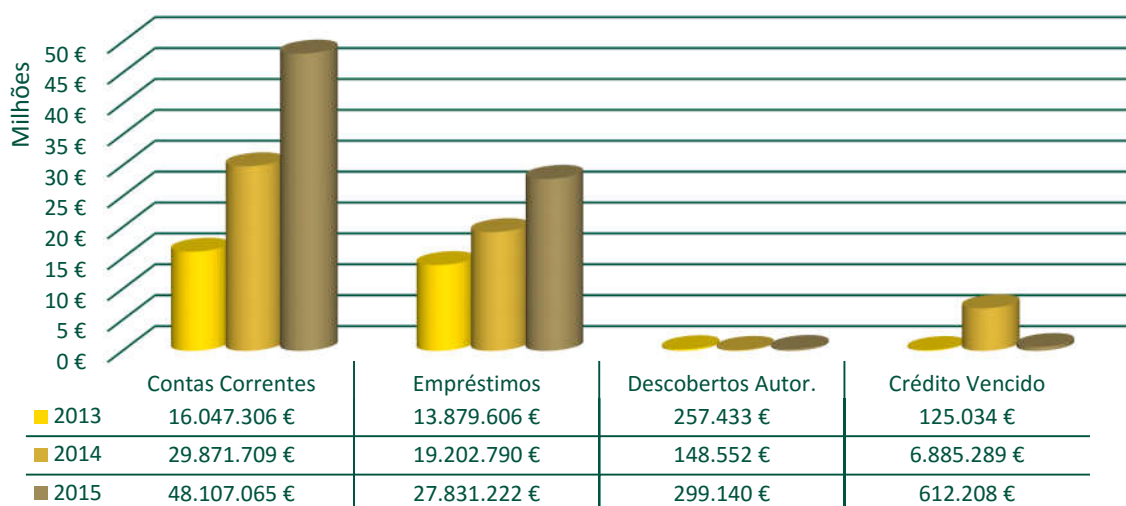


Evolução da Carteira de Títulos



As carteiras de títulos do Banco (investimentos e negociação) representam, por si só, 19,4% do ativo líquido que compara com os 28,6% de 2014. Em valores agregados e absolutos, para cada um dos anos, situou-se nos 44 e 57 milhões de euros, respetivamente (excluindo os passivos de negociação).

Evolução da Carteira de Crédito



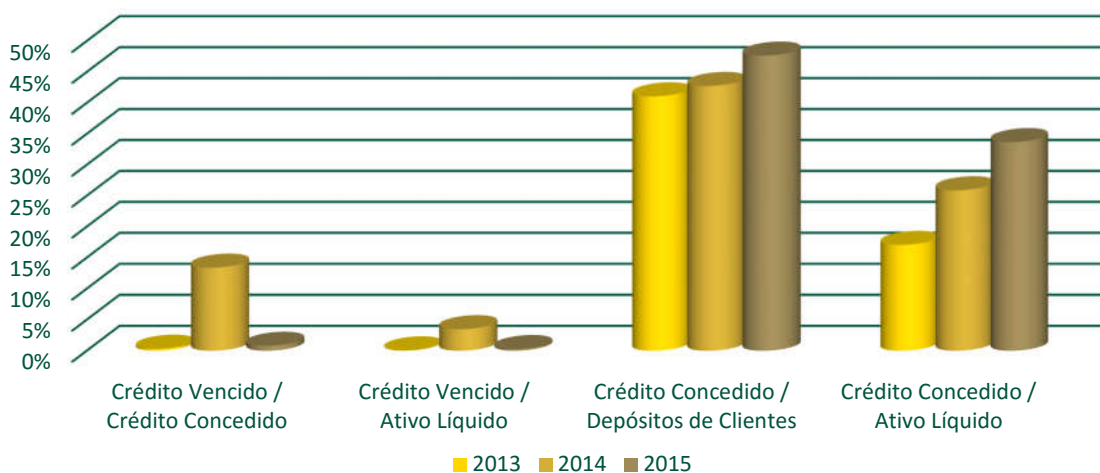
A carteira de crédito, após uma estabilização em 2013, sem variação relativamente a 2012, em contraciclo com a escassez do mercado, sofreu em 2014 uma nova dinâmica em parte devido à procura e a uma maior abertura para encarar operações de crédito por parte do Banco. Esta carteira, de características próprias e finalidades específicas, consubstancia contratos validados por intervenção notarial e na sua maioria sujeitos a registo de natureza predial, embora o Banco não conceda crédito à habitação e ao consumo. Adicionalmente, o Banco dispõe ainda, na grande maioria das operações, de garantias pessoais dos respetivos devedores ou garantes.

Contratos de Crédito	31/12/2015		31/12/2014	
	Nº Contratos	Crédito em Dívida	Nº Contratos	Crédito em Dívida
Empréstimos	26	27.831.222 €	33	19.202.790 €
Aquisição Valores Mobiliários	2	2.050.000 €	4	3.760.000 €
Apoio a Tesouraria	22	25.696.135 €	22	12.075.562 €
Investimentos Diversos	2	85.068 €	7	3.367.228 €
Contas Correntes Caucionadas	40	48.107.065 €	36	29.871.709 €
Aquisição Valores Mobiliários	11	9.379.764 €	12	5.447.082 €
Apoio a Tesouraria	23	29.339.004 €	24	24.424.627 €
Investimentos Diversos	6	9.388.297 €	0	0 €
Descobertos Autorizados	2	299.140 €	1	148.552 €
TOTAL	68	76.237.427 €	70	49.223.051 €

As garantias imobiliárias são objeto de reavaliação periódica, por técnicos Avaliadores credenciados e independentes, seguindo critérios prudentes que refletem a evolução dos correspondentes mercados imobiliários, a natureza dos imóveis, o potencial de utilização e de liquidez. As demais

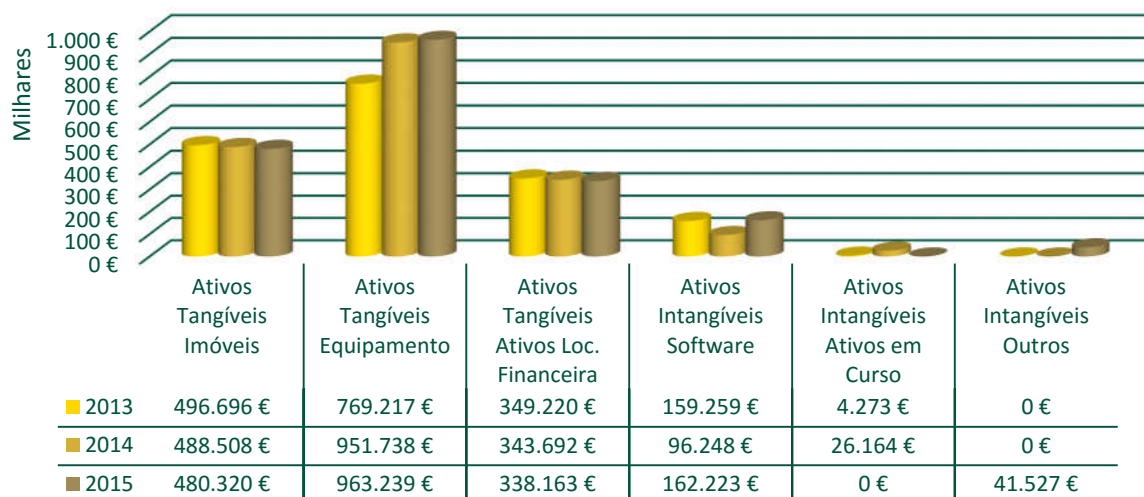
garantias são constituídas por penhores que incidem sobre carteiras de aplicações financeiras. As novas operações de crédito foram, essencialmente, concedidas a clientes com um perfil de risco reduzido. Em resultado desta política, o Banco não apresenta valores significativos na sua carteira de crédito vencido (capital e juros vencidos), representando, em 2015, €179.597 de provisionamento. As provisões para Riscos Gerais de Crédito sofreram uma diminuição de 5,5%, situando-se em €857.617 no final de 2014 e €810.519 em 2015.

No que diz respeito ao crédito a clientes, verificou-se uma maior apetência para esta área de negócio, o que justifica, em termos líquidos, um crescimento de 54,8% (+ 27 014 M€). Nesta análise haverá que considerar a compra, a uma Instituição Bancária não residente, de um crédito vencido no valor de 6,4 M€ cuja aquisição em 2014, se situou em 1,8 M€. A imparidade relacionada representou 4,62 M€. A esta operação esteve associado um contrato-promessa e uma garantia financeira para cessão deste mesmo crédito que se concretizou em 2015. O Banco não alterou a sua política de concessão de crédito, quer no que respeita à sua tipologia, finalidades e garantias associadas. Retirando o efeito desta última imparidade, verifica-se que os níveis de crédito vencido e o seu provisionamento se mantêm ao nível dos anos anteriores.



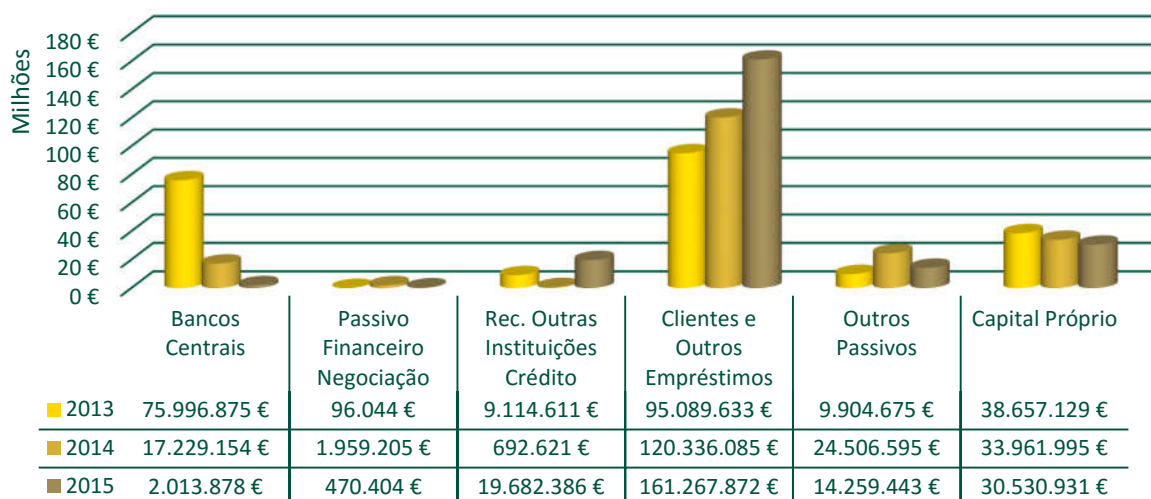
	2013	2014	2015
Crédito Vencido / Crédito Concedido	0,32%	13,39%	0,80%
Crédito Vencido / Ativo Líquido	0,05%	3,47%	0,27%
Crédito Concedido / Depósitos de Clientes	41,06%	42,74%	47,65%
Crédito Concedido / Ativo Líquido	17,06%	25,89%	33,67%

Ativos Fixos – Valor Líquido



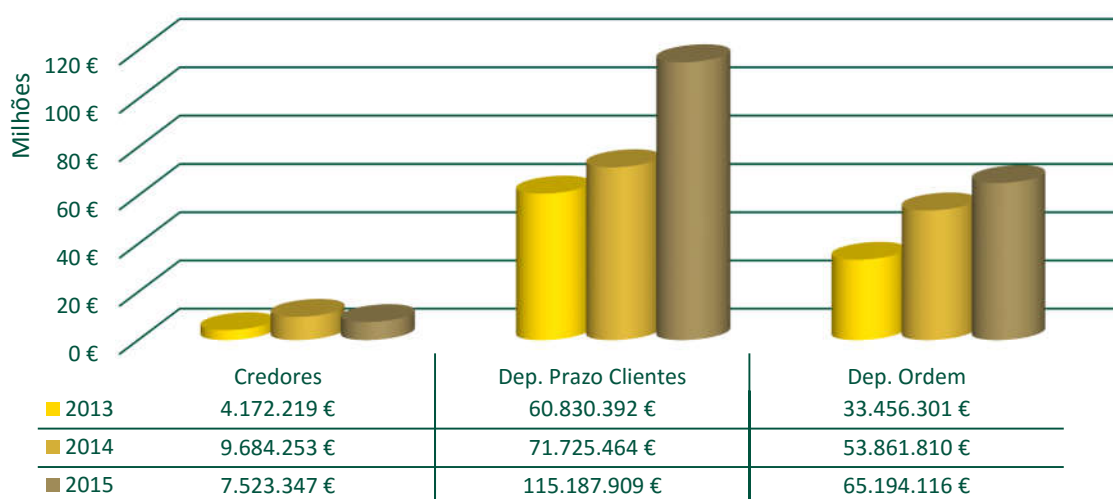
Os Ativos Fixos, em termos líquidos, apresentam um crescimento homólogo anual de 4%, decorrente de investimentos, na sua grande maioria, de substituição, sendo de referir a aplicação de amortizações integrais no equipamento de transporte em 2013.

Composição do Passivo e Situação Líquida



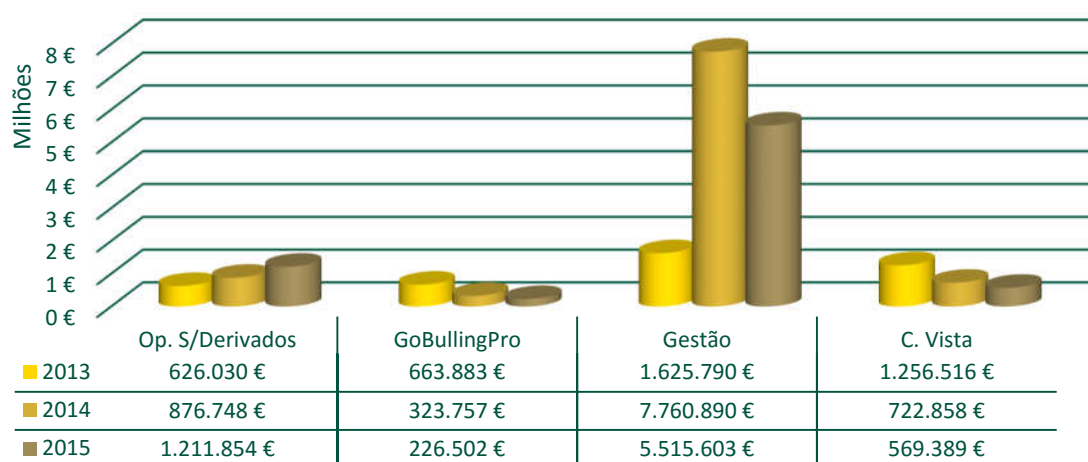
O **Passivo** apresenta um crescimento global de 20% face ao valor de 164,7 M€ de 2014, sendo de assinalar uma queda acentuada nos Recursos de Bancos Centrais (-88,3%), em parte compensada com o crescimento dos recursos de Outras Instituições de crédito (+27%). Contribuiu para o crescimento global do Passivo a variação positiva de + 41 milhões de recursos captados junto de clientes residentes e não residentes e o registo de passivos por impostos diferidos no valor de 0,142 M€. Salienta-se ainda uma diminuição da carteira de passivos financeiros detidos para negociação no valor de - 1,45 M€.

Evolução dos Recursos Captados de Clientes



Os **Recursos de Clientes** mantiveram um crescimento sustentado, já verificado em 2014, apresentando, no seu conjunto, uma variação positiva de 25% (+40,93 M€). Contribuíram para este crescimento, a abertura de novas contas, canalizando recursos seja para contas à Ordem que justificaram uma evolução positiva de 26%, seja para contas a prazo também com uma variação equivalente de 25%, beneficiando estas últimas da oferta de produtos inovadores sob a forma de depósitos indexados.

Credores por Tipo (detalhe)

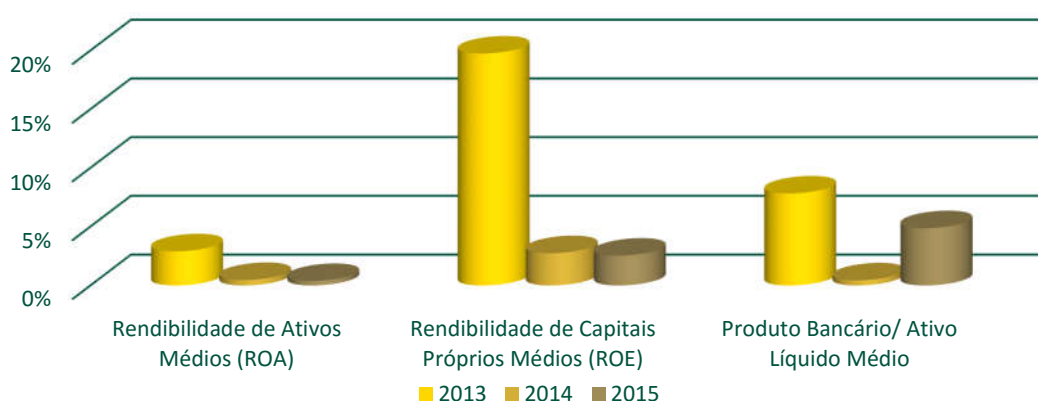


Os recursos captados junto dos clientes, no seu conjunto, apresentam assim um crescimento significativo (+37,39%) face ao ano anterior. Esta evolução reflete não só o incremento de novos clientes, mas também a tendência de reforço da proporção do património financeiro dos clientes aplicado em produtos de Depósitos à Ordem e a Prazo e em modelos de gestão.

Na vertente da **Situação Líquida**, os capitais próprios evidenciaram uma evolução negativa de 3,43M€ em função direta da desvalorização da carteira de investimentos registada em reservas que por si só justifica uma variação negativa de 4,6 M€.

A **Solidez Financeira** manteve-se, tendo o Rácio de Solvabilidade (Tier I) atingido os 17,99%, claramente acima do nível mínimo regularmente exigido.

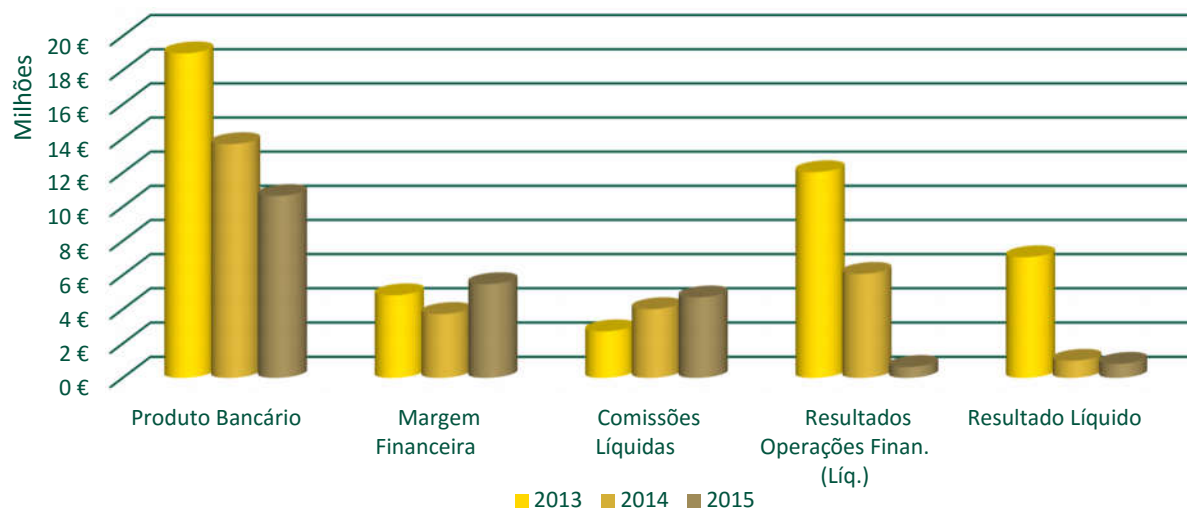
No que concerne aos **Resultados**, destaca-se a Rendibilidade Média dos Capitais Próprios, no triénio 2013-2015, de 8,34%, fruto dos resultados positivos obtidos nos três últimos exercícios, embora influenciados pelo ano de 2013.



	2015	2014	2013
Rendibilidade de Ativos Médios (ROA)	0,38%	0,47%	2,90%
Rendibilidade de Capitais Próprios Médios (ROE)	2,53%	2,74%	19,75%
Produto Bancário/ Ativo Líquido Médio	4,87%	0,44%	7,82%

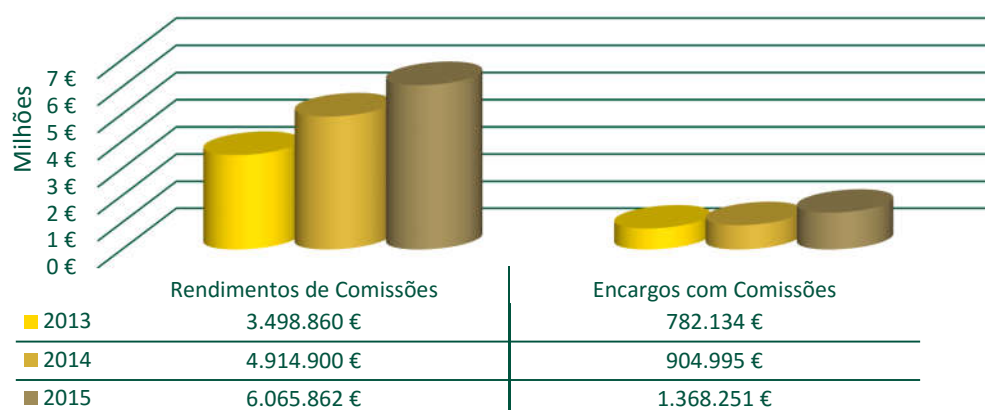
O **Produto Bancário** atingiu cerca de 10,6 M€, valor inferior ao alcançado em 2014 (-22%). Esta redução fica a dever-se a uma quebra acentuada (- 90%) nos Resultados de Operações financeiras (- 5,4 M€), em parte compensada por uma variação positiva de 47% na margem financeira e 17% nas comissões líquidas, atingindo-se assim um **Resultado Líquido** apurado em 2015 no valor de 0,82M€, conforme se detalha no quadro seguinte:

	2015	Var %	2014	Var %	2013
Produto Bancário	10.637.661	-22%	13.673.703	-28%	18.990.837
Margem Financeira	5.473.493	47%	3.727.904	-23%	4.821.917
Comissões Líquidas	4.697.611	17%	4.009.905	48%	2.716.726
Resultados de Operações Financeiras (Líquido)	635.414	-90%	6.074.037	-50%	12.032.793
Resultado Líquido	817.417	-18%	996.047	-86%	7.052.287



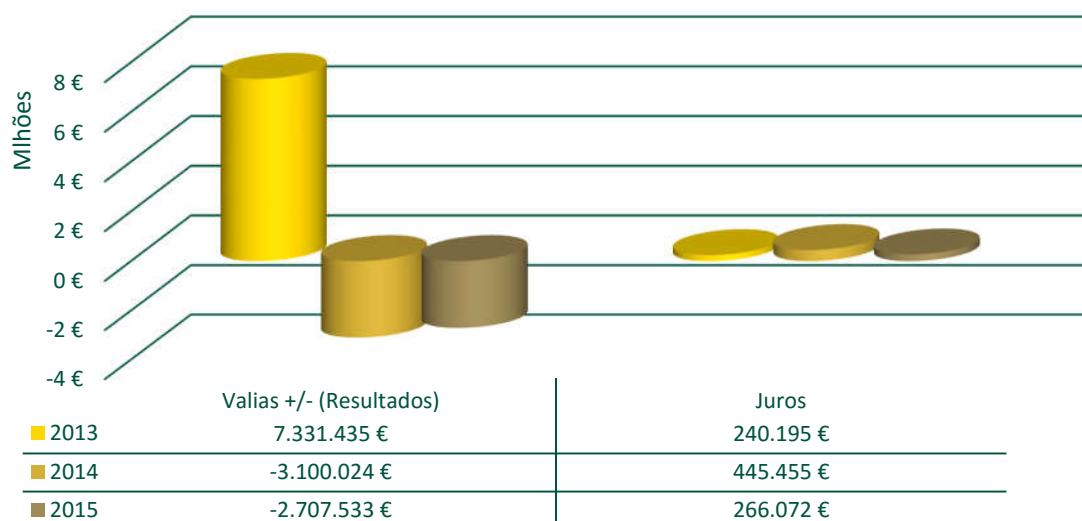
As **Comissões Líquidas** apresentam um crescimento moderado de 17% (+0,69 M€), fruto do aumento da atividade de gestão de ativos, de serviços prestados de assessoria financeira, das receitas de áreas de negócio jovens como as de depositário de fundos de investimento e de compensação e liquidação no MIBEL, a que acresce uma maior eficiência na cobrança de serviços tradicionais do Banco, designadamente na prestação de garantias bancárias e pela mais recente linha de negócio institucional que se pretende vir atingir valores de comissionamento com significado nos exercícios futuros. Em termos concretos, verificou-se um aumento das comissões cobradas com o serviço de gestão de carteiras (+58%), bem como de depositário de organismos de investimento coletivo (+78%) ou de serviços de assessoria financeira (+340%). Já ao nível dos encargos com comissões, verifica-se também um aumento, embora de proporção inferior...

Evolução das Comissões Líquidas



Os **Resultados em Operações Financeiras**, com uma variação negativa de 90%, são o reflexo da exposição ao mercado brasileiro e ao impacto das variações cambiais, nomeadamente face ao dólar e do redireccionamento da política de investimento da carteira de títulos do Banco, quer por alienações quer por novas aquisições.

Ganhos e Perdas - Ativos e Passivos Financeiros Detidos para Negociação

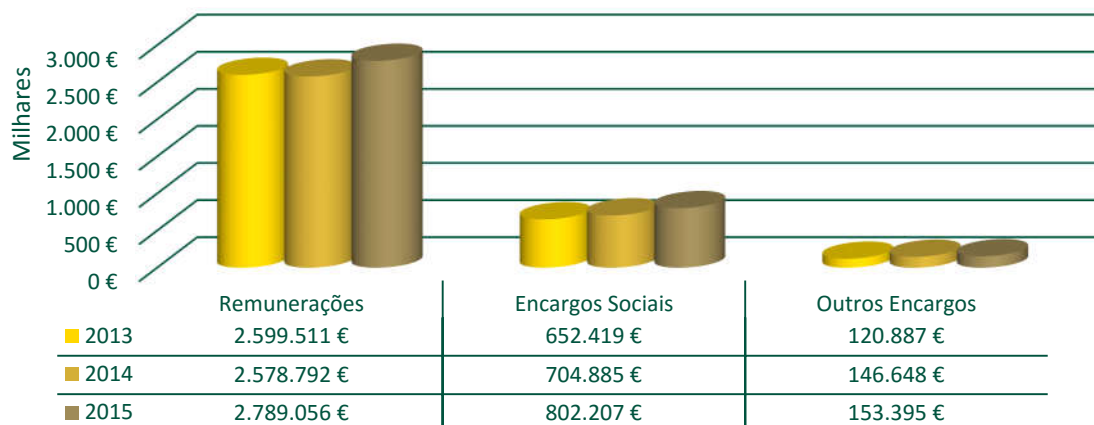


Ganhos e Perdas - Ativos e Passivos Financeiros Detidos para Venda



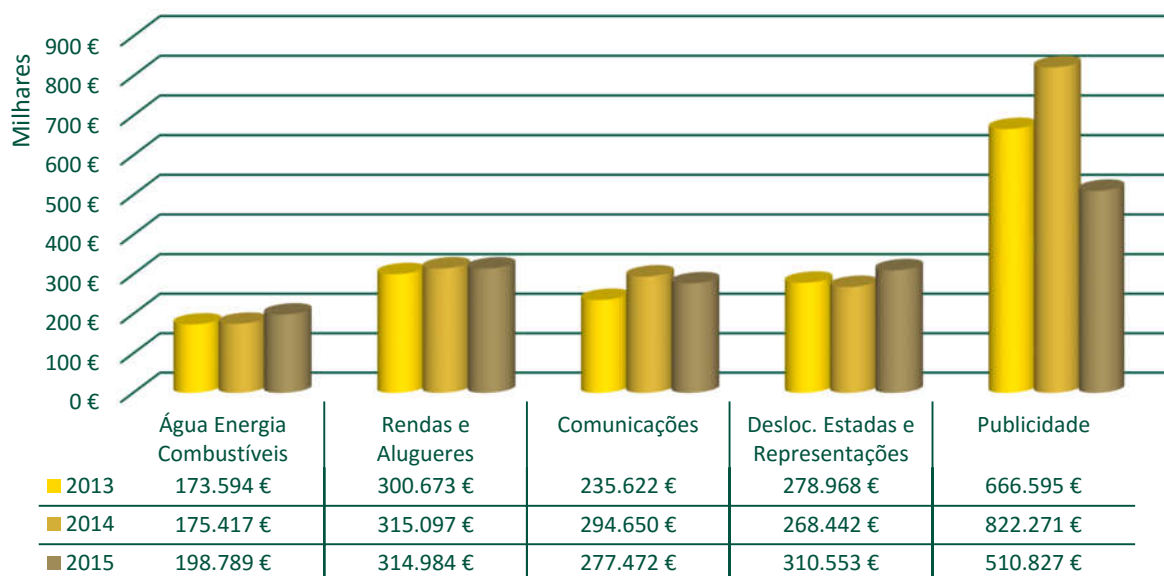
Como se pode verificar pela análise dos gráficos, o ano de 2015, no que se refere ao resultado da gestão das carteiras próprias, revela um resultado global menos favorável face ao verificado em anos anteriores. Tal resultado foi influenciado por dois tipos de fatores conjunturais distintos. Por um lado, a desvalorização do euro face ao dólar americano provocou menos valias nos instrumentos derivados que constam da carteira de negociação, utilizados para cobertura da exposição ao risco cambial, decorrente da posse de ativos denominados nessa moeda. Por outro lado, um aumento da perceção de risco nos mercados de dívida dos países emergentes, resultou numa descida das cotações dos títulos que compõem maioritariamente a carteira de investimentos detidos para venda.

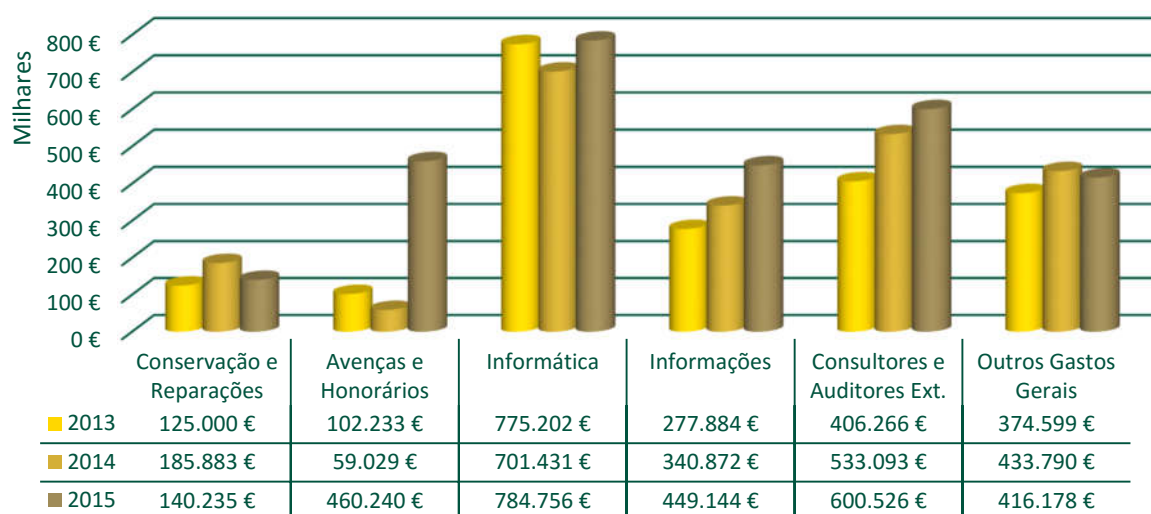
Custos com Pessoal



Os Custos Com Pessoal apresentam um crescimento moderado relativamente a 2014 (+8%), justificado pela necessidade de reforçar o Banco com a admissão de 4 novos colaboradores, mantendo o nível salarial estabilizado. Em 2015 não se verificou qualquer distribuição de lucros em resultado do desempenho individual e iniciou-se, em conjunto com uma consultora de referência, um projeto global para melhor enquadramento funcional, assente numa nova política de compensação e benefícios.

Gastos Gerais Administrativos





Os Gastos Gerais Administrativos mantiveram um nível de crescimento controlado (+6%), em linha com idêntico crescimento já verificado em 2014. Este crescimento é justificado pelos custos de produção, pela desaceleração do investimento em marketing, com um máximo em 2014, pelos custos relacionados com a componente tecnológica e com o recurso a serviços especializados, suportes fundamentais para o funcionamento e desenvolvimento da atividade e melhor oferta de produtos e serviços.

5.2. Contas Consolidadas

Em resultado da reduzida expressão das Demonstrações Financeiras de cada uma das entidades relacionadas, consideradas no perímetro de consolidação, e do contributo exclusivo e decisivo do Banco, expresso na análise às contas individuais, são apenas dignas de registos as seguintes notas:

O Ativo Líquido Consolidado, comparado com 2014, cresceu 14,3% situando-se nos 227,7 milhões de euros que compara com os 228,2 milhões de euros registados no Banco em 2015.

O Resultado Líquido Consolidado em 2015 foi de €813 073 (positivos) com os contributos de cada uma das empresas, após anulação dos movimentos recíprocos e do Banco, com um resultado líquido de €817 417, igualmente positivo.

Estas variações encontram expressão nos respetivos anexos.

6. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE SOBRE INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Os membros do Conselho de Administração do Banco Carregosa, declaram que:

- i. As demonstrações financeiras individuais do Banco Carregosa, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2015, foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definido pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro de 2005;
- ii. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Banco Carregosa relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2015, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia e transpostas para a legislação portuguesa através do Decreto – Lei nº 35 /2005, de 17 de fevereiro;
- iii. Tanto quanto é do seu conhecimento, as demonstrações financeiras referidas nas alíneas (i) e (ii) dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e passivo, da situação financeira e dos resultados do Banco Carregosa e do Grupo, de acordo com as referidas Normas e foram objeto de aprovação na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 4 de maio de 2016;
- iv. O Relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira do Banco Carregosa e do Grupo no exercício de 2015.

7. EVENTOS SUBSEQUENTES

De acordo com o disposto na “IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço”, refere-se que, em janeiro de 2016 e de acordo com um contrato celebrado naquele mês, o Banco relevou nas suas contas uma entrega de 50 mil euros para a tomada de uma posição acionista de 10% do capital de uma Instituição de crédito sediada no estrangeiro.

Em Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 29 de janeiro de 2016, foi eleito administrador o Dr. Jorge Alberto Carvalho Martins que se encontra a aguardar registo pelo Banco de Portugal.

O administrador Dr. Pedro José Malheiro Duarte encontra-se, a pedido do próprio, suspenso nas suas funções desde 1 de março de 2016.

O administrador Dr. Nuno Rafael Domingues dos Reis Maya renunciou ao cargo com efeitos a partir de 31 de março de 2016.

8. INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO ARTº 66 DO C.S.C.

A sociedade e as suas entidades relacionadas não têm quaisquer dívidas em mora ao Setor Público Estatal.

O Banco não detém, não adquiriu, nem vendeu ações próprias.

Nos termos do art.º 397º do C.S.C., não foram referenciados atos enquadrados nos art.º s 1) a 3), não existindo por isso referências a autorizações concedidas por deliberação do Conselho de Administração, nem pareceres proferidos sobre as mesmas, por parte do Conselho Fiscal.

Em cumprimento da alínea b) do nº 1 do art.º 66-A do capítulo VI do C.S.C., encontra-se expresso no anexo às contas consolidadas e individuais (notas 35 e 34, respetivamente), os honorários totais faturados durante o exercício financeiro pelo revisor oficial de contas, relativamente à revisão legal das contas anuais, e os honorários faturados relativamente a outros serviços de garantia e fiabilidade, os honorários totais faturados a título de consultadoria fiscal e os honorários totais faturados a título de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria.

A incorporação obrigatória das NCA´s e das normas contabilísticas internacionais encontra-se integralmente realizada.

9. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E COLABORADORES

Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 18º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011 de 29/12, declara-se que a Política de Remunerações é elaborada em estrita conformidade com os princípios e regras do referido aviso 10/2011 e ainda de acordo com o ponto 24 do anexo ao D.L. 104/2007 de 03/04, com a redação que lhe foi dada pelo D.L. 88/2011 de 20/07.

Esta política, que adiante se expõe mais detalhadamente, é adequada e proporcional à dimensão e organização da Instituição, evitando uma exposição excessiva aos riscos, pautando-se por valores de justiça e equidade, responsabilidade e transparência, valorizando o efetivo desempenho dos seus colaboradores.

9.1. Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização

As remunerações dos órgãos sociais do Banco Carregosa são determinadas por uma Comissão de Remunerações eleita pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos dos Estatutos Societários.

Com mandato para o triénio 2015/2017, esta Comissão é constituída pelo Sr. Dr. José Inácio Sousa Lima, advogado, Sr. Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves, Administrador não executivo, e pelo Sr. Dr. Sérgio Nuno Reis Perdigão, auditor, que após proposta do Conselho de Administração substituiu o Sr. Dr. Joaquim Manuel Martins da Cunha, Revisor Oficial de Contas.

Entendeu aquela Comissão que não deveria haver remunerações variáveis, dependentes ou não do desempenho individual ou coletivo. Determinou, ainda, a não diferenciação de condições de previdência ou reforma dos Administradores Executivos, face aos demais colaboradores do Banco.

Para o ano de 2015, as remunerações fixas mensais para os membros dos Órgãos de Administração foram estabelecidas em:

<i>Cargo</i>	<i>RFM</i>
<i>Presidente Conselho de Administração</i>	€4.000
<i>Presidente Comissão Executiva</i>	€6.000
<i>Vogais Comissão Executiva</i>	€5.800

Além disso, estabeleceram-se os seguintes princípios:

- As remunerações fixas mensais serão pagas na base de 14 meses/ano;
- Os membros que integram a Comissão Executiva do Banco Carregosa só exercerão cargos sociais noutras empresas em representação ou no interesse do Banco Carregosa, sendo as remunerações por si auferidas pelo exercício desses cargos consideradas na remuneração global, determinada pela Comissão de Remunerações;
- Pelo exercício das respetivas funções, os restantes membros dos órgãos de Administração do Banco L. J. Carregosa, S.A. recebem uma senha de presença;
- Em caso de destituição dos membros do Conselho de Administração, é política do Banco Carregosa o pagamento das compensações previstas na lei. Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer compensação adicional, aplicando-se os mesmos critérios aos restantes colaboradores.
- O presidente do Conselho Fiscal e os vogais deste órgão recebem uma senha de presença;
- Os membros da Comissão de Remunerações não auferem qualquer remuneração pelo desempenho deste cargo.

9.2. Remuneração dos restantes Colaboradores do Banco L. J. Carregosa, S.A.

A generalidade dos restantes colaboradores auferem apenas remunerações fixas e procurou-se ter em conta o nível de responsabilidade, especificidade de funções desempenhadas e contributos de cada um. Os Colaboradores com funções comerciais, em linha com a prática neste segmento de negócio auferem, a par de remuneração fixa, um complemento variável, de base objetiva e proporcional aos proveitos gerados pelos clientes que acompanham. A dimensão da Instituição e o escrutínio permanente por parte da hierarquia permitem prevenir os conflitos de interesse que as remunerações variáveis potencialmente representam.

Sempre que necessário, são auscultadas as pessoas que integram as unidades de estrutura responsáveis pelas funções de controlo, de recursos humanos, ou peritos externos, de forma a permitir a formação de um juízo de valor independente sobre a adequação da remuneração, incluindo os seus efeitos sobre a gestão de riscos, capital e liquidez da Instituição.

O processo de fixação das remunerações pauta-se pelos valores da justiça e equidade, da proporcionalidade, da responsabilidade e do equilíbrio entre funções e colaboradores.

Os Colaboradores a que se refere o nº 2 do Art.º 1º do Aviso Nº 10/2011 do Banco de Portugal, não auferem remunerações com componente variável. O Diretor Central, ao abrigo da alínea b) e c) do nº2 do art.º 1º do mesmo aviso, auferir uma remuneração fixa equivalente aos membros da Comissão Executiva. Situação similar aplica-se à responsável do canal relacional. Em cumprimento da alínea e) do art.º 17, informa-se igualmente que no ano de 2015, foram efetuadas 4 novas contratações, ficando expresso, no quadro abaixo, os restantes requisitos relacionados com este mesmo artigo.

Área de Atividade	Remunerações Totais	
	Fixas	Variáveis (*)
Órgãos de Administração e Fiscalização		
Conselho de Administração	66.093,24 €	0,00 €
Comissão Executiva	340.107,48 €	0,00 €
Conselho Fiscal	19.560,00 €	0,00 €
Assessoria		
Assessoria	30.382,60 €	0,00 €
Direção Central		
Direção Central	84.577,64 €	0,00 €
Unidades de Negócio		
Banca Privada	325.157,14 €	0,00 €
Canal Online (*)	213.945,55 €	55.798,25 €
Rede de Assessores de Investimento	34.819,65 €	0,00 €
Negócio Institucional	65.971,22 €	0,00 €
Originação e Gestão	274.515,35 €	0,00 €
Financeiro	100.708,55 €	0,00 €
Mercados	85.549,12 €	3.689,76 €
Unidades de Apoio ao Negócio		
Operações	184.090,41 €	0,00 €
Jurídico	90.125,03 €	0,00 €
Marketing	77.571,96 €	0,00 €
Sistemas	99.208,11 €	0,00 €
Auditoria Interna	43.694,49 €	0,00 €
Compliance	68.689,92 €	0,00 €
Risco	77.106,96 €	0,00 €
Contabilidade e Informação de Gestão	143.837,03 €	0,00 €
Recursos Humanos	23.594,86 €	0,00 €
Secretariado	103.193,96 €	0,00 €
Comunicação	59.615,47 €	0,00 €
Conservação e Reparação	90.660,96 €	0,00 €
Espanha	26.791,37 €	0,00 €
Total Global	2.729.568,09 €	59.448,01 €

(*) Deu lugar às unidades de Afluentes e de Negociação Eletrónica

10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se, nos termos da alínea f) nº5 do artigo 66, e para efeitos da alínea b) do nº 1 do Artigo 376º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, e do artigo 25º dos estatutos da Sociedade que o Resultado Líquido do Exercício (positivo) no valor de **€ 817 417,09**

- Para Reforço da Reserva Legal: **€ 81 741,71**
- Para Reservas Livres: **€ 735 675,38**

11. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração agradece aos Senhores Acionistas a confiança que nele depositaram para a condução dos negócios societários, envolvendo nestes agradecimentos:

O Banco de Portugal e a CMVM – Comissão de Mercado de Valores Mobiliários - pela compreensão e pelo diálogo permanente e frutuoso mantido neste exercício;

Os Órgãos Sociais, Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, por toda a cooperação demonstrada;

Os colaboradores do Banco, pelo seu contributo empenhado dedicado e competente, indispensável ao bom funcionamento da Instituição.



BANCO
CARREGOSA



ANEXOS CONTAS CONSOLIDADAS

ANÁLISE E ANEXOS

BALANÇO CONSOLIDADO NIC/NIRF EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

		31/12/2015			Ano anterior
Notas		Valor antes de provisões, imparidades e amortizações	Provisões, imparidades e amortizações	Valor líquido	
		1	2	3 = 1 - 2	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1	47.502.895	-	47.502.895	1.566.284
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	23.585.448	-	23.585.448	26.574.622
Ativos financeiros detidos para negociação	3	3.858.021	-	3.858.021	4.804.341
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	4	3.567	-	3.567	912
Ativos financeiros disponíveis para venda	5	45.356.374	(5.025.189)	40.331.185	44.310.413
Aplicações em instituições de crédito	6	17.116.330	0	17.116.330	49.528.487
Crédito a clientes	7	77.024.634	(942.303)	76.082.331	50.730.981
Investimentos detidos até à maturidade		-	-	-	-
Ativos com acordo de recompra		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Ativos não correntes detidos para venda	8	85.680	-	85.680	85.680
Propriedades de investimento	9	-	-	-	7.633.087
Outros ativos tangíveis	10	6.413.037	(4.597.727)	1.815.311	1.830.935
Ativos intangíveis	11	2.631.491	(2.418.660)	212.831	174.646
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação		-	-	-	-
Ativos por impostos correntes	12	-	-	-	2.586.946
Ativos por impostos diferidos	13	1.288.906	-	1.288.906	246.475
Outros ativos	14	15.890.416	(100.000)	15.790.416	9.032.971
Total de Ativo		240.756.800	(13.083.879)	227.672.920	199.106.780
Passivo					
Recursos de bancos centrais	15			2.013.878	17.229.154
Passivos financeiros detidos para negociação	16			470.404	1.959.205
Outros passivos ao justo valor através de resultados				-	-
Recursos de outras instituições de crédito	17			19.683.158	692.832
Recursos de clientes e outros empréstimos	18			161.267.870	117.756.756
Responsabilidades representadas por títulos				-	-
Passivos financeiros associados a ativos transferidos				-	-
Derivados de cobertura				-	-
Passivos não correntes detidos para venda				-	-
Provisões	19			47.813	269.834
Passivos por impostos correntes	20			144.870	3.879
Passivos por impostos diferidos				-	-
Instrumentos representativos de capital				-	-
Outros passivos subordinados				-	-
Outros passivos	21			13.361.518	24.062.868
Total de Passivo				196.989.511	161.974.528
Capital					
Capital				20.000.000	20.000.000
Prémios de emissão				369.257	369.257
Outros instrumentos de capital				-	-
Reservas de reavaliação				(4.883.741)	(1.227.134)
Outras reservas e resultados transitados				14.296.181	13.189.143
Ações próprias				-	-
Resultado Consolidado do exercício				813.073	1.337.757
Dividendos antecipados				-	-
Total de Capital Próprio atribuído ao Grupo	22			30.594.770	33.669.023
Interesses minoritários	23			88.640	3.463.228
Total do Capital Próprio				30.683.410	37.132.251
Total do Passivo + Capital				227.672.920	199.106.780
O Contabilista Certificado				O Conselho de Administração	

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS NIC/NIRF

	Notas	31/12/2015	Ano Anterior
Juros e rendimentos similares	24	6.904.431	5.807.191
Juros e encargos similares	25	(1.427.050)	(2.034.832)
Margem financeira		5.477.381	3.772.359
Rendimentos de instrumentos de capital	26	125.177	-
Rendimentos de serviços e comissões	27	6.065.862	4.872.580
Encargos com serviços e comissões	28	(1.368.718)	(985.281)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	29	(2.707.533)	(2.641.899)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	30	345.303	5.615.643
Resultados de reavaliação cambial	31	2.470.609	2.494.212
Resultados de alienação de outros ativos	32	401.859	965.559
Outros resultados de exploração	33	(147.496)	455.971
Produto da atividade		10.662.444	13.549.144
Custos com pessoal	34	(4.191.282)	(3.764.831)
Gastos gerais administrativos	35	(4.014.402)	(3.768.656)
Depreciações e amortizações	36	(616.364)	(578.689)
Provisões líquidas de anulações	37	103.243	297.066
Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações	38	(319.288)	(224.424)
Imparidade de outros ativos financeiros líquidos de reversões e recuperações	39	(459.128)	(4.525.211)
Imparidade de outros ativos líquidos de reversões e recuperações	40	(81.835)	-
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)		-	-
Resultado antes de impostos		1.083.388	1.984.399
Impostos			
Correntes	41	(287.030)	(331.532)
Diferidos	42	12.237	(13.841)
Resultado após impostos		808.595	1.639.026
Interesses Minoritários	43	4.478	(301.269)
Resultado consolidado do exercício		813.073	1.337.757
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

	31/12/2015	Ano Anterior
Resultado líquido consolidado do exercício	813.073	1.337.757
Rubricas que não serão reclassificadas em resultados:		
Ativos tangíveis	(388)	3.747
Ganhos ou perdas (-) atuariais com planos de pensões de benefício definido	80.920	(695.587)
Elementos que podem ser reclassificados em resultados:		
Conversão cambial	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	(4.825.580)	(3.677.912)
Imposto sobre os rendimentos relacionado com elementos que podem ser reclassificados em resultados	1.169.361	544.695
Outro rendimento integral	(3.575.687)	(3.825.058)
Rendimento integral total do ano	(2.762.614)	(2.487.301)
Atribuíveis a interesses minoritários [interesses que não controlam]	4.478	(301.269)
Atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	(2.767.092)	(2.186.032)

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA
para o período findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Montantes expressos em Euros)

	31/12/2015	Ano Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	13.561.942	11.486.430
Pagamento de juros e comissões	(3.207.915)	(3.900.186)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(8.102.132)	(7.522.084)
Recursos de instituições de crédito	4.115.058	(65.744.261)
Outros ativos e passivos operacionais	(18.399.905)	15.920.404
Outros recebimentos de clientes	15.949.262	15.566.703
Impostos sobre lucros	2.581.920	(2.593.215)
Caixa líquida das atividades operacionais	6.498.229	(36.786.208)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	-	-
Aquisição/Alienação de ativos disponíveis para venda	5.743.855	52.958.237
Investimentos detidos até à maturidade	-	-
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(785.173)	(706.958)
Vendas de ativos tangíveis e intangíveis	115.450	15.758
Aumento/Diminuição em outras contas do ativo	-	(773.468)
Investimentos em empresas filiais e associadas	-	-
Caixa líquida das atividades de investimento	5.074.133	51.493.569
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Aumento de Capital	-	-
Outros instrumentos de capital	-	-
Dividendos pagos	-	(1.774.353)
Emissão de dívida titulada e subordinada	-	-
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	-	-
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	-	-
Recursos de instituições de crédito (não está associado com as principais atividades geradoras de réditos)	-	-
Caixa líquida das atividades de financiamento	-	(1.774.353)
Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	11.572.362	12.933.008
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e equivalentes no início do exercício (*)	76.581.440	64.559.980
Caixa e equivalentes no fim do exercício	88.153.802	77.492.988
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	47.502.895	1.566.284
Disponibilidades em outras instituições de crédito	23.585.448	26.574.622
Aplicações em outras instituições de crédito	17.113.055	49.524.409
Descobertos em outras instituições de crédito	(47.596)	(172.327)
(*) valor ajustado tendo em conta o perímetro de consolidação a 31 de dezembro de 2015		
O Contabilista Certificado	Conselho de Administração	

ATIVOS INTANGÍVEIS E TANGÍVEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(ATIVIDADE CONSOLIDADA)

(valores em euros)

Contas	Em 31/12/2014		Aumentos Aquisições	Amortizações do exercício	Abates (líquido)	Transf.	Regularizações			Valor de aquisição ajustado	Amort. exercício ajustadas	Amortizações acumuladas ajustadas	Valor líquido em 31/12/2015
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					Valor bruto	Amort. do exercício	Amortizações acumuladas				
<u>OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS</u>													
Goodwill	43.913	-	-	-	-	-	(43.713)	-	-	200	-	-	200
Despesas de Estabelecimento	498.364	(498.364)	-	-	-	-	(498.364)	-	498.364	-	-	-	-
Custos Plurianuais	595.458	(595.458)	-	-	-	-	(595.458)	-	595.458	-	-	-	-
Sistemas de Tratamento de Dados (software)	2.396.732	(2.292.164)	224.626	(166.916)	-	8.826	(241.422)	-	241.422	2.388.762	(166.916)	(2.050.742)	171.105
Outros Ativos Intangíveis	203.675	(203.675)	8.353	(15.008)	-	48.182	(17.681)	-	17.681	242.529	(15.008)	(185.994)	41.527
Ativos Intangíveis em Curso	26.164	-	30.844	-	-	(57.008)	-	-	-	-	-	-	-
	3.764.304	(3.589.661)	263.823	(181.924)	-	0	(1.396.638)	-	1.352.925	2.631.491	(181.924)	(2.236.736)	212.831
<u>ATIVOS TANGÍVEIS</u>													
Imóveis	525.290	(36.782)	-	(8.188)	-	-	-	-	-	525.290	(8.188)	(36.782)	480.320
Equipamento	5.806.860	(4.808.124)	520.919	(420.723)	(99.648)	-	(651.041)	-	648.585	5.676.738	(420.723)	(4.159.539)	996.827
Ativos em locação financeira	641.547	(297.855)	-	(5.529)	-	-	(272.977)	-	272.977	368.570	(5.529)	(24.878)	338.163
Ativos Tangíveis em Curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	6.973.697	(5.142.761)	520.919	(434.440)	(99.648)	-	(924.018)	-	921.562	6.570.598	(434.440)	(4.221.200)	1.815.310
TOTAIS	10.738.003	(8.732.422)	784.742	(616.364)	(99.648)	-	(2.320.656)	-	2.274.487	9.202.089	(616.364)	(6.457.935)	2.028.142

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(ATIVIDADE CONSOLIDADA)

Euros

	Capital	Prêmios de emissão	Reservas de reavaliação	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do período	Interesses minoritários	Total do capital próprio
Saldos a 31 de dezembro de 2013	20.000.000	369.257	1.727.420	1.452.626	6.454.293	1.153.997	7.286.052	3.349.784	41.793.430
Impacto da alteração de critérios contabilísticos (IAS 8)			537.674			(375.735)	(161.939)		-
Saldos de abertura (reexpresso)	20.000.000	369.257	2.265.095	1.452.626	6.454.293	778.262	7.124.113	3.349.784	41.793.430
Alteração das reservas de justo valor			(3.254.763)						(3.254.763)
Imposto diferido			544.695						544.695
Ganhos ou perdas (-) atuariais com planos de pensões					(695.587)				(695.587)
Resultado líquido de 2014							378.453	301.269	679.722
Rendimento integral de 2014 (*)									(2.725.934)
Distribuição de dividendos						(1.750.000)			(1.750.000)
Outras alterações no capital próprio				704.916	4.594.248	1.986.888	(7.286.052)		-
Interesses minoritários								(187.824)	(187.824)
Saldos a 31 de dezembro de 2014	20.000.000	369.257	(982.648)	2.157.543	10.352.954	1.390.885	378.453	3.463.228	37.129.672
Impacto da alteração de critérios contabilísticos (IAS 8)			(782.161)			(336.503)	1.121.243		2.579
Saldos de abertura (reexpresso)	20.000.000	369.257	(1.227.134)	2.157.543	10.352.954	678.647	1.337.757	3.463.228	37.132.251
Alteração das reservas de justo valor			(4.825.967)						(4.825.967)
Imposto diferido			1.169.361						1.169.361
Ganhos ou perdas (-) atuariais com planos de pensões					80.920				80.920
Resultado líquido de 2015							813.073	(4.478)	808.595
Rendimento integral de 2015									(2.767.092)
Distribuição de dividendos									-
Outras alterações no capital próprio				3.674	33.068	989.377	(1.337.757)	(87.238)	(398.877)
Interesses minoritários								(3.282.873)	(3.282.873)
Saldos a 31 de dezembro de 2015	20.000.000	369.257	(4.883.741)	2.161.217	10.466.941	1.668.023	813.073	88.640	30.683.410

(*) Valores não reexpressos

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O exercício de 2015 foi, para o Banco L.J. Carregosa, S.A., (adiante designado por “Banco Carregosa”, “Sociedade” ou “Grupo Carregosa”, quando tratado em termos consolidados), o sétimo exercício completo de atividade como Instituição de Crédito.

Com a alteração da sociedade ocorrida em 2008, o Banco Carregosa converteu-se ao exercício da atividade bancária e de todas as outras expressamente autorizadas nos termos da lei, tendo iniciado atividade em 4 de novembro desse ano.

Em 2015, Banco Carregosa procedeu à transformação da Sociedade Lisbon Brokers, SA em sociedade por quotas, denominada Conlapid, SA, procedendo posteriormente à sua venda. Relativamente à Sociedade Francisco Marques Pereira, SGPS, SA, neste mesmo exercício, ocorreu a sua dissolução para posterior liquidação, não apresentando qualquer valor de balanço.

Para efeitos prudenciais e considerando a materialidade assumida pelo Banco na participação do Fundo de Investimentos Imobiliários Retail Properties, considera-se este fundo integrado no respetivo perímetro de consolidação, até que se reduza substancialmente esta participação.

Relativamente à Sociedade de serviços informáticos CoolLink, Lda, a mesma deixou, neste exercício, de ser considerada como Sociedade de serviços Auxiliares, conforme comunicação transmitida ao Banco de Portugal para efeitos de registo.

Sociedades e Fundos que compõem o perímetro de consolidação do Grupo em 31/12/2015

Atividade	Sede	Capitais Próprios	Ativo	Lucro Prejuízo	Participação Efetiva	Método Consolidação
BANCA						
Banco L.J. Carregosa, SA	Portugal	30.530.931	228.224.913	817.417	-	Integral
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO						
Retail Properties	Portugal	19.765.881	20.879.129	817.212	36.03%	MEP
SOCIEDADE SERVIÇOS INFORMÁTICOS						
CoolLink, Lda	Portugal	177.279	302.733	(8.955)	50.00%	Integral

Nota: Os valores reportam-se a saldos contabilísticos antes de ajustamentos de consolidação

Sociedades e Fundos que do perímetro de consolidação do Grupo em 31/12/2014

Atividade	Sede	Capitais Próprios	Ativo	Lucro Prejuízo	Participação Efetiva	Método Consolidação
BANCA						
Banco L.J. Carregosa, SA	Portugal	33.961.995	198.685.655	36.742	-	Integral
CORRETAGEM						
Lisbon Brokers, SA	Portugal	(6.609)	32.178	(5.389)	84,84%	Integral
SOCIEDADES GESTORAS PART. SOCIAIS						
Francisco Marques Pereira, SGPS, SA	Portugal	70.385	96.130	702	85,00%	Integral
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO						
Retail Properties	Portugal	10.994.469	11.436.300	719.109	70,24%	Integral
SOCIEDADE SERVIÇOS INFORMÁTICOS						
CoolLink, Lda	Portugal	186.235	283.239	27.733	50,00%	Integral

Nota: Os valores reportam-se a saldos contabilísticos antes de ajustamentos de consolidação

Perímetro de Consolidação a 31/12/2015


Em resultado deste perímetro, o Banco Carregosa realiza a consolidação de contas e *reporting* para efeitos de supervisão, ocupando um lugar central no Grupo, tanto pelo desenvolvimento de atividades exclusivas, como pelo tamanho relativo do capital e dos riscos.

O Grupo apresentou um lucro líquido de €813.073 (positivos), com os capitais próprios a situarem-se nos €30.683.410.

Por deliberação do Conselho de Administração, foi decidido proceder à transformação e venda da Lisbon Brokers, SA e liquidação da Francisco Marques Pereira, SGPS, SA, após ter sido autorizado pelo Banco de Portugal. Nesta conformidade, o Banco L.J. Carregosa, SA relevou nas suas contas individuais a imparidade calculada para estas ultimas filiais, com os efeitos supervenientes nas contas consolidadas.

Neste mesmo exercício, o Banco reduziu a sua participação no Fundo de Investimento Imobiliário “Retail Properties”, detendo no final do exercício 6 125 073 unidades de participação, que deverá reduzir substancialmente em 2016.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 4 de maio de 2016.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2015 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de Apresentação e Comparabilidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Banco Carregosa, e das suas filiais, e foram processadas de acordo com as normas Internacionais de relato financeiro ou *International Accounting Standards* (IAS/IFRS) adotadas pela União Europeia, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional através do aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de fevereiro.

Consolidação de Empresas Associadas e Filiais (IAS 27,28 e IFRS 3)

O Banco Carregosa detém, direta e indiretamente, participações financeiras em empresas filiais. São estas assim consideradas, em virtude de o Banco deter o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais de cada empresa.

Estas mesmas empresas são consolidadas pelo método integral. As transações e os saldos entre empresas são eliminados no processo de consolidação, sendo o valor do capital, reservas e resultados resultante do valor de participação de terceiros, relevados na rubrica de interesses minoritários.

O Resultado Consolidado é apurado através dos resultados líquidos do Banco e das suas filiais na proporção da participação efetiva, após ajustamentos de consolidação, nomeadamente a eliminação de custos e proveitos em resultado de transações efetuadas entre estas e como tal consideradas no respetivo perímetro de consolidação.

Comparabilidade com exercícios anteriores

Alteração perímetro de consolidação

Como referido na nota introdutória, o perímetro de consolidação no corrente período foi alterado apesar de se manterem constantes as políticas contabilísticas no que respeita à definição do perímetro de consolidação.

Alteração de política contabilística (IAS 8)

No início de 2015, foi revisto o critério contabilístico que vinha sendo adotado relativamente à classificação dos instrumentos de dívida detidos na carteira de ativos disponíveis para venda. Até ao

final de 2014, o Banco classificava os instrumentos de dívida na carteira de ativos disponíveis para venda como itens não monetários, segundo a interpretação efetuada do disposto na IAS 21. Consequentemente os resultados das variações cambiais resultantes da detenção desses ativos eram relevados em reservas associadas a variações cambiais.

Face à volatilidade crescente durante o ano de 2014 na moeda USD, em que o Banco apresenta maior exposição, e após análise de informação divulgada por diversas instituições de referência e também com a opinião favorável do Revisor Oficial de Contas, a Comissão Executiva resolveu alterar o critério que vinha sendo seguido, passando assim os instrumentos de dívida detidos na carteira de ativos disponíveis para venda a ser considerados como ativos monetários. Os resultados das variações cambiais destes ativos passam assim a ser relevados diretamente em ganhos e perdas.

Face a esta alteração de critério contabilístico, e de acordo com o disposto na IAS 8, devem ser apresentados os respetivos impactos e reexpressos os valores comparativos para os períodos anteriores.

Relativamente aos impostos diferidos os comparativos foram reajustados em resultado da revisão da taxa de IRC aplicada, do impacto fiscal das variações patrimoniais e anulação do ativo por imposto diferido sobre as imparidades das filiais Lisbon Brokers, SA e Francisco Marques Pereira SGPS, SA constituído em 2011.

Dado que os impactos destas alterações de critérios afeta rubricas do ativo e capitais próprios, são detalhados a seguir os valores inicialmente apresentados, os ajustamentos, bem como os valores reexpressos, ao nível das demonstrações financeiras consolidadas. Relativamente aos impostos diferidos os comparativos foram reajustados em resultado da alteração da taxa de IRC (ver nota 13).

	Reservas de reavaliação		Outras reservas e resultados transitados				Resultado do exercício
	Associadas a diferenças cambiais	Resultantes de valorização ao JV	Reserva Legal	Reserva de variações cambiais	Outras reservas	Resultados transitados	
Valor apresentado em 31/12/2008	-	(440.168)	255.000	(131.477)	288.987	(163.633)	771.346
Ajustamento (IAS 8) em 2008	-	-	-	(157.510)	-	-	157.510
Valor reexpresso para 31/12/2008	-	(440.168)	255.000	(288.987)	288.987	(163.633)	928.857
Valor apresentado em 31/12/2009	-	(86.677)	333.597	-	288.987	543.737	1.031.764
Ajustamento (IAS 8) em 2009	-	-	-	-	-	157.510	(157.510)
Valor reexpresso para 31/12/2009	-	(86.677)	333.597	-	288.987	701.247	874.254
Valor apresentado em 31/12/2010	19.915	(309.168)	435.190	-	75.362	1.248.072	(1.145.218)
Ajustamento (IAS 8) em 2010	(19.915)	-	-	-	-	-	19.915
Valor reexpresso para 31/12/2010	-	(309.168)	435.190	-	75.362	1.248.072	(1.125.303)
Valor apresentado em 31/12/2011	-	(393.219)	435.190	-	288.987	136.612	1.108.428
Ajustamento (IAS 8) em 2011	-	-	-	-	-	19.915	(19.915)
Valor reexpresso para 31/12/2011	-	(393.219)	435.190	-	288.987	156.527	1.088.513
Valor apresentado em 31/12/2012	(375.735)	1.123.867	503.236	-	288.987	1.173.994	9.443.908

<i>Ajustamento (IAS 8) em 2012</i>	375.735	-	-	-	-	-	(375.735)
Valor reexpresso para 31/12/2012	-	1.123.867	503.236	-	288.987	1.173.994	9.068.173
Valor apresentado em 31/12/2013	(537.674)	2.265.095	1.452.626	-	6.454.293	1.153.997	7.286.052
<i>Ajustamento (IAS 8) em 2013</i>	537.674	-	-	-	-	(375.735)	(161.939)
Valor reexpresso para 31/12/2013	-	2.265.095	1.452.626	-	6.454.293	778.262	7.124.113
Valor apresentado em 31/12/2014	426.423	(1.409.071)	2.157.543	-	10.352.945	1.390.885	378.453
<i>Ajustamento (IAS 8) em 2014</i>	(426.423)	-	-	-	-	(537.674)	964.097
Valor reexpresso para 31/12/2014	-	(1.409.071)	2.157.543	-	10.352.945	853.211	1.342.550

Balanço	Impostos Diferidos Ativos	Reservas de Reavaliação	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado do Exercício
Valor apresentado em 31/12/2014	243.896	(982.648)	13.901.382	378.453
Ajustamento IAS 8 em 2014	2.579	(244.486)	(712.239)	959.304
Valor reexpresso em 31/12/2014	246.475	(1.227.134)	13.189.143	1.337.757

Demonstração de Resultados	Resultados de reavaliação cambial	Impostos Correntes	Impostos Diferidos	Resultado do Exercício
Valor apresentado em 31/12/2014	1.530.115	(283.794)	(56.786)	378.453
Ajustamento IAS 8 em 2014	964.097	(47.737)	42.944	959.304
Valor reexpresso em 31/12/2014	2.494.212	(331.532)	(13.841)	1.337.757

2.2. Principais Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas agora enunciadas são aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Carregosa.

2.2.1. Operações em Moeda Estrangeira

As Demonstrações Financeiras das Empresas do Grupo em moeda estrangeira são previamente convertidas para a moeda euro, com base no câmbio de divisas (*fixing*) divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal.

A conversão para a moeda euro dos ativos e passivos expressos em moeda diferente é efetuada com base no câmbio à data de Balanço.

Os custos e proveitos apurados nas diferentes moedas são convertidos ao câmbio do mês em que são reconhecidos.

2.2.2. Aplicações em Instituições e Crédito no País e no Estrangeiro

Estes instrumentos são valorizados ao seu justo valor, que corresponde, normalmente, à contraprestação paga, líquida dos custos de transação diretamente associados.

2.2.3. Ativos Financeiros Detidos para Negociação

Esta rubrica inclui os ativos financeiros adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados pelo seu justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do período.

2.2.4. Ativos Financeiros Detidos para Venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que não foram classificados em qualquer uma das outras categorias de ativos financeiros. Incluem instrumentos de capital e instrumentos de dívida.

Estes ativos são avaliados ao justo valor, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até ao momento da respetiva alienação ou se encontrarem sujeitos a perdas de imparidade. Os juros são calculados e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

2.2.5. Ativos financeiros detidos até à Maturidade

Esta rubrica inclui ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva e sujeitos a testes de imparidade.

As perdas por imparidade reconhecidas em investimentos financeiros detidos até à maturidade são registadas em resultados do exercício. Se em período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição puder ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

2.2.6. Créditos a clientes e valores a receber de outros devedores (contas a receber)

Entendem-se como créditos a clientes e valores a receber de outros devedores, os ativos financeiros correspondentes ao fornecimento a determinada entidade, de dinheiro, bens ou serviços, por parte da Instituição. Este conceito abrange a atividade típica de concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da atividade da instituição.

A valorimetria seguida nos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores é a seguinte:

- Na data do reconhecimento inicial, os ativos financeiros são registados pelo seu valor nominal, não podendo, quer nessa data, quer em data de reconhecimento subsequente, ser incluídos ou reclassificados nas restantes categorias de ativos financeiros.
- A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios ou descontos, é objeto de relevação contabilística autónoma nas respetivas contas de resultados.
- O valor dos ativos incluídos nesta categoria é objeto de correção, de acordo com critérios de rigor e prudência, de forma a refletirem, a todo o tempo, o seu valor realizável.
- A correção a que se refere o ponto anterior não pode ser inferior ao que está estabelecido pelo Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, como quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.
- Para efeitos de constituição de provisões genéricas, referidas no ponto anterior, é considerado o total do crédito concedido pelas Sociedades, incluindo outras responsabilidades assumidas perante terceiros, tais como as garantias ou outros instrumentos de natureza análoga.

2.3. Repos

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificado o valor de juros. O valor nominal dos títulos cedidos é reconhecido em rubrica extrapatrimonial específica.

2.3.1. Imparidades

Periodicamente, e com frequência inferior ou igual a um ano, os créditos e valores a receber e garantias são sujeitos a testes de imparidade. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados do exercício. No caso de, em períodos futuros, se verificar uma redução da perda estimada, a imparidade inicialmente registada é igualmente revertida por contrapartida de resultados.

De acordo com a IAS 39, um ativo financeiro encontra-se em situação de imparidade quando existe evidência de que tenham ocorrido um ou mais eventos de perda (*loss event*) após o reconhecimento inicial do ativo, e esses eventos tenham impacto na estimativa do valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro considerado.

2.3.2. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado.

Os ativos registados nesta categoria são valorizados pelo menor valor entre o custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos internos ou externos, deduzido de custos a incorrer na venda.

2.3.3. Provisões

O Grupo Carregosa calcula as provisões para crédito e juros vencidos e para riscos gerais de crédito em conformidade com o Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas por regulamentação posterior, designadamente o Aviso n.º 8/2003 do Banco de Portugal.

As provisões registadas contabilisticamente correspondem à aplicação das percentagens definidas pelo Banco de Portugal, sendo complementadas por provisões constituídas acima destes montantes mínimos, quando considerado adequado.

i. Provisões para crédito e juros vencidos:

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança de capital, juros e outros valores que se encontrem vencidos, relativos a quaisquer operações de financiamento que tenham sido efetuadas. Esta provisão é calculada por aplicação das percentagens mínimas de provisão estabelecidas no Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, alterado pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de janeiro, em função da antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados e da existência ou não de garantias.

ii. Provisões para riscos gerais de crédito:

A provisão para riscos gerais de crédito destina-se a fazer face aos riscos associados à realização do crédito concedido.

A provisão constituída corresponde a uma percentagem de 1% sobre o capital vincendo à data de 31 de dezembro dos contratos de crédito, bem como dos valores a receber de outros devedores.

2.3.4. Outros ativos tangíveis

Na rubrica de Outros ativos tangíveis, os bens estão registados ao custo de aquisição, (incluindo custos diretamente atribuíveis) deduzido de amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Estes ativos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada, tendo como limite os anos indicados na tabela abaixo. Por aplicação de um princípio de prudência, e em casos excecionais devidamente documentados, por decisão da Comissão Executiva, poderão ser utilizados períodos de amortização inferiores aos indicados sendo, no entanto, os respetivos efeitos fiscais considerados à data de tal decisão e valorizados em conta do ativo adequada.

EQUIPAMENTO

Anos

Equipamento de transporte 4 – 8

Mobiliário e material 8 – 16

Equipamento informático 3 – 8

Outras imobilizações corpóreas 5 – 50

Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável, nos termos da Norma IAS 36 – “Imparidade de ativos”, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do ativo.

2.3.5. Ativos intangíveis

O Banco e as suas filiais registam nesta rubrica as despesas da fase de desenvolvimento de projetos implementados e a implementar, bem como o custo de *software* adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que são realizados.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método da linha reta, ao longo do período de vida útil estimado do bem o qual, em geral, corresponde a um período de três anos.

2.3.6. Outros Passivos Financeiros - Recursos de Outras Instituições de Crédito, Recursos de Clientes, Outros Empréstimos e Outros

Os outros passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de clientes e recursos de bancos centrais, são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação recebida líquida dos custos de transação diretamente associados.

São também valorizados ao justo valor, os passivos financeiros detidos para negociação, nomeadamente as resultantes de vendas a descoberto, sendo os respetivos ajustamentos efetuados por contrapartida de lucros ou prejuízos.

De acordo com a opção pelo justo valor, preconizada pela IAS 39, os passivos financeiros incluídos na rubrica de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados, são classificados como passivos financeiros ao justo valor, através de resultados, sempre que cumpram com os requisitos de classificação nesta categoria, nomeadamente por incorporarem um ou mais derivados embutidos. Estes passivos são inicialmente valorizados ao justo valor, com alterações subsequentes no justo valor relevadas em resultados do exercício.

2.3.7. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados, onde seja provável o futuro dispêndio de recursos a estes associados e que possam ser determinados com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.3.8. Impostos sobre os Lucros

Todas as empresas do Grupo são tributadas individualmente. O Banco Carregosa bem como as empresas filiais com sede localizada em Portugal, estão sujeitos ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e no Estatuto dos Benefícios Fiscais.

2.3.9. Reconhecimento de proveitos e custos

Os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados. Os proveitos são reconhecidos desde que seja provável que benefícios económicos associados à transação fluam para a sociedade e a quantia do rédito possa ser mensurada. Os juros vencidos e não cobrados são anulados no balanço passados três meses do seu vencimento e apenas reconhecidos como proveito no momento do seu recebimento efetivo.

2.3.10. Comissões por serviços prestados

O Grupo Carregosa cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. As comissões são imediatamente reconhecidas como proveito, dado que se relacionam com serviços específicos ou pontuais, e não são associáveis a prestações de serviços que se prolonguem no tempo.

2.3.11. Benefícios aos Empregados

O Banco Carregosa, utilizando o *Acordo Coletivo de Trabalho Vertical para o Setor Bancário* (ACTV) como elemento de referência para práticas laborais, assumiu o compromisso, exclusivamente para com os seus colaboradores não integrados no Sistema Nacional de Pensões, de lhes atribuir, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, antecipada ou invalidez ou por sobrevivência, pela constituição de um *Plano de Pensões de Benefício Definido*. Este Plano segue o estabelecido no ACTV e está sujeito às exigências estabelecidas pelo Banco de Portugal, nomeadamente pelo seu Aviso n.º 12/2001 e posteriores atualizações.

Para financiamento destas responsabilidades, o Banco Carregosa aderiu em 2004 ao Fundo de Pensões Horizonte – Valorização da Pensõesger. Em 2010, atento à evolução das suas obrigações e numa política de rigor e boa gestão da cobertura das responsabilidades assumidas, o Banco decidiu passar o Fundo de Pensões para uma nova entidade gestora, a “BANIF AÇOR PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões SA”, subscrevendo três fundos: Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Pensões Ações (30%) Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Equilibrado (30%) e Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Moderado (40%). Os benefícios referentes a pensões de invalidez e sobrevivência imediata encontram-se cobertos através de uma apólice de seguro de vida.

As responsabilidades por serviços passados dos trabalhadores abrangidos são determinadas anualmente e consideram a data de admissão no Banco Carregosa e não a data de admissão no setor bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afeta ao período entre a data de admissão no setor bancário e a data de admissão na Sociedade será imputável às anteriores entidades empregadoras, salvo se estas últimas tiverem procedido à transferência do montante relativo à quota-parte da sua responsabilidade.

As responsabilidades reconhecidas correspondem à diferença entre o valor atual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos ativos dos fundos de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas atuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários independentes, utilizando o método “*Projected Unit Credit*”, e pressupostos atuariais considerados adequados. A atualização das responsabilidades é efetuada com base numa taxa de desconto que reflete as taxas de juro de médio e longo prazo para obrigações cotadas na Zona Euro por empresas avaliadas como de baixo risco.

A IAS 19 com aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2013, reflete os impactos, quer ao nível da eliminação da opção do “corredor”, quer ao nível da eliminação da utilização da taxa de rendimento esperada do fundo, que passa a ter de coincidir com a taxa de desconto para cálculo das responsabilidades a cobrir pelo Fundo de Pensões.

A eliminação da opção do corredor introduz maior volatilidade no resultado anual das Contas do Banco entendido como resultado integral (reservas e resultado líquido). Por outro lado, a composição da carteira do Fundo e a sua consequente rentabilidade anual efetiva deixará de afetar a rubrica do resultado líquido e passam a afetar apenas as reservas por via dos ganhos e perdas atuariais, bem como, influenciam o valor do Fundo no final de cada ano.

No caso do Banco Carregosa, uma vez que a rentabilidade esperada utilizada nos anos anteriores era superior à taxa de desconto, o impacto desta alteração da IAS 19 (eliminação da utilização da taxa de rendimento esperada) é tanto maior quando maior o desfazamento que existia entre as duas taxas.

Para além das pensões, integrado nas responsabilidades do Fundo e para aquele grupo de colaboradores, o Banco assumiu ainda o subsídio por morte.

Em resultado de um estudo às responsabilidades e encargos atuais com a assistência médica, decidiu o Banco, em 2010, externalizar este benefício junto da Multicare, abrangendo todos os colaboradores e mantendo os mesmos níveis de encargos.

2.4. Gestão do risco

2.4.1. Função de Gestão de Risco

A gestão de risco é composta pela identificação, avaliação, mensuração, acompanhamento e controlo de todos os riscos materialmente relevante aos quais o Banco se encontra sujeito, com o intuito de manter os níveis de exposição em linha com os limites determinados pela Comissão Executiva.

Com isto, pretende-se que o Banco não se veja obrigado a alterar a sua estratégia, nem incorra em perdas que afetem materialmente a situação financeira da Instituição. Desta forma, a política de gestão de riscos visa manter uma relação balanceada entre capitais próprios e liquidez relativamente à atividade desenvolvida.

Deseja-se, ainda, o apuramento de um fator de ajustamento entre as rentabilidades das operações efetivas e potenciais, com o objetivo de:

- Fixação de um *pricing* das operações adequado às perdas potenciais;
- Homogeneizar e comparar exposições;
- Selecionar novas operações na fronteira de eficiência risco/retorno;
- Identificar as operações que mais se coadunam com a estratégia do Banco;
- Analisar sinergias entre operações;
- Obtenção de uma medida risco/retorno para o Banco como um todo.

2.4.2. Estrutura Orgânica da Gestão de Risco

A Comissão Executiva do Conselho de Administração, na qual o Conselho de Administração, em 5 de maio de 2009, delegou os poderes de gestão que não sejam indisponíveis face à Lei, aos Estatutos ou ao seu Regulamento, é a instância máxima na monitorização e gestão de riscos e alocação de capital.

Dada a importância do risco, a Comissão Executiva procura, em primeiro lugar, incutir a todos os Departamentos e Colaboradores uma cultura de avaliação cuidada do risco. Não obstante, o Banco mantém uma estrutura com funções específicas na gestão do risco. A Direção Central assume também funções executivas, por delegação, maioritariamente com impacto na gestão do risco operacional.

Esta função de monitorização e controlo dos riscos financeiros, é auxiliada pela Comissão de Ativos e Passivos (ALCO), com funções consultivas. Este órgão reúne-se, pelo menos, mensalmente, tendo como membros: Comissão Executiva, pelos Diretores Financeiro, do Canal Relacional, de Risco, de Originação e Gestão e pelo Responsável pela Gestão da Carteira Própria. Das reuniões são emanadas recomendações sobre a captação e aplicação de recursos, através de um equilíbrio entre resultado e risco, por maioria de votos presentes tendo o Presidente da Comissão Executiva o voto de qualidade em caso de empate.

Os Departamentos de *Compliance*, Risco e Auditoria Interna, membros do Grupo de Controlo Interno, desempenham funções de controlo e monitorização do risco, numa base corrente, disponibilizando e compilando informação para a Comissão Executiva e para os restantes órgãos com funções relevantes nas matérias envolvidas.

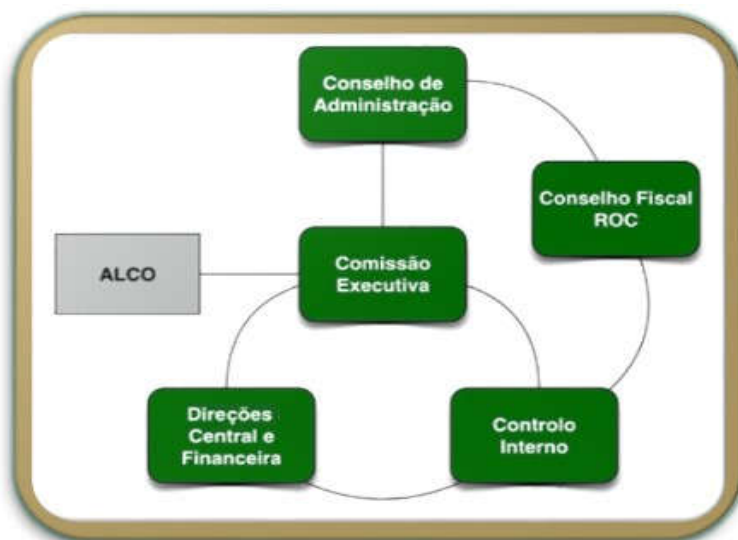
O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas desenvolvem funções semelhantes às do Controlo Interno, mas com um âmbito mais geral, com horizontes temporais mais alargados e com uma ligação mais próxima ao Conselho de Administração.

Em 2015, foi criado o Comité de Crédito composto por um Diretor Central e pelos diretores de Risco e Financeiro. É responsável pela análise e acompanhamento das operações de crédito a clientes, comunicando as suas apreciações para a Comissão Executiva.

Em 2014, foi criada a Equipa de Recuperação (ER) que reúne com periodicidade mínima semestral, ou sempre que se demonstre necessário, responsável pela gestão de situações potenciais ou efetivas de risco graves. Esta equipa é composta pelo Presidente da Comissão Executiva (RPR) e pelos Diretores dos departamentos de *Compliance*, Risco, Comunicação e Financeiro.

Na disponibilização de informação vital para o governo interno salienta-se ainda a ação do Departamento de Contabilidade e Informação de Gestão.

De entre a informação do Controlo Interno, destaca-se a realização de projeções e análises de cenário/testes de esforço, cujo apuramento é resultado de uma afinação interativa entre a Comissão Executiva e o Departamento de Risco, com o contributo dos restantes órgãos relevantes na função alargada de gestão, controlo e monitorização do risco. De forma semelhante, a aferição da suficiência do capital económico é um exercício com consequências materiais no governo interno. Esta é complementada com um conjunto de informação corrente, de mais fácil computação, mas mais segregada por tipo de risco. Os modelos utilizados seguem bases teóricas de aceitação generalizada na indústria financeira, reforçadas pelas boas práticas recomendadas pelos Reguladores Nacionais e Internacionais.



Pela dimensão do Banco adotou-se uma estrutura operacional centralizada sobre a Comissão Executiva. Contudo, a gestão do risco da Sociedade é assim executada por dois sistemas paralelos, mas comunicantes, com horizontes temporais distintos.

O Risco de Crédito é a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a instituição, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior. O risco de crédito existe, principalmente, nas exposições em crédito (incluindo o titulado), linhas de crédito, garantias, derivados e depósitos do Banco junto de outras instituições de crédito. Utilizam-se várias técnicas de redução deste risco, nomeadamente a exigência de garantias sólidas e líquidas, o recurso a acordos de compensação contratual e o processo de apuramento e registo de imparidades.

O Risco de Mercado consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira bancária e de negociação, incluindo flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de ações e preços de mercadorias. O risco de mercado decorre, principalmente, de posições de curto prazo em títulos de dívida e de capital, moedas, mercadorias e derivados. O risco de mercado é avaliado pelo apuramento do valor em risco com diferentes horizontes temporais.

O ALCO (Comité de Ativos e Passivos) define a alocação dos ativos tendo em atenção os vários tipos de risco incorridos. Diariamente, o Departamento Financeiro executa a alocação definida. O Departamento de Risco monitoriza os riscos incorridos e o cumprimento das normas de delegação de competências, no que concerne à gestão corrente das aplicações do Banco. A Comissão Executiva é informada das operações efetuadas.

O risco operacional consiste na perda resultante da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos ou de eventos externos, incluindo os riscos jurídicos, conforme Reg. EU 575/2013.

O risco operacional deve ser avaliado a dois níveis distintos: a nível técnico e a nível organizacional. Ao nível técnico, o Banco Carregosa sempre optou por um investimento relevante na informatização e, em consequência dessa política, dispõe de um sistema de informação sólido e de uma grande flexibilidade e fiabilidade nos processos operativos que coloca em produção. Os sistemas de informação do Banco Carregosa contêm dados privados financeiros e pessoais considerados sensíveis e confidenciais. O acesso a esses sistemas é limitado exclusivamente aos colaboradores do Banco Carregosa e ao pessoal subcontratado que, com enquadramento prévio apropriado, esteja envolvido no desenvolvimento ou operação do sistema ou ainda cujo trabalho envolva gravar, rever ou recuperar esses dados. Este privilégio tem como base a confiança e a boa-fé e está devidamente documentado.

Ao nível organizacional, em particular nos meios e na forma de reporte, de acompanhamento do risco e das regras e políticas com ele relacionadas, foi necessário redefinir e procurar um novo compromisso entre os interesses comerciais e os riscos envolvidos.

Por forma a acompanhar o risco, existe uma matriz que permite:

- determinar o risco inerente aos processos, sem considerar os controlos existentes (risco inerente);
- avaliar a exposição dos vários processos aos riscos, considerando a influência dos controlos existentes (risco residual);
- identificar o impacto das oportunidades de melhoria na redução das exposições mais significativas (risco objetivo).

Na mitigação do risco operacional destacam-se também as estruturas de reporte interno, os planos de contingência, plano de continuidade do negócio, as ações da Auditoria Interna e os planos de formação de Colaboradores.

Até ao momento, o histórico de perdas não é material face aos volumes de operações e/ou ao total dos proveitos.

O risco de liquidez consiste na incapacidade do Banco de cumprir as suas obrigações no momento do respetivo vencimento sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e /ou venda dos seus ativos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado). A necessidade de regular o risco de liquidez foi talvez uma das mais importantes lições decorrentes da crise financeira global. Desta forma, o risco de liquidez tem, cada vez mais, assumido uma posição preponderante no Banco Carregosa. O Comité de Basileia publicou em 2014 a definição do rácio de cobertura de liquidez (LCR), tendo sido posteriormente adotado o ato delegado da Comissão Europeia que introduziu, face à CRD IV/CRR, novas métricas e critérios de cálculo a implementar pela União Europeia. Em outubro de 2015, o Banco Carregosa cumpriu com as exigências prudenciais e implementou o rácio de cobertura de liquidez, que se tem mantido acima do limite de 100%.

O Banco Carregosa privilegia as aplicações em depósitos noutras instituições de crédito e em títulos negociáveis, evitando assim a ocorrência de défices de tesouraria. A Comissão Executiva e os intervenientes na Gestão da Carteira Própria recebem, diariamente, um relatório do Departamento de Risco, incluindo:

1. Alocação de ativos, passivos e extrapatrimoniais;
2. Estimativas de requisitos mínimos de fundos próprios;
3. Concentração de contrapartes;
4. *Gap* de liquidez;
5. Indicadores prudenciais: Liquidity Coverage Ratio e Net Stable Funding Ratio.

Mensalmente, o ALCO analisa o *mismatch* das operações ativas e passivas, sugerindo alterações/correções nos prazos.

3. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As contas do Balanço e da Demonstração de Resultados consolidadas são comparadas para as datas de 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e compostas pelas rubricas seguintes:

3.1 Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Nota 01

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	116.942	34
Disponibilidades à ordem no Banco de Portugal	47.385.953	1.566.250
	47.502.895	1.566.284

Foi implementada no 1º semestre de 2015 a política de detenção de valores em caixa que permitam a satisfação de pedidos pontuais de liquidez imediata por parte de clientes, conforme se verifica na variação do saldo associado à rubrica 'Caixa'. Já no caso dos depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. Estes depósitos são remunerados.

3.2 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Nota 02

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Depósitos à ordem em instituições de crédito		
<i>Residentes</i>	12.832.593	16.285.857
<i>Não residentes</i>	10.752.855	10.288.765
	23.585.448	26.574.622

3.3 Ativos financeiros detidos para negociação

Nota 03

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Títulos de negociação		
<i>Títulos</i>	3.668.673	4.683.996
<i>Instrumentos derivados com justo valor positivo</i>	189.348	120.345
	3.858.021	4.804.341

Esta carteira denuncia uma ligeira quebra face ao exercício anterior, justificada por compras e vendas decorrentes de oportunidades favoráveis de mercado e cujo detalhe das posições em carteira se expressa no quadro seguinte.

ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO
Em 31 de dezembro de 2015 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie dos Títulos	Valor Aquisição	Valor de Balanço Justo Valor	Valias		Imparidade
			Mais	Menos	
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA					
Emitidos por Residentes					
De outros Emissores Residentes					
Dívida não Subordinada	285 091	287 995	2 904	-	-
Emitidos por Não Residentes					
De Outros Emissores Não Residentes					
Dívida não Subordinada	2 800 978	2 663 219	3 961	141 720	-
	3 086 069	2 951 214	6 865	141 720	-
INSTRUMENTOS DE CAPITAL					
Emitidos por Residentes					
De Outros Emissores Residentes					
Ações	124 611	78 238	176	46 549	-
Emitidos por Não Residentes					
De Outros Emissores Não Residentes					
Ações	117 602	118 570	1 467	499	-
Unidades de Participação	1 645	1 339	-	306	-
	243 858	198 147	1 643	47 354	-
OUTROS					
Emitidos por Não Residentes					
De Outros Emissores Não Residentes					
Produtos Estruturados	589 044	519 312	800	70 532	-
	589 044	519 312	800	70 532	-
INSTRUMENTOS DERIVADOS COM JUSTO VALOR POSITIVO					
Outros					
Mais-valias não realizadas em Futuros	-	5 180	-	-	-
Mais-valias não realizadas em Opções	-	172 642	-	-	-
Mais valias não realizadas em CFD's sobre moeda		11 526			
	-	189 348	-	-	-
TOTAL					
	3 918 971	3 858 021	9 308	259 606	-

3.4 Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados
Nota 04

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Títulos		
<i>Emitidos por residentes</i>	3.567	912
	3.567	912

Valor respeitante à contribuição para o Fundo Compensação do Trabalho. Opção pela contabilização ao justo valor de acordo com a IAS 39 n.º 9 b), sendo a cotação obtida no *site* do Fundo Compensação do trabalho.

3.5 Ativos financeiros disponíveis para venda
Nota 05

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Emitidos por residentes		
<i>Instrumentos de dívida pública portuguesa</i>	336.852	306.769
<i>Instrumentos de dívida de outros residentes</i>	7.789.075	14.328.322
Imparidade acumulada (NIC) / Provisões para imparidades (NCA)	(4.142.800)	(3.801.000)
<i>Instrumentos de capital</i>	1.230.214	1.519.314
Imparidade acumulada (NIC) / Provisões para imparidades (NCA)	(535.514)	(421.514)
<i>Outros</i>	7.121.622	0
	11.799.450	11.931.891
Emitidos por não residentes		
<i>Instrumentos de dívida</i>	28.414.219	32.321.496
Imparidade acumulada (NIC) / Provisões para imparidades (NCA)	(346.875)	(343.547)
<i>Outros</i>	464.392	400.573
	28.531.735	32.378.522
	40.331.185	44.310.413

Conforme referido nas bases de apresentação e principais políticas contabilísticas, os ativos são classificados nesta rubrica quando os mesmos não tenham como finalidade a alienação no curto prazo, sendo as variações ao justo valor reconhecidas diretamente em capitais na rubrica de reservas de reavaliação. Verifica-se no exercício de 2015 alguma desaceleração no investimento em títulos de dívida, também em resultado da diminuição das taxas de juros nestes mercados.

ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA
Em 31 de dezembro de 2015 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie dos Títulos	Valor Aquisição	Valor de Balanço Justo Valor	Valias		Imparidade
			Mais	Menos	
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA					
Emitidos por Residentes					
De dívida pública portuguesa					
Obrigações do Tesouro	318 168	336 852	18 684	-	-
De Outros Emissores Residentes					
Dívida não Subordinada	3 518 375	3 435 575	-	82 800	-
Dívida Subordinada	4 353 500	210 700	-	-	4 142 800
Emitidos por Não Residentes					
De Outros Emissores Não Residentes					
Dívida não Subordinada	33 720 050	27 977 804	127 468	5 869 714	-
Dívida Subordinada	456 992	89 540	-	20 577	346 875
	42 367 085	32 050 471	146 152	5 973 091	4 489 675
INSTRUMENTOS DE CAPITAL					
Emitidos por Residentes					
De Outros Emissores Residentes					
Ações	2 440 174	694 700	-	1 209 960	535 514
	2 440 174	694 700	-	1 209 960	535 514
OUTROS					
Emitidos por Não Residentes					
De Outros Emissores Não Residentes					
Produtos Estruturados	503 270	464 392	72	38 950	-
	503 270	464 392	72	38 950	-
TOTAL	45 310 529	33 209 653	146 224	7 222 001	5 025 189

3.6 Aplicações em instituições de crédito
Nota 06

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Aplicações		
No país		
Em outras instituições de crédito	17.108.472	49.455.620
Rendimentos a receber	7.858	72.867
	17.116.330	49.528.487

3.7 Créditos a clientes
Nota 07

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Crédito interno		
Empréstimos	27.699.222	19.037.790
Créditos em conta corrente	46.990.333	28.872.422
Descobertos em depósitos à ordem	299.140	148.552
Crédito ao exterior		
Empréstimos	132.000	165.000
Créditos em conta corrente	1.116.732	999.287
Crédito e juros vencidos	612.208	6.885.289
Rendimentos a receber	174.999	178.445
	77.024.634	56.286.785
Provisões/Imparidade para crédito e juros vencidos	(942.303)	(5.555.804)
	76.082.331	50.730.981

Em 2015, a carteira de crédito reforçou a sua posição no conjunto da atividade do Banco, ao nível de novas operações e acréscimo de volume, em cada uma das modalidades de crédito que o Banco disponibiliza aos seus clientes. De referir que os créditos estão na sua grande maioria suportados por garantias pessoais e reais que ultrapassam significativamente os valores vincendos. Por outro lado, as provisões estão constituídas em conformidade com o aviso 3/95, sendo de referir o impacto em 2014 da imparidade associada à aquisição de um crédito vencido a uma Instituição não residente, entretanto objeto de cessão no decurso de 2015.

3.8 Ativos não correntes detidos para venda
Nota 08

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativos tangíveis		
Imóveis	85.680	85.680
	85.680	85.680

Correspondente ao valor de aquisição de um Imóvel adquirido em processo de recuperação de crédito.

3.9 Propriedades de investimento

Nota 09

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
F.I.I. - Retal Properties	0	7.633.087
	0	7.633.087

3.10 Outros ativos tangíveis

Nota 10

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Outros ativos tangíveis		
<i>Imóveis</i>	525.290	525.290
<i>Equipamento</i>	5.519.177	5.806.861
<i>Ativos em locação financeira</i>	368.570	641.547
	6.413.037	6.973.698
Amortizações acumuladas		
<i>Imóveis</i>	(44.970)	(36.782)
<i>Equipamento</i>	(4.522.350)	(4.808.125)
<i>Ativos em locação financeira</i>	(30.406)	(297.857)
	(4.597.726)	(5.142.763)
	1.815.311	1.830.935

Os movimentos e saldos em 31 de dezembro de 2015 nas rubricas de “outros ativos tangíveis” e “ativos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade são apresentados no mapa em Anexo intitulado ‘Ativos Intangíveis e Tangíveis em 31 de dezembro de 2015.

Conforme referido na nota 2.2.10 das principais políticas contabilísticas (contas consolidadas), o Banco decidiu amortizar integralmente as viaturas em finais de 2012. Critério esse que se manteve em 2013. Em 2014 alterou esta política passando a amortizar as novas viaturas de acordo com a sua vida útil.

Valor Aquisição/Valor Líquido	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Viaturas adquiridas até 2012	938.126									938.126
Viaturas adquiridas em 2013		210.960								210.960
	938.126	210.960	0	0	0	0	0	0	0	1.149.086
Depreciação Praticada	938.126	210.960	0	0	0	0	0	0	0	1.149.086
Depreciação Fiscal	89.904	173.127	205.737	198.550	186.325	122.187	71.932	57.259	44.064	1.149.086
	848.221	37.833	(205.737)	(198.550)	(186.325)	(122.187)	(71.932)	(57.259)	(44.064)	0
Valor líquido fiscal	848.221	886.054	680.317	481.767	295.443	173.256	101.323	44.064	0	

Esta situação deu origem a Impostos diferidos ativos no ano no montante de € 49.309 (ver na nota 13).

3.11 Ativos intangíveis
Nota 11

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Diferença de consolidação pos. (Goodwill)	200	43 913
Outros ativos intangíveis		
<i>Despesas de estabelecimento</i>	0	498.364
<i>Custos plurianuais</i>	0	595.458
<i>Sistema tratamento automático de dados (software)</i>	2.388.762	2.396.732
<i>Ativos tangíveis em curso</i>	0	26.164
<i>Outros</i>	242.529	203.675
	2.631.491	3.764.306
Amortizações acumuladas		
<i>Despesas de estabelecimento</i>	0	(498.364)
<i>Custos plurianuais</i>	0	(595.840)
<i>Sistema tratamento automático de dados (software)</i>	(2.217.657)	(2.291.782)
<i>Outros</i>	(201.002)	(203.675)
	(2.418.660)	(3.589.660)
	212.831	174.646

Apesar de um incremento ligeiro nesta componente do ativo, em termos líquidos, salienta-se o investimento em sistemas de informação de suporte ao negócio do Banco.

3.12 Ativos por impostos correntes
Nota 12

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativos por impostos correntes		
<i>IRC a recuperar</i>	0	2.586.946
	0	2.586.946

Valores de pagamentos por conta e adicionais por conta pagos em 2014 que, segundo as regras do IRC, são calculados em função do lucro tributável do ano anterior.

3.13 Ativos por impostos diferidos
Nota 13

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativos por impostos diferidos		
<i>Diferenças temporárias</i>		
<i>Ativos tangíveis</i>	50.593	77.713
<i>Ativos intangíveis</i>	5.340	5.340
<i>Reservas de reavaliação</i>	1.220.736	163.422
<i>Prejuízos fiscais</i>	12.237	0
	1.288.906	246.475

Esta rubrica reflete apenas o impacto em termos de diferenças temporárias de tributação de rendimento no Banco, uma vez que não foram apuradas quaisquer diferenças temporárias de

imposto nas filiais. Como indicado pelas políticas contabilísticas, são relevadas também as diferenças temporárias identificadas entre as amortizações aceites fiscalmente e as relevadas na contabilidade.

3.14 Outros ativos

Nota 14

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Outras disponibilidades	53	93.113
Devedores e outras aplicações		
<i>Devedores por operações sobre futuros e opções (*)</i>	1.575.474	1.417.587
<i>Sector público administrativo</i>	108.249	237.809
<i>Devedores diversos</i>	5.346.450	505.292
<i>Aplicações diversas</i>	4.013.383	0
Outros ativos	35.429	32.007
Outros juros e rendimentos similares		
<i>De rendimento fixo emitido por residentes</i>		
<i>De dívida pública portuguesa</i>	5.969	5.240
<i>De outros residentes</i>	39.073	215.574
<i>De rendimento fixo emitido por não residentes</i>		
<i>De outros não residentes</i>	538.601	459.364
Outros rendimentos a receber	180.653	506.365
Despesas com encargos diferidos		
<i>Seguros</i>	29.352	21.201
<i>Outras rendas</i>	0	50
<i>Outras despesas com encargos diferidos</i>	151.850	152.609
Valor patrimonial do fundo de pensões	3.247.540	2.462.864
Outras contas de regularização	618.340	2.923.898
	15.890.416	9.032.971
Imp. acum. NIC/ prov. p/ imp. acum. NCA		
<i>Créditos e juros vencidos</i>	(100.000)	0
	15.790.416	9.032.971

(*). Em outros ativos, inclui-se o valor da conta margem junto da Omiclear enquanto membro compensador da OMIP.

3.15 Recursos de bancos centrais

Nota 15

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Recursos do Banco de Portugal		
<i>Outros recursos - Empréstimos</i>	2.010.000	17.010.000
Juros de recursos do Banco de Portugal		
<i>Empréstimos</i>	3.878	219.154
	2.013.878	17.229.154

3.16 Passivos financeiros detidos para negociação
Nota 16

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
<i>Instrumentos derivados com justo valor negativo</i>	470.404	1.959.205
	470.404	1.959.205

3.17 Recursos de outras instituições de crédito
Nota 17

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Recurso de instituições de crédito no país		
Depósitos	19 247 272	0
Empréstimos	42.198	165.827
Outros recursos	772	211
	19.290.242	166.038
Recurso a instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	387.518	520.294
Empréstimos	5.397	6.500
	392.916	526.794
	19.683.158	692.832

3.18 Recursos de clientes e outros empréstimos
Nota 18

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Recursos de clientes		
Depósitos		
De residentes		
À ordem	44.875.632	26.807.643
A prazo	76.360.245	67.360.582
De não residentes		
À ordem	19.689.740	21.031.834
A prazo	19.855.664	1.864.882
	160.781.281	117.064.941
Juros de recursos de clientes		
Depósitos		
De residentes	404.534	675.438
De não residentes	82.055	16.377
	486.589	691.815
	161.267.870	117.756.756

3.19 Provisões
Nota 19

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Para garantias e compromissos assumidos	47.813	151.056
Para outros riscos e encargos	0	118.778
	47.813	269.834

3.20 Passivos por impostos correntes
Nota 20

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Passivos por impostos correntes		
<i>IRC a pagar</i>	144.870	3.879
	144.870	3.879

3.21 Outros passivos
Nota 21

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores	75.159	301.941
Fornecedores Bens em Locação Financeira	91.251	145.722
Credores por operações sobre valores mobiliários	569.389	722.858
Outros credores	257.327	405.912
Futuros	1.211.103	878.271
Recursos - conta caução	0	5.943.101
Outros recursos	5.742.856	8.083.124
IVA a pagar	40.355	48.290
Retenção na fonte e outros valores a pagar ao Estado	446.411	339.984
Contribuições para a segurança social	77.061	66.236
Contribuições para outros sistemas de saúde	4.351	4.263
Sindicatos	809	797
	8.516.072	16.940.499
Responsabilidades com pensões e outros benefícios	3.380.684	3.285.103
Outros juros e encargos similares		
Encargos a pagar		
<i>Por gastos com pessoal</i>	532.234	479.506
<i>Outros encargos</i>	214.036	98.966
	746.270	578.472
Outras receitas com rendimento diferido	6.161	63.777
Outras operações a regularizar	712.331	3.195.016
	13.361.518	24.062.868

Na rubrica de “outros recursos”, o valor reportado refere-se aos saldos financeiros de clientes resultantes de operações sobre derivados e montantes aplicados em liquidez nos contratos de gestão de carteiras.

Em “Outras Operações a regularizar” encontram-se registadas as operações de compra de títulos realizadas no final do período, a aguardar liquidação no início do exercício seguinte.

3.22 Capital Próprio atribuído ao Grupo

Nota 22

Os movimentos e saldos em 31 de dezembro de 2015 nas rubricas de capital próprio são apresentados no anexo “Demonstração da Variação nos Capitais Próprios.

3.23 Interesses Minoritários

Nota 23

Os interesses minoritários em 2015 foram apurados de acordo com o quadro seguinte:

FILIAIS	Capital Próprio	% Interesses Minoritários	Interesses Minoritários
CoolLink, Lda	177.279	50%	88.640
Total	177.279		88.640

3.24 Margem financeira

Nota 24 e 25

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Juros e rendimentos similares de:		
Disponibilidades em bancos centrais	640	1.609
Disponibilidades e aplicações em OIC	624.223	966.140
Credito a clientes	3.785.743	2.250.450
Outros ativos financeiros		
Detidos para negociação	266.072	445.455
Disponíveis para venda	2.144.577	2.137.360
Devedores e outras aplicações	83.175	3.169
Outros	0	3.007
	6.904.431	5.807.191
Juros e encargos similares de:		
Recursos do Banco de Portugal	(12.743)	(119.340)
Recursos de OIC	(113.499)	(2.122)
Recursos de clientes	(1.280.976)	(1.869.012)
Passivos de negociação	(14.303)	(38.729)
Outros	(5.529)	(5.629)
	(1.427.050)	(2.034.832)
	5.477.381	3.772.359

A margem financeira aumentou significativamente em 2015, comparativamente com o período homólogo do ano anterior, em grande parte devido à diminuição nos juros pagos nos recursos captados, muito canalizados para a oferta de produtos indexados, em que os juros só são determinados no vencimento e pelos juros das operações de crédito que, neste exercício, apresentaram um crescimento assinalável.

3.25 Rendimentos de instrumentos de capital
Nota 26

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Emitidos por residentes		
<i>Unidades de participação</i>	125.177	0
	125.177	0

3.26 Rendimentos e encargos de e com serviços e comissões
Nota 27 e 28

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Rendimentos de serviços e comissões por:		
<i>Garantias e avales</i>	40.719	159.544
<i>Depósito e guarda de valores</i>	19.333	17.197
<i>Cobrança de valores</i>	111.476	68.475
<i>Administração de valores</i>	967.653	610.635
<i>Organismos de investimento coletivo em valores mobiliários</i>	140.010	36.574
<i>Outros serviços prestados</i>	2.128.615	717.462
<i>Operações realizadas por conta de terceiros</i>	2.423.641	3.154.972
<i>Outras comissões recebidas</i>	234.415	107.721
	6.065.862	4.872.580
Encargos com serviços e comissões por:		
<i>Depósito e guarda de valores</i>	(57.260)	(40.529)
<i>Administração de valores</i>	(96)	0
<i>Organismos de investimento coletivo em valores mobiliários</i>	0	(79.887)
<i>Outros serviços bancários prestados por terceiros</i>	(28.086)	(19.646)
<i>Operações realizadas por terceiros</i>	(1.277.195)	(842.684)
<i>Outras comissões pagas</i>	(6.081)	(2.536)
	(1.368.718)	(985.282)
	4.697.144	3.887.298

Em termos líquidos, verificou-se um incremento ligeiro nesta componente da atividade com maior relevância nos rendimentos de serviços e comissões (+23%) em resultado de um incremento da atividade de custódia, administração de valores e depositário de organismos de investimento coletivo, bem como na prestação de serviços de assessoria financeira. Na vertente dos encargos com serviços e comissões observou-se uma maior incidência nas operações realizadas por terceiros, na sua grande maioria como suporte a operações associadas ao crédito e negócio institucional.

3.27 Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor
Nota 29

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Ganhos em:		
Ativos financeiros detidos para negociação		
<i>Instrumentos de dívida</i>	662.877	2.415.935
<i>Instrumentos de capital</i>	930.340	2.373.532
<i>Instrumentos derivados</i>	4.577.767	1.091.274
<i>Outros</i>	625.854	646.011
Passivos financeiros negociação (não derivados)	155.575	0
Outros ganhos em operações financeiras	0	1.507.179
	6.952.413	8.033.931

Perdas em:
Ativos financeiros detidos por negociação

<i>Instrumentos de dívida</i>	(642.359)	(1.973.588)
<i>Instrumentos de capital</i>	(832.545)	(3.226.374)
<i>Instrumentos derivados</i>	(7.312.128)	(3.530.012)
<i>Outros</i>	(866.913)	(896.802)

Passivos financeiros negociação (não derivados)

	(6.001)	0
--	---------	---

Outras perdas em operações financeiras

	0	(1.049.054)
	(9.659.946)	(10.675.829)
	(2.707.533)	(2.641.899)

O resultado negativo apurado em 2015 resulta de uma conjuntura negativa dos mercados de dívida de países emergentes em que um aumento da perceção do risco, provocou uma desvalorização dos títulos de dívida que compõem a maior parte da carteira, bem como da desvalorização do euro face ao dólar americano, que levou a perdas nos instrumentos derivados utilizados como cobertura para os ativos denominados nessa moeda. Essas perdas foram, no entanto, compensadas pelos resultados da reavaliação cambial (Nota 31) e nas reservas, conforme política anteriormente apresentada.

3.28 Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda
Nota 30

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Ganhos em:		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Títulos		
Emitidos por residentes		
<i>Instrumentos de dívida</i>	165.460	1.204.593
<i>Instrumentos de capital</i>	0	376.127
<i>Outros</i>	251.541	0
Emitidos por não residentes		
<i>Instrumentos de dívida</i>	3.227	4.181.703
<i>Outros</i>	33.106	192
	453.334	5.762.615
Perdas em:		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Títulos		
Emitidos por residentes		
<i>Instrumentos de dívida</i>	(38.000)	(4.081)
<i>Instrumentos de capital</i>	(19)	0
Emitidos por não residentes		
<i>Instrumentos de dívida</i>	(70.012)	(142.891)
	(108.031)	(146.972)
	345.303	5.615.643

Segundo as normas aplicáveis, são nesta rubrica indicados os valores relativos ao desreconhecimento dos ativos financeiros normalmente por via da respetiva alienação. Tendo em consideração o prazo normalmente mais alargado em que são efetuados os investimentos para esta carteira, a alienação de títulos resulta normalmente do aproveitamento de oportunidades particularmente favoráveis na respetiva alienação. Assim, foi possível apurar, em 2015 um resultado positivo, embora que substancialmente mais reduzido que em 2014, resultante da diferença entre os valores de alienação

e aquisição dos respetivos títulos, muito por via da diminuição da taxa de juro nos mercados de dívida.

3.29 Resultados de reavaliação cambial

Nota 31

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Ganhos em:		
Diferenças cambiais		
<i>Outros itens em moeda estrangeira - divisas</i>	5.774.226	2.983.174
Perdas em:		
Diferenças cambiais		
<i>Outros itens em moeda estrangeira - divisas</i>	(3.303.617)	(488.975)
	2.470.609	2.494.199

Resultados apurados em grande parte devido à variação cambial dos USD face ao EUR, moeda em que o Banco manifestou, em cada um dos exercícios, uma maior exposição. Os valores de 2014 são reexpressos por força da aplicação do parágrafo 42 da IAS 8 em consequência da alteração de critério contabilístico que considerava os instrumentos de dívida classificados como ativos disponíveis para venda como itens não monetários, sendo as variações cambiais associadas reconhecidas em outro rendimento integral.

3.30 Resultados de alienação de outros ativos

Nota 32

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Ganhos em:		
<i>Alienação de créditos a clientes</i>	386.057	950.000
<i>Ativos não financeiros</i>	15.802	15.559
	401.859	965.559

Em 2014, com a aquisição e cessão simultânea de um crédito vencido, obteve-se um ganho de €950.000. Situação similar verificada em 2015.

3.31 Outros resultados de exploração

Nota 33

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Ganhos em:		
<i>Outros ganhos e rendimentos operacionais</i>	264.846	815.002
	264.846	815.002
Perdas em:		
<i>Outros impostos</i>	(173.306)	(167.536)
<i>Quotizações e donativos</i>	(91.988)	(63.713)
<i>Contribuições para FGD</i>	(4.000)	(17.500)
<i>Contribuições SII</i>	(2.000)	(2.500)
<i>Ativos não financeiros</i>	0	(426)
<i>Falhas na gestão e execução de procedimentos</i>	0	(34.651)
<i>Falhas de sistemas informáticos ou telecomunicações</i>	(7.122)	(201)
<i>Outros encargos e gastos operacionais</i>	(133.926)	(72.504)
	(412.342)	(359.031)
	(147.496)	455.971

3.32 Custos com o pessoal
Nota 34

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Remunerações		
<i>Dos órgãos de gestão e fiscalização</i>	(501.844)	(488.388)
<i>De empregados</i>	(2.636.906)	(2.355.678)
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	(767.088)	(678.968)
Outros encargos sociais obrigatórios		
<i>Fundo de pensões</i>	(101.247)	(75.478)
<i>Seguros de acidentes de trabalho</i>	(15.496)	(12.872)
Outros custos com o pessoal	(168.701)	(153.447)
	(4.191.282)	(3.764.831)

3.33 Gastos gerais administrativos
Nota 35

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Com fornecimentos:		
<i>Água, energia e combustíveis</i>	(205.401)	(181.834)
<i>Material de consumo corrente</i>	(9.895)	(6.918)
<i>Publicações</i>	(7.480)	(7.342)
<i>Material de higiene e limpeza</i>	(11.421)	(16.955)
<i>Outros fornecimentos de terceiros</i>	(199.266)	(148.045)
	(433.464)	(361.094)
Com Serviços:		
<i>Rendas e alugueres</i>	(327.696)	(326.982)
<i>Comunicações</i>	(286.209)	(300.930)
<i>Deslocações, estadas e representação</i>	(346.536)	(303.168)
<i>Publicidade e edição de publicações</i>	(510.827)	(822.271)
<i>Conservação e reparação</i>	(140.644)	(194.109)
<i>Seguros</i>	(47.643)	(46.828)
<i>Serviços especializados</i>		
<i>Avenças e honorários</i>	(511.260)	(121.188)
<i>Judiciais, contencioso e notariado</i>	(18.958)	(9.856)
<i>Informática</i>	(196.702)	(159.893)
<i>Segurança e vigilância</i>	(18.059)	(10.027)
<i>Limpeza</i>	(1.630)	(2.593)
<i>Informações</i>	(449.144)	(340.872)
<i>Bancos de dados</i>	(52.012)	(45.357)
<i>Mão de obra eventual</i>	0	(225)
<i>Outros serviços especializados</i>		
<i>Estudos e consultas</i>	(848)	(62.073)
<i>Consultores e auditores externos</i>	(600.526)	(536.414)
<i>Avaliadores externos</i>	0	(7.934)
Outros serviços de terceiros		
<i>Assessoria, comunicação e imagem</i>	(42.087)	(57.164)
<i>Banco de Portugal - Serviço Bpnet</i>	(2.898)	(2.769)
<i>Serviços de condomínio</i>	(7.060)	(7.963)
<i>Outros</i>	(20.200)	(48.946)
	(3.580.938)	(3.407.562)
	(4.014.402)	(3.768.656)

Em cumprimento da alínea b) do nº 1 do art.º 66-A do capítulo VI do C.S.C., foram registados os seguintes honorários para o Banco Carregosa, não se verificando qualquer outro tipo de prestação de serviços:

Revisores Oficiais de Contas

<i>Revisão Legal de Contas</i>	4 350
<i>Serviços de Garantia e Fiabilidade</i>	11 800
<i>Outros (CoolLink)</i>	1 700
	17 850

3.34 Depreciações e Amortizações

Nota 36

Conforme referido na nota 10, os movimentos e saldos das rubricas de “outros ativos tangíveis” e “ativos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade, são apresentados no Anexo IV.

3.35 Provisões líquidas de anulações

Nota 37

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Ganhos:		
<i>Provisões para garantias e compromissos assumidos</i>	122.190	9.700
<i>Outras provisões</i>	0	540.839
Perdas:		
<i>Provisões para garantias e compromissos assumidos</i>	(18.948)	(149.621)
<i>Outras provisões</i>	0	(103.852)
	103.243	297.066

3.36 Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações

Nota 38

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Ganhos:		
<i>Crédito a clientes</i>	293.897	197.552
<i>Crédito e juros vencidos</i>	710.739	208.397
Perdas:		
<i>Crédito a clientes</i>	(562.809)	(385.995)
<i>Crédito e juros vencidos</i>	(761.114)	(244.378)
	(319.288)	(224.424)

3.37 Imparidade de outros ativos finan. líquida de reversões e recuperações
Nota 39

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativos financeiros disponíveis para venda		
<i>Títulos</i>	(459.128)	(4.525.211)
	(459.128)	(4.525.211)

Imparidades registadas em 2014 em resultado da exposição do Banco ao BES e GES e em 2015 sobre a participação na Pagaqui – Pagamentos e Carregamentos, S.A.

3.38 Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações
Nota 40

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Perdas:		
<i>Investimento em filiais associadas e empreendimentos conjuntos</i>	(81.835)	0
	(81.835)	0

3.39 Impostos
Nota 41 e 42

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Correntes	(287.030)	(331.532)
Diferidos	12.237	(13.841)
	(274.793)	(345.373)

Os impostos correntes registados em 2015, no valor de €287 030, resultam do imposto sobre o rendimento calculado em função da legislação fiscal aplicável para o Banco Carregosa no valor de €281 719, e para a participada CoolLink no valor de € 5 311.

Os impostos diferidos registados em 2015, no valor de €12 237, são relativos aos prejuízos fiscais apurados na CoolLink.

3.40 Interesses Minoritários
Nota 43

Os interesses minoritários no resultado consolidado, em 2015, foram apurados de acordo com o quadro seguinte:

FILIAIS	Resultados Líquidos	% Interesses Minoritários	Interesses Minoritários
CoolLink, Lda	(8.955)	50%	(4.478)
Total	(8.955)		(4.478)

3.41 Contas extrapatrimoniais
Nota 44

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Compromissos perante terceiros:		
Compromissos irrevogáveis		
<i>Responsabilidades potenciais para com o SII</i>	337.401	228.049
Compromissos revogáveis		
<i>Linhas de crédito</i>	13.574.988	18.030.602
<i>Facilidades de descoberto em conta</i>	860	1.448
	13.913.249	18.260.099
Responsabilidade por prestações de serviços:		
<i>De depósito e guarda de valores</i>	401.343.248	343.810.941
<i>Valores administrativos pela instituição</i>	115.230.551	92.896.472
	516.573.798	436.707.413
Serviços prestados por terceiros:		
<i>Por depósito e guarda de valores</i>	303.307.036	318.449.861
	303.307.036	318.449.861
Operações cambiais e instrumentos derivados:		
<i>Operações cambiais a prazo - negociação</i>	250.000	38.930.937
<i>Futuros e opções a prazo - negociação</i>	24.966.927	65.495
<i>Opções - negociação</i>	172.642	73.220
	25.389.569	39.069.652
Garantias prestadas e outros serviços eventuais:		
<i>Garantias pessoais</i>	6.316.152	16.516.673
<i>Garantias reais</i>	180.000	20.650.000
	6.496.152	37.166.673
Garantias recebidas:		
<i>Garantias pessoais</i>	63.700.534	62.702.521
<i>Garantias reais</i>	180.781.226	78.207.019
	244.481.759	140.909.540
Outras rubricas extrapatrimoniais:		
<i>Créditos abatidos ao ativo</i>	1.340.261	1.340.261
<i>Juros vencidos</i>	21.421	13.915
<i>Contas diversas</i>	(1.111.523.246)	(991.917.415)
	(1.110.161.564)	(990.563.238)

4. Partes relacionadas:

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o Banco é controlado pelos seguintes acionistas com participação superior a 2%:

31/12/2015

Composição Acionista:

	Nº ações	%	Direitos voto
Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva	58.649.733	29,32	58.649
Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves	37.768.937	18,88	37.768
Amorim projetos, SGPS, SA	15.880.743	7,94	15.880
António José Paixão Pinto Marante	10.000.000	5,00	10.000
Groupe Norwich S.A.	9.999.990	5,00	9.999
Mauricio Zlatkin	9.999.000	5,00	9.999
Sophia Capital - Fundo de Capital de Risco	8.510.000	4,26	8.510
Imocarregosa-Gestão e Comercialização Imobiliária, S.A.	7.068.342	3,53	7.068
Ruasgest, SGPS, SA	4.764.223	2,38	4.764

31/12/2014

Composição Acionista:

	Nº ações	%	Direitos voto
Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva	58.649.733	29,32	58.649
Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves	37.768.937	18,88	37.768
Amorim Projetos, SGPS, SA	15.880.743	7,94	15.880
António José Paixão Pinto Marante	10.000.000	5,00	10.000
Mauricio Zlatkin	9.999.000	5,00	9.999
Maria Eugénia Dias Fernandes	9.494.561	4,75	9.494
Imocarregosa-Gestão e Comercialização Imobiliária, S.A.	8.068.342	4,03	8.068
Sara Cristina Moreira de Sá Peneda Pinho	5.000.000	2,50	5.000
Ruasgest, SGPS, SA	4.764.223	2,38	4.764

Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Banco, foi considerado de acordo com a IAS 24, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão do Banco. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração, encontram expressão na nota 34 deste anexo.

Transações e Saldos entre partes relacionadas

No final do exercício de 2015, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

	Passivo	
	Recursos de clientes	
	À Ordem	A prazo
Participadas		
FII - Retail Properties	5.615.179	0
	5.615.179	0

Transações e Saldos entre partes relacionadas

No final do exercício 2014, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

	Passivo	
	Recursos de clientes	
	À Ordem	A prazo
Participadas		
FII - Retail Properties	63.215	2.500.000
	63.215	2.500.000

Transações e Saldos entre partes relacionadas

	Juros depósitos a prazo	Comissões recebidas	Rendimentos Inst. Capital
Participadas			
FII Retail Properties	4.292	42.219	125.177
	4.292	42.219	125.177

Transações e Saldos entre partes relacionadas

	Juros depósitos a prazo	Comissões recebidas	Rendimentos Inst. Capital
Participadas			
FII Retail Properties	30.682	42.320	67.647
	30.682	42.320	67.647



ANEXOS CONTAS INDIVIDUAIS

ANÁLISE E ANEXOS



BANCO
CARREGOSA

INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO

BALANÇO INDIVIDUAL (NCA) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

		31/12/2015			
	Notas	Valor antes de provisões, imparidades e amortizações	Provisões, imparidades e amortizações	Valor líquido	Ano anterior
		1	2	3 = 1 - 2	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1	47.502.888	-	47.502.888	1.566.250
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	23.529.925	-	23.529.925	26.449.520
Ativos financeiros detidos para negociação	3	3.858.017	-	3.858.017	4.804.337
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	4	2.191	-	2.191	547
Ativos financeiros disponíveis para venda	5	45.356.374	(5.025.189)	40.331.185	52.032.929
Aplicações em instituições de crédito	6	17.004.583	-	17.004.583	48.568.789
Crédito a clientes	7	77.024.634	(179.597)	76.845.037	51.437.542
Investimentos detidos até à maturidade		-	-	-	-
Ativos com acordo de recompra		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Ativos não correntes detidos para venda	8	85.680	-	85.680	85.680
Propriedades de investimento		-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	9	6.268.894	(4.487.172)	1.781.721	1.783.937
Ativos intangíveis	10	2.576.861	(2.373.110)	203.750	122.412
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	11	25.000	-	25.000	314.378
Ativos por impostos correntes	12	-	-	-	2.586.946
Ativos por impostos diferidos	13	1.276.669	-	1.276.669	246.475
Outros ativos	14	15.878.266	(100.000)	15.778.266	8.685.911
Total de Ativo		240.389.982	(12.165.069)	228.224.913	198.685.655
Passivo					
Recursos de bancos centrais	15			2.013.878	17.229.154
Passivos financeiros detidos para negociação	16			470.404	1.959.205
Outros passivos ao justo valor através de resultados				-	-
Recursos de outras instituições de crédito	17			19.682.386	692.621
Recursos de clientes e outros empréstimos	18			161.267.872	120.336.085
Responsabilidades representadas por títulos				-	-
Passivos financeiros associados a ativos transferidos				-	-
Derivados de cobertura				-	-
Passivos não correntes detidos para venda				-	-
Provisões	19			810.519	857.617
Passivos por impostos correntes	20			142.392	-
Passivos por impostos diferidos				-	-
Instrumentos representativos de capital				-	-
Outros passivos subordinados				-	-
Outros passivos	21			13.306.532	23.648.978
Total de Passivo				197.693.982	164.723.660
Capital					
Capital	22			20.000.000	20.000.000
Prémios de emissão				369.257	369.257
Outros instrumentos de capital				-	-
Reservas de reavaliação				(4.883.741)	(554.340)
Outras reservas e resultados transitados				14.227.997	13.151.031
Ações próprias				-	-
Resultado do exercício				817.417	996.047
Dividendos antecipados				-	-
Total de Capital				30.530.931	33.961.995
Total de passivo e Capital				228.224.913	198.685.655
O Contabilista Certificado				O Conselho de Administração	



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS
31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014

€ Euros

	Notas	31/12/2015	Ano anterior
Juros e rendimentos similares	23	6.900.543	5.793.418
Juros e encargos similares	24	(1.427.050)	(2.065.514)
Margem financeira		5.473.493	3.727.904
Rendimentos de instrumentos de capital	25	125.177	67.647
Rendimentos de serviços e comissões	26	6.065.862	4.914.900
Encargos com serviços e comissões	27	(1.368.251)	(904.995)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	28	(2.707.533)	(3.100.024)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	29	345.303	5.646.457
Resultados de reavaliação cambial	30	2.470.609	2.494.199
Resultados de alienação de outros ativos	31	401.859	965.759
Outros resultados de exploração	32	(168.857)	(138.143)
Produto da atividade		10.637.661	13.673.703
Custos com pessoal	33	(3.744.658)	(3.430.326)
Gastos gerais administrativos	34	(4.463.702)	(4.129.974)
Amortizações do exercício	35	(573.157)	(547.320)
Provisões líquidas de anulações	36	(165.669)	171.636
Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	37	(50.376)	(35.981)
Imparidade de outros ativos financeiros líquidas de reversões e recuperações	38	(459.128)	(4.525.211)
Imparidade de outros ativos líquidas de reversões e recuperações	39	(81.835)	-
Resultado antes de impostos		1.099.136	1.176.527
Impostos		(281.719)	(180.480)
Correntes	40	(281.719)	(166.639)
Diferidos	41	-	(13.841)
Resultado após impostos		817.417	996.047
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-
O Contabilista Certificado			O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DO RENDIMENTO INTEGRAL

	31/12/2015	Ano Anterior
Resultado líquido consolidado do exercício	817.417	996.047
Rubricas que não serão reclassificadas em resultados:		
Ativos tangíveis	(388)	3.747
Ganhos ou perdas (-) atuariais com planos de pensões de benefício definido	80.920	(695.587)
Elementos que podem ser reclassificados em resultados:		
Conversão cambial	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	(5.498.373)	(3.256.713)
Imposto sobre os rendimentos relacionado com elementos que podem ser reclassificados em resultados	1.169.361	544.695
Outro rendimento integral	(4.248.481)	(3.403.859)
Rendimento integral total do ano	(3.431.064)	(2.407.812)
O Contabilista Certificado		O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Montantes expressos em Euros)

	31/12/2015	Ano Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	13.391.163	11.502.529
Pagamento de juros e comissões	(3.207.915)	(3.886.745)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(8.096.080)	(7.557.917)
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	4.114.496	(65.744.348)
Outros ativos e passivos operacionais	(18.267.521)	15.400.460
Outros recebimentos de clientes	15.949.262	14.156.551
Impostos sobre lucros	2.586.786	(2.419.877)
Caixa líquida das atividades operacionais	6.470.192	(38.549.347)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	-	-
Aquisição/Alienação de ativos disponíveis para venda	5.743.855	52.958.237
Investimentos detidos até à maturidade	-	-
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(751.928)	(677.232)
Vendas de ativos tangíveis e intangíveis	115.450	15.958
Investimentos em empresas filiais e associadas	-	-
Caixa líquida das atividades de investimento	5.107.377	52.296.963
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Aumento de Capital	-	-
Dividendos pagos	-	(1.750.000)
Emissão de dívida titulada e subordinada	-	-
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	-	-
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	-	-
Recursos de instituições de crédito (não está associado com as principais atividades geradoras de réditos)	-	-
Caixa líquida das atividades de financiamento	-	(1.750.000)
Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	11.577.569	11.997.617
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e equivalentes no início do exercício	76.412.232	64.414.615
Caixa e equivalentes no fim do exercício	87.989.801	76.412.232
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	47.502.888	1.566.250
Disponibilidades em outras instituições de crédito	23.529.925	26.449.520
Aplicações em outras instituições de crédito	17.004.583	48.568.789
Descobertos em outras instituições de crédito	(47.596)	(172.327)
O Contabilista Certificado	O Conselho de Administração	



BANCO
CARREGOSA

INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO



ATIVOS INTANGÍVEIS E TANGÍVEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(ATIVIDADE INDIVIDUAL)

(valores em euros)

Contas	Em 31/12/2014		Aumentos Aquisições	Amortizações do exercício	Abates (líquido)	Transf.	Regularizações			Valor de aquisição ajustado	Amortizações do exercício ajustadas	Amortizações acumuladas ajustadas	Valor líquido em 31/12/2015
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					Valor bruto	Amortizações do exercício	Amortizações acumuladas				
<i>Outros Ativos Intangíveis</i>													
Sistemas de Tratamento de Dados (software)	2.117.934	(2.021.686)	207.571	(150.422)	-	8.826	-	-	-	2.334.331	(150.422)	(2.021.686)	162.224
Outros Ativos Intangíveis	185.994	(185.994)	8.353	(15.008)	-	48.182	-	-	-	242.529	(15.008)	(185.994)	41.527
Ativos Intangíveis em Curso	26.164	-	30.844	-	-	(57.008)	-	-	-	-	-	-	-
	2.330.092	(2.207.680)	246.768	(165.430)	-	-	-	-	-	2.576.861	(165.430)	(2.207.680)	203.751
<i>Ativos Tangíveis</i>													
Imóveis	522.936	(34.428)	-	(8.188)	-	-	-	-	-	522.936	(8.188)	(34.428)	480.320
Equipamento	5.029.789	(4.078.051)	505.160	(394.011)	(99.648)	-	-	-	-	5.534.949	(394.011)	(4.078.051)	963.238
Ativos em locação financeira	368.570	(24.878)	-	(5.529)	-	-	-	-	-	368.570	(5.529)	(24.878)	338.163
Ativos tangíveis em Curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	5.921.295	(4.137.357)	505.160	(407.727)	(99.648)	-	-	-	-	6.426.454	(407.727)	(4.137.357)	1.781.721
TOTAIS	8.251.387	(6.345.038)	751.928	(573.157)	(99.648)	-	-	-	-	9.003.315	(573.157)	(6.345.038)	1.985.472

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (ACTIVIDADE INDIVIDUAL)

	Capital	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do período	Euros
								Total do capital próprio
Saldos a 31 de Dezembro de 2013	20.000.000	369.257	1.979.015	1.452.626	6.454.293	1.352.774	7.049.164	38.657.129
Impacto da alteração de critérios contabilísticos (IAS 8)			537.674			(375.735)	(161.939)	-
Saldos de abertura (reexpresso)	20.000.000	369.257	2.516.689	1.452.626	6.454.293	977.038	6.887.225	38.657.129
Alteração das reservas de justo valor			(2.833.564)					(2.833.564)
Imposto diferido			544.695					544.695
Ganhos ou perdas (-) atuariais com planos de pensões					(695.587)			(695.587)
Resultado líquido de 2014							36.742	36.742
Rendimento integral de 2014 (*)								(2.947.714)
Distribuição de dividendos						(1.750.000)		(1.750.000)
Outras alterações no capital próprio				704.916	4.594.248	1.750.000	(7.049.164)	-
Saldos a 31 de dezembro de 2014	20.000.000	369.257	(309.854)	2.157.543	10.352.954	1.352.774	36.742	33.959.415
Impacto da alteração de critérios contabilísticos (IAS 8)			(782.161)			(336.503)	1.121.243	2.579
Saldos de abertura (reexpresso)	20.000.000	369.257	(554.340)	2.157.543	10.352.954	640.535	996.046	33.961.994
Alteração das reservas de justo valor			(5.498.761)					(5.498.761)
Imposto diferido			1.169.361					1.169.361
Ganhos ou perdas (-) atuariais com planos de pensões					80.920			80.920
Resultado líquido de 2015							817.417	817.417
Rendimento integral de 2015								(3.431.064)
Distribuição de dividendos								-
Outras alterações no capital próprio				3.674	33.068	959.304	(996.046)	-
Saldos a 31 de dezembro de 2015	20.000.000	369.257	(4.883.741)	2.161.217	10.466.941	1.599.839	817.417	30.530.931
(*) Valores não reexpressos								

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banco L.J. Carregosa, SA (Banco ou Carregosa) é um Banco comercial com Sede em Portugal, na Av. da Boavista nº 1083, no Porto. Para o efeito, possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas. Iniciou a sua atividade como banco comercial em novembro de 2008, após fusão da Sociedade de Corretagem L.J. Carregosa e a Personal Value, conforme escritura pública de 17 de maio daquele ano.

O Banco dispõe de uma rede nacional de três agências e um escritório de representação em Espanha.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação e comparabilidade

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras do Banco Carregosa são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, com exceção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

As demonstrações financeiras individuais do Banco Carregosa, agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem as IFRS em vigor tal como adotados na União Europeia até 31 de dezembro 2015. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2015 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de dezembro de 2014.

Estas demonstrações foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor.

Comparabilidade com exercícios anteriores (IAS 8)

No início de 2015, foi revisto o critério contabilístico que vinha sendo adotado relativamente à classificação dos instrumentos de dívida detidos na carteira de ativos disponíveis para venda. Até ao final de 2014, o Banco classificava os instrumentos de dívida na carteira de ativos disponíveis para venda como itens não monetários, segundo a interpretação efetuada do disposto na IAS 21. Consequentemente os resultados das variações cambiais resultantes da detenção desses ativos eram relevados em reservas associadas a variações cambiais.

Face à volatilidade crescente durante o ano de 2014 na moeda USD, em que o Banco apresenta maior exposição, e após análise de informação divulgada por diversas instituições de referência e também com a opinião favorável do Revisor Oficial de Contas, a Comissão Executiva resolveu alterar o critério que vinha sendo seguido, passando assim os instrumentos de dívida detidos na carteira de ativos

disponíveis para venda a ser considerados como ativos monetários. Os resultados das variações cambiais destes ativos passam assim a ser relevados diretamente em ganhos e perdas.

Face a esta alteração de critério contabilístico, e de acordo com o disposto na IAS 8, devem ser apresentados os respetivos impactos e reexpressos os valores comparativos para os períodos anteriores.

Relativamente aos impostos diferidos os comparativos foram reajustados em resultado da revisão da taxa de IRC aplicada, do impacto fiscal das variações patrimoniais e anulação do ativo por imposto diferido sobre as imparidades das filiais Lisbon Brokers, SA e Francisco Marques Pereira SGPS, SA constituído em 2011.

Dado que os impactos destas alterações de critérios afeta rubricas do ativo e capitais próprios, são detalhados a seguir os valores inicialmente apresentados, os ajustamentos, bem como os valores reexpressos, ao nível das demonstrações financeiras individuais. Relativamente aos impostos diferidos comparativos foram reajustados em resultado da taxa de IRC (ver nota 13).

	Reservas de reavaliação		Outras reservas e resultados transitados				Resultado do exercício
	Associadas a diferenças cambiais	Resultantes de valorização ao JV	Reserva Legal	Reserva de variações cambiais	Outras reservas	Resultados transitados	
Valor apresentado em 31/12/2008	-	(440.168)	255.000	(131.477)	288.987	(163.633)	771.346
Ajustamento (IAS 8) em 2008	-	-	-	(157.510)	-	-	157.510
Valor reexpresso para 31/12/2008	-	(440.168)	255.000	(288.987)	288.987	(163.633)	928.857
Valor apresentado em 31/12/2009	-	(86.677)	333.597	-	288.987	543.737	1.031.764
Ajustamento (IAS 8) em 2009	-	-	-	-	-	157.510	(157.510)
Valor reexpresso para 31/12/2009	-	(86.677)	333.597	-	288.987	701.247	874.254
Valor apresentado em 31/12/2010	19.915	(309.168)	435.190	-	75.362	1.248.072	(1.145.218)
Ajustamento (IAS 8) em 2010	(19.915)	-	-	-	-	-	19.915
Valor reexpresso para 31/12/2010	-	(309.168)	435.190	-	75.362	1.248.072	(1.125.303)
Valor apresentado em 31/12/2011	-	(393.219)	435.190	-	288.987	136.612	1.108.428
Ajustamento (IAS 8) em 2011	-	-	-	-	-	19.915	(19.915)
Valor reexpresso para 31/12/2011	-	(393.219)	435.190	-	288.987	156.527	1.088.513
Valor apresentado em 31/12/2012	(375.735)	1.123.867	503.236	-	288.987	1.173.994	9.443.908
Ajustamento (IAS 8) em 2012	375.735	-	-	-	-	-	(375.735)
Valor reexpresso para 31/12/2012	-	1.123.867	503.236	-	288.987	1.173.994	9.068.173
Valor apresentado em 31/12/2013	(537.674)	2.265.095	1.452.626	-	6.454.293	1.153.997	7.286.052
Ajustamento (IAS 8) em 2013	537.674	-	-	-	-	(375.735)	(161.939)
Valor reexpresso para 31/12/2013	-	2.265.095	1.452.626	-	6.454.293	778.262	7.124.113
Valor apresentado em 31/12/2014	426.423	(1.409.071)	2.157.543	-	10.352.945	1.390.885	378.453
Ajustamento (IAS 8) em 2014	(426.423)	-	-	-	-	(537.674)	964.097
Valor reexpresso para 31/12/2014	-	(1.409.071)	2.157.543	-	10.352.945	853.211	1.342.550

Balanço	Impostos Diferidos Ativos	Reservas de Reavaliação	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado do Exercício
Valor apresentado em 31/12/2014	243.896	(309.854)	13.863.270	36.742
Ajustamento IAS 8 em 2014	2.579	(244.486)	(712.239)	959.304
Valor reexpresso em 31/12/2014	246.475	(554.340)	13.151.031	996.047

Demonstração de Resultados	Resultados de reavaliação cambial	Impostos Correntes	Impostos Diferidos	Resultado do Exercício
Valor apresentado em 31/12/2014	1.530.101	(118.902)	(56.786)	36.742
Ajustamento IAS 8 em 2014	964.097	(47.737)	42.944	959.304
Valor reexpresso em 31/12/2014	2.494.199	(166.639)	(13.841)	996.047

2.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

2.2.1. Especialização dos exercícios

O Banco adota o princípio contabilístico da especialização dos exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

2.2.2. Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros ao câmbio de "fixing" da data do balanço, que são convertidos ao câmbio médio do mês indicado pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transações em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, de acordo com o efeito que as transações em divisas têm na posição cambial. Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial.

2.2.3. Aplicações em instituições de crédito no país e no estrangeiro

Estes instrumentos são valorizados ao seu justo valor, o qual corresponde, normalmente, à contraprestação paga, líquida dos custos de transação diretamente associados.

2.2.4. Ativos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica inclui os ativos financeiros adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados pelo seu justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do período.

2.2.5. Ativos financeiros detidos para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado e que não foram classificados em qualquer uma das outras categorias de ativos financeiros. Incluem instrumentos de capital, investimentos em unidades de participação de fundos e instrumentos de dívida.

Estes ativos são avaliados ao justo valor, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até ao momento da sua alienação ou se se encontrarem sujeitos a perdas de imparidade. Os juros são reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

2.2.6. Crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (contas a receber)

Entendem-se como créditos a clientes e valores a receber de outros devedores, os ativos financeiros correspondentes ao fornecimento, a determinada entidade, de dinheiro, bens ou serviços, por parte da Instituição. Este conceito abrange a atividade típica de concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da atividade da instituição.

A valorimetria seguida nos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores é a seguinte:

- Na data do reconhecimento inicial, os ativos financeiros são registados pelo seu valor nominal, não podendo, quer nessa data, quer em data de reconhecimento subsequente, ser incluídos ou reclassificados nas restantes categorias de ativos financeiros.
- A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios ou descontos, é objeto de relevação contabilística autónoma nas respetivas contas de resultados.
- O valor dos ativos incluídos nesta categoria é objeto de correção, de acordo com critérios de rigor e prudência, de forma a refletirem, a todo o tempo, o seu valor realizável.
- A correção a que se refere o ponto anterior não pode ser inferior ao que for estabelecido pelo Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, como quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.
- Para efeitos de constituição de provisões genéricas, referidas no ponto anterior, é considerado o total do crédito concedido pela Sociedade, incluindo outras responsabilidades assumidas perante terceiros, tais como as garantias ou outros instrumentos de natureza análoga.

2.2.7. Repos

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificado o valor de juros. O valor nominal dos títulos cedidos é reconhecido em rubrica extrapatrimonial específica.

2.2.8. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado.

Os ativos registados nesta categoria são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, determinado com base em avaliações de peritos internos ou externos, deduzido de custos a incorrer na venda.

2.2.9. Provisões

O Banco Carregosa calcula as provisões para crédito e juros vencidos e para riscos gerais de crédito em conformidade com o Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal (com as alterações introduzidas por regulamentação posterior, designadamente o Aviso nº 8/2003).

As provisões registadas contabilisticamente correspondem à aplicação das percentagens definidas pelo Banco de Portugal, sendo complementadas por provisões constituídas acima destes montantes mínimos, quando considerado adequado.

i. Provisões para crédito e juros vencidos:

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança de capital, juros e outros valores que se encontrem vencidos, relativos a quaisquer operações de financiamento que tenham sido efetuadas. Esta provisão é calculada por aplicação das percentagens mínimas de provisão estabelecidas no Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, alterado pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de janeiro, em função da antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados e da existência ou não de garantias.

ii. Provisões para riscos gerais de crédito:

A provisão para riscos gerais de crédito destina-se a fazer face aos riscos associados à realização do crédito concedido;

A provisão constituída corresponde a uma percentagem de 1% sobre o capital vincendo à data de 31 de dezembro dos contratos de crédito bem como dos valores a receber de outros devedores.

2.2.10. Outros ativos tangíveis

Na rubrica de Outros ativos tangíveis, os bens estão registados ao custo de aquisição, incluindo viaturas de serviço e outros equipamentos.

Estes ativos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada, tendo como limite os anos indicados na tabela abaixo. Por aplicação de um princípio de prudência, e em casos excecionais devidamente documentados por decisão da Comissão Executiva, poderão ser utilizados períodos de amortização inferiores aos indicados sendo, no entanto, os respetivos efeitos fiscais considerados à data de tal decisão e valorizados em conta de ativo adequada.

EQUIPAMENTO

Anos

Equipamento de transporte 4 – 8

Mobiliário e material 8 – 16

Equipamento informático 3 – 8

Outras imobilizações corpóreas 5 – 50

2.2.11. Ativos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica as despesas na fase de desenvolvimento de projetos implementados e a implementar, bem como o custo de *software* adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que são realizados.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado do bem o qual, em geral, corresponde a um período de três anos.

2.2.12. Outros Passivos Financeiros – Recursos de Outras Instituições de Crédito, Recursos de Clientes, Outros Empréstimos e Outros

Os outros passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de clientes, são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação recebida líquida dos custos de transação, diretamente associados.

De acordo com a opção pelo justo valor, preconizada pela IAS 39, os passivos financeiros incluídos na rubrica de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados são classificados como passivos financeiros ao justo valor, através de resultados, sempre que cumpram com os requisitos de classificação nesta categoria, nomeadamente por incorporarem um ou mais derivados embutidos. Estes passivos são inicialmente valorizados ao justo valor, com alterações subsequentes no justo valor relevadas em resultados do exercício.

2.2.13. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados, onde seja provável o futuro dispêndio de recursos e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.2.14. Reconhecimento de proveitos e custos

Os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios. Isto é, são registados à medida que são gerados. Os proveitos são reconhecidos desde que seja provável que benefícios económicos associados à transação fluam para a sociedade e a quantia do rédito possa ser mensurada. Os juros vencidos e não cobrados são anulados no balanço passados três meses do seu vencimento e apenas reconhecidos como proveito no momento do seu recebimento.

2.2.15. Comissões por serviços prestados

O Banco Carregosa cobra comissões pela prestação de um amplo conjunto de serviços. As comissões são, por norma, imediatamente reconhecidas como proveito, dado que se relacionam com serviços específicos ou pontuais, e não são associáveis a prestações de serviços que se prolonguem no tempo.

2.2.16. Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor. Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis. Os impostos diferidos ativos não são reconhecidos para as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimento em empresas filiais e associadas, quando o Banco controla a reversão das diferenças temporárias e quando seja provável que não serão revertidos no futuro.

2.2.17. Benefícios aos empregados

O Banco Carregosa, utilizando o *Acordo Coletivo de Trabalho para o Setor Bancário* como elemento de referência para práticas laborais, assumiu o compromisso, exclusivamente para com os seus empregados não integrados no Sistema Nacional de Pensões, de lhes atribuir, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, antecipada, por invalidez ou por sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no ativo.

Para financiamento destas responsabilidades, o Banco Carregosa aderiu em 2004 ao Fundo de Pensões Horizonte – Valorização da Pensõesger. Em 2010, atento à evolução das suas obrigações e numa política de rigor e boa gestão da cobertura das responsabilidades assumidas, o Banco decidiu passar o Fundo de Pensões para uma nova entidade gestora, a BANIF AÇOR PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões SA, subscrevendo três fundos: Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Pensões Ações (30%) Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Equilibrado (30%) e Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Moderado (40%).

Como referido anteriormente, as responsabilidades por serviços passados dos trabalhadores abrangidos são determinadas anualmente e consideram a data de admissão no Banco Carregosa e não a data de admissão no setor bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afeta ao período entre a data de admissão no setor bancário e a data de admissão na Sociedade será imputável às anteriores entidades empregadoras, salvo se, estas últimas tiverem procedido à transferência do montante relativo à quota-parte da sua responsabilidade.

As responsabilidades reconhecidas correspondem à diferença entre o valor atual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos ativos dos fundos de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas atuariais diferidos. O valor das responsabilidades é

determinado numa base anual, por atuários independentes, utilizando o método “*Projected Unit Credit*”, e pressupostos atuariais considerados adequados. A atualização das responsabilidades é efetuada com base numa taxa de desconto que reflete as taxas de juro de médio e longo prazo para obrigações cotadas na Zona Euro por empresas avaliadas como de baixo risco.

Para além das pensões, integrado nas responsabilidades do Fundo e para aquele grupo de colaboradores, o Banco assumiu ainda o subsídio por morte no ativo.

Em resultado de um estudo sobre as responsabilidades e encargos atuais com a assistência médica, decidiu o Banco em 2010 externalizar este benefício junto da Multicare, abrangendo todos os colaboradores que não beneficiem dos SAMS, mantendo os mesmos níveis de encargos.

IAS 19 – Benefícios a empregados (alteração) – esta norma foi revista para incluir diversas alterações, nomeadamente quanto ao:

- Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais e financeiros decorrentes de diferenças entre os pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades e do rendimento esperado dos ativos e os valores efetivamente verificados, assim como as resultantes de alterações de pressupostos atuariais e financeiros ocorridos no exercício, por contrapartida de capital próprio;
- Passa a ser aplicada uma única taxa de juro às responsabilidades e aos ativos do plano;
- A diferença entre o retorno real dos ativos do fundo e a taxa de juro única é registada como ganhos / perdas atuariais; e
- Os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros.

2.2.18. Relato por Segmentos

O Banco Carregosa desenvolve o seu negócio através de uma rede comum aos diversos produtos comercializados, pelo que não se adequa a apresentação de reporte por segmentos de atividade.

Dado que as atividades do Banco Carregosa se desenvolvem em Portugal e em Espanha, através de um escritório de representação, não se considera relevante apresentar o reporte por segmento geográfico.

3. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

As contas do Balanço e da Demonstração de Resultados são comparadas para as datas de 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) e decompostas pelas seguintes rubricas:

3.01 Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Nota 01

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	116.934	0
Disponibilidades à ordem no Banco de Portugal	47.385.954	1.566.250
	47.502.888	1.566.250

Foi implementada no 1º semestre de 2015 a política de detenção de valores em caixa que permitam a satisfação de pedidos pontuais de liquidez imediata por parte de clientes, conforme se verifica na variação do saldo associado à rubrica 'Caixa'. Já no caso dos depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. Estes depósitos são remunerados.

3.02 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Nota 02

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Depósitos à ordem em instituições monetárias		
<i>Residentes</i>	12.777.071	16.160.755
<i>Não residentes</i>	10.752.854	10.288.765
	23.529.925	26.449.520

3.03 Ativos financeiros detidos para negociação

Nota 03

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Títulos de negociação		
<i>Títulos</i>	3.668.669	4.683.993
<i>Instrumentos derivados com justo valor positivo</i>	189.348	120.344
	3.858.017	4.804.337

Esta carteira denuncia uma ligeira quebra face ao exercício anterior, justificada por compras e vendas decorrentes de oportunidades favoráveis de mercado e cujo detalhe das posições em carteira se expressa no quadro seguinte.

ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO
Em 31 de dezembro de 2015 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie dos Títulos	Valor Aquisição	Valor de Balanço Justo Valor	Valias		Imparidade
			Mais	Menos	
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA					
Emitidos por Residentes					
De outros Emissores Residentes					
Dívida não Subordinada	285 091	287 995	2 904	-	-
Emitidos por Não Residentes					
De Outros Emissores Não Residentes					
Dívida não Subordinada	2 800 978	2 663 219	3 961	141 720	-
	3 086 069	2 951 214	6 865	141 720	-
INSTRUMENTOS DE CAPITAL					
Emitidos por Residentes					
De Outros Emissores Residentes					
Ações	124 607	78 234	176	46 549	-
Emitidos por Não Residentes					
De Outros Emissores Não Residentes					
Ações	117 602	118 570	1 467	499	-
Unidades de Participação	1 645	1 339	-	306	-
	243 854	198 143	1 643	47 354	-
OUTROS					
Emitidos por Não Residentes					
De Outros Emissores Não Residentes					
Produtos Estruturados	589 044	519 312	800	70 532	-
	589 044	519 312	800	70 532	-
INSTRUMENTOS DERIVADOS COM JUSTO VALOR POSITIVO					
Outros					
Mais-valias não realizadas em Futuros	-	5 180	-	-	-
Mais-valias não realizadas em Opções	-	172 642	-	-	-
Mais-valias não realizadas em CFD's sobre moeda	-	11 526	-	-	-
	-	189 348	-	-	-
TOTAL	3 918 967	3 858 017	9 308	259 606	-

3.04 Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados
Nota 04

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Títulos		
<i>Emitidos por residentes</i>	2.191	547
	2.191	547

Valor respeitante à contribuição para o Fundo de Compensação do Trabalho. Opção pela contabilização ao justo valor de acordo com a IAS 39 n.º 9 b), sendo a cotação obtida no *site* do Fundo de compensação do trabalho.

3.05 Ativos financeiros disponíveis para venda
Nota 05

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Emitidos por residentes		
<i>Instrumentos dívida</i>	3.983.127	10.834.091
<i>Instrumentos de capital</i>	694.700	1.097.800
<i>Outros</i>	7.121.623	7.722.516
	11.799.450	19.654.407
Emitidos por não residentes		
<i>Instrumentos dívida</i>	28.067.344	31.977.949
<i>Outros</i>	464.391	400.573
	28.531.735	32.378.522
	40.331.185	52.032.929

Conforme referido nas bases de apresentação e principais políticas contabilísticas, os ativos são classificados nesta rubrica quando os mesmos não tenham como finalidade a alienação no curto prazo, sendo as variações ao justo valor reconhecidas diretamente em capitais na rubrica de reservas de reavaliação. Verifica-se no exercício de 2015 alguma desaceleração no investimento em títulos de dívida, também em resultado da diminuição das taxas de juros nestes mercados.

ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2015 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie dos Títulos	Valor Aquisição	Valor de Balanço Justo Valor	Valias		Imparidade
			Mais	Menos	
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA					
Emitidos por Residentes					
De dívida pública portuguesa					
Obrigações do Tesouro	318 168	336 852	18 684	-	-
De Outros Emissores Residentes					
Dívida não Subordinada	3 518 375	3 435 575	-	82 800	-
Dívida Subordinada	4 353 500	210 700	-	-	4 142 800
Emitidos por Não Residentes					
De Outros Emissores Não Residentes					
Dívida não Subordinada	33 720 050	27 977 804	127 468	5 869 714	-
Dívida Subordinada	456 992	89 540	-	20 577	346 875
	42 367 085	32 050 471	146 152	5 973 091	4 489 675
INSTRUMENTOS DE CAPITAL					
Emitidos por Residentes					
De Outros Emissores Residentes					
Ações	2 440 174	694 700	-	1 209 960	535 514
	2 440 174	694 700	-	1 209 960	535 514
OUTROS					
Emitidos por Residentes					
De Outros Emissores Residentes					
Outros	6 302 278	7 121 622	819 344	-	-
Emitidos por Não Residentes					
De Outros Emissores Não Residentes					
Produtos Estruturados	503 270	464 392	72	38 950	-
	6 805 548	7 586 014	819 416	38 950	-
TOTAL	51 612 807	40 331 185	965 568	7 222 001	5 025 189

3.06 Aplicações em instituições de crédito
Nota 06

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Aplicações		
No país		
<i>Em outras instituições de crédito</i>	17.000.000	48.500.000
<i>Em proveitos a receber</i>	4.583	68.789
	17.004.583	48.568.789

3.07 Créditos a clientes
Nota 07

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Crédito interno		
<i>Empréstimos</i>	27.699.222	19.037.790
<i>Créditos em conta corrente</i>	46.990.333	28.872.422
<i>Descobertos em depósitos à ordem</i>	299.140	148.552
Crédito ao exterior		
<i>Empréstimos</i>	132.000	165.000
<i>Créditos em conta corrente</i>	1.116.732	999.287
Crédito e juros vencidos	612.208	6.885.289
Rendimentos a receber	174.999	178.445
	77.024.634	56.286.785
Provisões/Imparidades para crédito e juros vencidos	(179.597)	(4.849.242)
	76.845.037	51.437.542

Em 2015, a carteira de crédito reforçou a sua posição no conjunto da atividade do Banco, ao nível de novas operações e acréscimo de volume, em cada uma das modalidades de crédito que o Banco disponibiliza aos seus clientes. De referir que os créditos estão na sua grande maioria suportados por garantias pessoais e reais que ultrapassam significativamente os valores vincendos. Por outro lado, as provisões estão constituídas em conformidade com o aviso 3/95, sendo de referir o impacto em 2014 da imparidade associada à aquisição de um crédito vencido a uma Instituição não residente, entretanto objeto de cessão no decurso de 2015.

3.08 Ativos não correntes detidos para venda
Nota 08

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativos tangíveis não correntes detidos para venda		
<i>Imóveis</i>	85.680	85.680
	85.680	85.680

Correspondente ao valor de aquisição de um Imóvel adquirido em processo de recuperação de crédito.

3.09 Outros ativos tangíveis
Nota 09

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Outros ativos tangíveis		
<i>Imóveis</i>	522.936	522.936
<i>Equipamento</i>	5.377.388	5.029.789
<i>Ativos em locação financeira</i>	368.570	368.570
	6.268.894	5.921.295
Amortizações acumuladas		
<i>Imóveis</i>	(42.616)	(34.428)
<i>Equipamento</i>	(4.414.149)	(4.078.051)
<i>Ativos em locação financeira</i>	(30.407)	(24.878)
	(4.487.172)	(4.137.357)
	1.781.721	1.783.937

Os movimentos e saldos em 31 de dezembro de 2015 nas rubricas de “outros ativos tangíveis” e “ativos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade são apresentados no mapa em Anexo intitulado ‘Ativos Intangíveis e Tangíveis em 31 de dezembro de 2015’.

Conforme referido na nota 2.2.10 das principais políticas contabilísticas (contas consolidadas), o Banco decidiu amortizar integralmente as viaturas em finais de 2012. Critério esse que se manteve em 2013. Em 2014 alterou esta política passando a amortizar as novas viaturas de acordo com a sua vida útil.

Valor Aquisição/Valor Líquido	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Viaturas adquiridas até 2012	938.126									938.126
Viaturas adquiridas em 2013		210.960								210.960
	938.126	210.960	0	0	0	0	0	0	0	1.149.086
Depreciação Praticada	938.126	210.960	0	0	0	0	0	0	0	1.149.086
Depreciação Fiscal	89.904	173.127	205.737	198.550	186.325	122.187	71.932	57.259	44.064	1.149.086
	848.221	37.833	(205.737)	(198.550)	(186.325)	(122.187)	(71.932)	(57.259)	(44.064)	0
Valor líquido fiscal	848.221	886.054	680.317	481.767	295.443	173.256	101.323	44.064	0	

Esta situação deu origem a Impostos diferidos ativos no ano no montante de € 49.309 (ver na nota 13).

3.10 Ativos intangíveis
Nota 10

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Outros ativos intangíveis		
<i>Sistema tratamento automático de dados (software)</i>	2.334.332	2.117.934
<i>Ativos tangíveis em curso</i>	0	26.164
<i>Outros</i>	242.529	185.994
	2.576.861	2.330.092

Amortizações acumuladas

<i>Sistema tratamento automático de dados (software)</i>	(2.172.108)	(2.021.686)
<i>Outros</i>	(201.003)	(185.994)
	(2.373.111)	(2.207.680)
	203.750	122.412

Apesar de um incremento ligeiro nesta componente do ativo, em termos líquidos, salienta-se o investimento em sistemas de informação de suporte ao negócio do Banco.

3.11 Investimento em assoc. e filiais excluídas do per. consolidação

Nota 11

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Valorizadas ao custo histórico - no país.		
<i>No país</i>	25.000	914.378
Impar. acum. NIC / Provisões para imparidades acum. NCA		
<i>No país - filiais</i>	0	(600.000)
	25.000	314.378

Em resultado da transformação da filial Lisbon Brokers, SA em sociedade por quotas e posterior venda em 2015, bem como a dissolução para posterior liquidação da Francisco Marques Pereira, SGPS em 2016, o valor expresso neste exercício é correspondente ao investimento na sociedade CoolLink, Lda.

3.12 Ativos por impostos correntes

Nota 12

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativos por impostos correntes		
<i>IRC a recuperar</i>	0	2.586.946
	0	2.586.946

3.13 Ativos por impostos diferidos

Nota 13

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativos por impostos diferidos		
Diferenças temporárias		
<i>Ativos tangíveis</i>	50.593	77.713
<i>Ativos intangíveis</i>	5.340	5.340
<i>Reservas de reavaliação</i>	1.220.736	163.422
	1.276.669	246.475

Esta rubrica reflete apenas o impacto em termos de diferenças temporárias de tributação de rendimento. Como indicado ao nível das políticas contabilísticas, são relevadas também as diferenças temporárias identificadas entre as amortizações aceites fiscalmente e as relevadas na contabilidade.

3.14 Outros ativos
Nota 14

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Outras disponibilidades	53	93.113
Devedores e outras aplicações		
<i>Sector público administrativo</i>	108.249	0
<i>Devedores diversos</i>	5.346.757	410.512
<i>Aplicações diversas</i>	4.013.383	0
Outros ativos (*)	1.610.903	1.449.593
Outros juros e rendimentos similares		
De rendimento fixo emitido por residentes		
<i>De dívida pública portuguesa</i>	5.969	5.240
<i>De outros residentes</i>	39.073	215.574
Outros rendimentos a receber		
<i>Outras obrigações</i>	538.601	459.364
<i>Comissões por serviços prestados</i>	180.653	506.365
Despesas com encargos diferidos		
<i>Seguros</i>	29.352	21.201
<i>Outras rendas</i>	0	50
<i>Outras despesas com encargos diferidos</i>	139.393	138.138
Valor patrimonial do fundo de pensões	3.247.540	2.462.864
Outras contas de regularização	618.340	2.923.898
	15.878.266	8.685.911
Imp. acum. NIC/ prov. p/ Imp. acum. NCA		
<i>Créditos e juros vencidos</i>	(100.000)	0
	15.778.266	8.685.911

(*) Nos outros ativos, inclui-se o valor da conta margem junto da Omiclear enquanto membro compensador da OMIP.

3.15 Recursos de bancos centrais
Nota 15

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Recursos do Banco de Portugal		
<i>Outros recursos - Empréstimos</i>	2.010.000	17.010.000
Juros de recursos do Banco de Portugal		
<i>Empréstimos</i>	3.878	219.154
	2.013.878	17.229.154

3.16 Passivos financeiros detidos para negociação
Nota 16

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Instrumentos derivados com justo valor negativo	470.404	1.959.205
	470.404	1.959.205

(*) Perdas não realizadas destinadas a cobrir parte da exposição da carteira em USD.

3.17 Recursos de outras instituições de crédito
Nota 17

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Recurso de instituições de crédito no país		
Depósitos	19.247.272	0
Empréstimos	42.198	165.827
	19.289.470	165.827
Recurso de instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	387.518	520.294
Empréstimos	5.397	6.500
	392.916	526.794
	19.682.386	692.621

3.18 Recursos de clientes e outros empréstimos
Nota 18

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Recursos de clientes		
Depósitos		
De residentes		
À ordem	44.875.634	26.886.874
A prazo	76.360.245	69.860.582
De não residentes		
À ordem	19.689.740	21.031.834
A prazo	19.855.664	1.864.882
	160.781.283	119.644.172
Juros de recursos de clientes		
Depósitos		
De residentes	404.534	675.535
De não residentes	82.054	16.377
	486.589	691.912
	161.267.872	120.336.085

3.19 Provisões
Nota 19

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Provisões para riscos gerais de crédito		
Crédito concedido	762.706	706.561
Crédito por assinatura	47.813	151.056
	810.519	857.617

Movimentos em provisões, imparidades e correções de valores associados ao crédito a clientes e valores a receber

	Saldos 31/12/2014	Dotações	Utilizações Transf/Ajustes	Anulações Reposições	Saldos 31/12/2015
Provisões para crédito e juros vencidos	4 849 242	10 192 306	(2)	14 861 949	179 597
Provisões para riscos gerais de crédito	857 617	581 757	(175)	628 680	810 519
Totais	5 706 859	10 774 063	(177)	15 490 629	990 116

Provisões para crédito e juros vencidos
Detalhe dos valores da coluna Dotações:

Aquisição do crédito vencido sobre a empresa "Obras, Caminos Y Asfaltos" ao BANKIA S.A. (30/01/2015)	9.531.192
Reforço de Provisões do exercício	661.114
	10.192.306

Detalhe dos valores da coluna Utilizações Transf/Ajustes:

Ajustamentos cambiais	2
-----------------------	---

Detalhe dos valores da coluna Anulações Reposições

Cessão do crédito vencido sobre a empresa "Obras, Caminos Y Asfaltos" à empresa "Spiral Proton-Sociedade de Investimentos Imobiliários, S.A." (30/09/2015)	14.151.210
Redução de Provisões do exercício	710.739
	14.861.949

Provisões para riscos gerais de crédito
Detalhe dos valores da coluna Dotações:

Reforço de Provisões do exercício	581.757
-----------------------------------	---------

Detalhe dos valores da coluna Utilizações Transf/Ajustes:

Ajustamentos cambiais	175
-----------------------	-----

Detalhe dos valores da coluna Anulações Reposições

Cessão do crédito sobre a empresa "Luogo - Sociedade Imobiliária, Lda" à Empresa "Lexivarius, S.A." (30/06/2015)	212.592
Redução de Provisões do exercício	416.088
	628.680

3.20 Passivos por impostos correntes

Nota 20

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	142.392	0
	142.392	0

3.21 Outros passivos

Nota 21

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores	140.436	343.428
Fornecedores bens em locação financeira	91.251	145.722
Credores por operações sobre valores mobiliários	569.389	722.858
Outros credores	257.327	253.873
Futuros	1.211.103	878.271
Recursos - conta caução	0	5.943.101
Outros recursos	5.742.856	8.083.124
IVA a pagar	0	23.026
Retenções na fonte e outros valores a pagar ao Estado	440.491	335.000

Contribuições para a Segurança Social	67.642	59.185
Contribuições para outros sistemas de saúde	4.351	4.263
Cobrança por conta de terceiros	809	797
	8.525.656	16.792.647
Responsabilidades com pensões e outros benefícios	3.380.684	3.285.103
Encargos a pagar		
<i>Remunerações a pagar ao pessoal</i>	467.664	429.601
<i>Outros encargos a pagar</i>	214.036	91.043
	681.700	520.643
Outras receitas com rendimento diferido	6.161	4.246
Operações a regularizar	712.331	3.046.338
	13.306.532	23.648.978

Na rubrica de “Outros Recursos”, o valor reportado refere-se aos saldos financeiros de clientes resultantes quer de operações sobre derivados, quer dos aplicados em liquidez nos contratos de gestão de carteiras.

Em “Outras operações a regularizar” encontram-se registadas operações de venda de títulos realizadas no final do período, a aguardar liquidação no exercício seguinte.

3.22 Capital

Nota 22

O anexo da “Demonstração da variação nos capitais Próprios” apresenta uma variação negativa face a 2014 no montante de €3.431.064 em resultado da variação das Reservas de reavaliação das carteiras de títulos e outras reservas.

3.23 Margem financeira

Nota 23 e 24

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Juros e rendimentos similares de:		
<i>Juros de disponibilidades em bancos centrais</i>	640	1.609
<i>Juros de disponibilidades em outras inst. de crédito</i>	2.783	7.655
<i>Juros de aplicações em inst. de crédito</i>	617.553	944.642
<i>Juros de crédito a clientes</i>	3.641.653	2.183.538
<i>Juros de crédito vencido</i>	144.091	66.982
<i>Juros e rendimentos similares de outros ativos financeiros</i>	2.493.824	2.588.992
	6.900.543	5.793.418
Juros e encargos similares de:		
Recursos do Banco de Portugal	(12.743)	(119.340)
Recursos de outras instituições de crédito	(113.499)	(2.122)
Juros de credores e outros recursos		
<i>Juros de recursos de clientes</i>	(1.280.976)	(1.899.694)
<i>Juros de passivos de negociação</i>	(14.303)	(38.729)
<i>Outros juros e encargos similares</i>	(5.529)	(5.629)
	(1.427.050)	(2.065.514)
	5.473.493	3.727.904

A margem financeira aumentou significativamente em 2015, comparativamente com o período homólogo do ano anterior, em grande parte devido à diminuição nos juros pagos nos recursos captados, muito canalizados para a oferta de produtos indexados, em que os juros só são

determinados no vencimento e pelos juros das operações de crédito que, neste exercício, apresentaram um crescimento assinalável.

3.24 Rendimentos de instrumentos de capital

Nota 25

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Emitidos por residentes		
<i>Unidades de participação</i>	125.177	67.647
	125.177	67.647

Estes Resultados resultam da distribuição de rendimentos do fundo de investimentos Retail Properties, correspondente a 0,0184€ por unidade participação detida.

3.25 Rendimentos e encargos de e com serviços de comissões

Nota 26 e 27

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Rendimentos de serviços e comissões por:		
<i>Garantias e avales</i>	40.719	159.544
<i>Depósito e guarda de valores</i>	19.333	17.197
<i>Cobrança de valores</i>	111.476	68.475
<i>Administração de valores</i>	967.653	610.635
<i>Organismos de investimento coletivo</i>	140.010	78.574
<i>Outros serviços prestados</i>	2.128.615	717.462
<i>Operações realizadas por conta de terceiros</i>	2.423.641	3.154.972
<i>Outras comissões recebidas</i>	234.415	108.042
	6.065.862	4.914.900
Encargos com serviços e comissões por:		
<i>Depósito e guarda de valores</i>	(57.260)	(40.529)
<i>Administração de valores</i>	(96)	0
<i>Outros serviços bancários prestados por terceiros</i>	(27.619)	(19.381)
<i>Operações realizadas por terceiros</i>	(1.277.195)	(842.684)
<i>Outras comissões pagas</i>	(6.081)	(2.401)
	(1.368.251)	(904.995)
	4.697.611	4.009.905

Em termos líquidos, verificou-se um incremento ligeiro nesta componente da atividade com maior relevância nos rendimentos de serviços e comissões (+23%) em resultado de um incremento da atividade de custódia, administração de valores e depositário de organismos de investimento coletivo, bem como na prestação de serviços de assessoria financeira. Na vertente dos encargos com serviços e comissões observou-se uma maior incidência nas operações realizadas por terceiros, na sua grande maioria como suporte a operações associadas ao crédito e negócio institucional.

3.26 Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor
Nota 28

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Ganhos em:		
Ativos financeiros detidos para negociação		
<i>Títulos</i>	2.219.071	5.435.478
<i>Instrumentos derivados</i>	4.577.767	1.091.274
Passivos financeiros negociação (não instrum. derivados)	155.575	0
	6.952.413	6.526.752
Perdas em:		
Ativos financeiros detidos por Negociação		
<i>Títulos</i>	(2.341.817)	(6.096.763)
<i>Instrumentos derivados</i>	(7.312.128)	(3.530.012)
Perdas passivos financ. neg. (não deriv.)	(6.001)	0
	(9.659.946)	(9.626.775)
	(2.707.533)	(3.100.024)

O resultado negativo apurado em 2015 resulta de uma conjuntura negativa dos mercados de dívida de países emergentes em que um aumento da perceção do risco, provocou uma desvalorização dos títulos de dívida que compõem a maior parte da carteira, bem como da desvalorização do euro face ao dólar americano, que levou a perdas nos instrumentos derivados utilizados como cobertura para os ativos denominados nessa moeda. Essas perdas foram, no entanto, compensadas pelos resultados da reavaliação cambial (Nota 30) e nas reservas, conforme política anteriormente apresentada

3.27 Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda
Nota 29

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Ganhos em:		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Títulos		
Emitidos por residentes		
<i>Instrumentos de dívida</i>	165.460	1.204.593
<i>Instrumentos de capital</i>	0	376.127
<i>Outros</i>	251.541	30.814
Emitidos por não residentes		
<i>Instrumentos de dívida</i>	3.227	4.181.703
<i>Outros</i>	33.107	193
	453.334	5.793.429
Perdas em:		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Títulos		
Emitidos por residentes		
<i>Instrumentos de dívida</i>	(38.000)	(4.081)
<i>Instrumentos de capital</i>	(19)	0
Emitidos por não residentes		
<i>Instrumentos de dívida</i>	(70.012)	(142.891)
	(108.031)	(146.972)
	345.303	5.646.457

Segundo as normas aplicáveis, são nesta rubrica indicados os valores relativos ao desreconhecimento dos ativos financeiros normalmente por via da respetiva alienação. Tendo em consideração o prazo

normalmente mais alargado em que são efetuados os investimentos para esta carteira, a alienação de títulos resulta normalmente do aproveitamento de oportunidades particularmente favoráveis na respetiva alienação. Assim, foi possível apurar, em 2015 um resultado positivo, embora que substancialmente mais reduzido que em 2014, resultante da diferença entre os valores de alienação e aquisição dos respetivos títulos, muito por via da diminuição da taxa de juro nos mercados de dívida.

3.28 Resultados de reavaliação cambial

Nota 30

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:		
	31/12/2015	31/12/2014
Ganhos em:		
Diferenças cambiais		
<i>Outros itens em moeda estrangeira - divisas</i>	5.774.227	2.983.173
Perdas em:		
Diferenças cambiais		
<i>Outros itens em moeda estrangeira - divisas</i>	(3.303.617)	(488.975)
	2.470.609	2.494.198

Resultados apurados em grande parte devido à variação cambial dos USD face ao EUR, moeda em que o Banco manifestou, em cada um dos exercícios, uma maior exposição. Os valores de 2014 são reexpressos por força da aplicação do parágrafo 42 da IAS 8 em consequência da alteração de critério contabilístico que considerava os instrumentos de dívida classificados como ativos disponíveis para venda como itens não monetários, sendo as variações cambiais associadas reconhecidas em outro rendimento integral.

3.29 Resultados de alienação de outros ativos

Nota 31

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:		
	31/12/2015	31/12/2014
Ganhos em:		
<i>Ganhos na alienação de créditos a clientes</i>	386.057	950.000
<i>Ativos não financeiros</i>	15.802	15.759
	401.859	965.759

Em 2014, com a aquisição e cessão simultânea de um crédito vencido, obteve-se um ganho de €950.000. Situação similar verificada em 2015.

3.30 Outros resultados de exploração

Nota 32

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:		
	31/12/2015	31/12/2014
Ganhos em:		
<i>Outros rendimentos e receitas operacionais</i>	242.044	208.769
Perdas em:		
<i>Outros impostos</i>	(172.972)	(155.778)
<i>Quotizações e donativos</i>	(90.948)	(63.713)
<i>Contribuições para FGD</i>	(4.000)	(17.500)
<i>Contrib. p/ sist. de indem. aos investidores</i>	(2.000)	(2.500)
<i>Falhas na gest. e exec. de procedimentos</i>	0	(34.651)

<i>Falhas de sistemas informáticos ou telecomunicações</i>	(7.122)	(201)
<i>Outros ativos tangíveis</i>	0	(426)
<i>Outros encargos e gastos operacionais</i>	(133.860)	(72.143)
	(410.902)	(346.912)
	(168.857)	(138.143)

3.31 Custos com o pessoal

Nota 33

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Remunerações		
<i>Dos órgãos de gestão e fiscalização</i>	(425.761)	(408.002)
<i>De empregados</i>	(2.363.295)	(2.170.790)
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	(687.580)	(617.859)
Outros encargos sociais obrigatórios		
<i>Fundo de pensões</i>	(101.247)	(75.478)
<i>Seguros de acidentes de trabalho</i>	(13.380)	(11.548)
Outros custos com o pessoal	(153.395)	(146.648)
	(3.744.658)	(3.430.326)

Em dezembro de 2015, o Banco contava com 77 colaboradores em Portugal e dois em Espanha, num total de 79.

Distribuição por Categoria Profissional	31/12/2015	31/12/2014
<i>Administração</i>	5	5
<i>Direção</i>	16	15
<i>Técnicos</i>	16	14
<i>Administrativos</i>	14	14
<i>Comerciais/operacionais</i>	19	19
<i>Outros</i>	9	8
	79	75

Responsabilidades por Pensões de Reforma e Sobrevivência

O Banco Carregosa disponibiliza um Plano de Pensões aos trabalhadores que à data de 31 de dezembro de 2010 não estavam integrados no Sistema Nacional de Pensões, correspondentes a cerca de um terço do quadro de pessoal do Banco Carregosa.

O Plano de Pensões do Banco Carregosa é um plano de benefício definido, segue o estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário (ACT) e está sujeito às exigências estabelecidas pelo Banco de Portugal. A formação do valor das prestações depende do número de anos de serviço do trabalhador e das tabelas salariais estipuladas pelo ACTV.

Os benefícios garantidos aos participantes do Plano de Pensões do Banco Carregosa:

- Pensões de reforma por velhice ou invalidez presumível;

- Pensões por sobrevivência diferida;
- Pensões por sobrevivência imediata;
- Encargos pós reforma com SAMS;
- Subsídio por Morte.

As responsabilidades por serviços passados dos trabalhadores abrangidos são determinadas anualmente e consideram a data de admissão no Banco Carregosa e não a data de admissão no setor bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afeta ao período entre a data de admissão no setor bancário e a data de admissão na Sociedade será imputável às anteriores entidades empregadoras, salvo se, estas últimas, tiverem procedido à transferência do montante relativo à quota-parte da sua responsabilidade.

Os benefícios referentes a pensões de invalidez e sobrevivência imediata encontram-se cobertos através de uma apólice de seguro de vida.

Adicionalmente, o Banco tem ainda responsabilidades e encargos com a assistência médica dos seus trabalhadores. Os trabalhadores que, à data de 31 de dezembro de 2010, estavam integrados na CAFEB têm como benefício de proteção na saúde os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) dos respetivos sindicatos. Os restantes trabalhadores beneficiam de um Seguro de Saúde MULTICARE com condições aproximadas aos serviços de assistência médica dos SAMS

As responsabilidades por Pensões de Reforma e Sobrevivência e os respetivos custos decorrentes do Plano de Pensões do Banco foram elaborados através de uma avaliação atuarial realizada por um atuário da firma CFPO Consulting – Soluções atuariais e Financeiras, Lda., sendo a entidade gestora a BANIF AÇOR PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

O Plano de Pensões do Banco é um plano de benefício definido e segue o estabelecido no *ACTV - Acordo Coletivo de Trabalho Vertical do Setor Bancário*. A 31 de dezembro de 2015, o Plano de Pensões do Banco Carregosa contava com 17 ativos, 47 com direitos adquiridos e cinco pensionista.

Do Decreto-Lei nº1-A/2011, de 3 de janeiro resultaram alterações na metodologia de cálculo de responsabilidades dos fundos de pensões. A partir da data de transição dos trabalhadores bancários inscritos na CAFEB para o Regime Geral da Segurança Social a 31 de dezembro de 2010, o fundo deixa de ser responsável pela totalidade da pensão ACT sendo que, a partir dessa data, considera-se apenas a pensão complementar que resulta da diferença entre a pensão ACT e a pensão da Segurança Social.

De acordo com o método utilizado nesta avaliação, o Valor Atual das Responsabilidades com os Serviços Passados em 31 de dezembro de 2015 corresponde a €3.380.683,98, sendo que, deste montante, €571.316,97 correspondem ao Valor Atual das Pensões em Pagamento. O valor do fundo à mesma data é de €3.247.540,34, o que significa uma cobertura de financiamento global de 96,06%.

Estando o financiamento do plano de pensões sujeito, em termos de financiamento mínimo, ao estabelecido pelo Banco de Portugal, ou seja, o financiamento integral das responsabilidades com pensões em pagamento e de direitos adquiridos em 95% as responsabilidades por serviços passados da população ativa, verifica-se que a mesmo dá cumprimento integral ao estabelecido, uma vez que em fevereiro de 2015, o Banco efetuou uma contribuição extraordinária no valor de €35.642,81 de modo a cobrir o mínimo exigido para o cenário de financiamento.

Face ao nível de financiamento observado em 2015, foram efetuadas contribuições em 2016.

A contribuição recomendada para 2016 é de €79.958,68 que representa 20,96% da massa salarial coberta pelo fundo prevista para 2016. O respetivo relatório encontra-se disponível na Sede da Instituição, para consulta.

3.32 Gastos gerais administrativos

Nota 34

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Com fornecimentos:		
Água, energia e combustíveis	(198.789)	(175.417)
Material de consumo corrente	(5.655)	(5.596)
Publicações	(7.480)	(7.342)
Material de higiene e limpeza	(11.421)	(16.955)
Outros fornecimentos de terceiros	(194.165)	(144.212)
	(417.511)	(349.521)
Com Serviços:		
Rendas e alugueres	(314.984)	(315.097)
Comunicações	(277.472)	(294.650)
Deslocações, estadas e representação	(310.553)	(268.442)
Publicidade e edição de publicações	(510.827)	(822.271)
Conservação e reparação	(140.235)	(185.883)
Seguros	(46.591)	(43.155)
Serviços especializados		
Avenças e honorários	(460.240)	(59.029)
Judiciais, contencioso e notariado	(18.082)	(9.504)
Informática	(784.756)	(701.431)
Segurança e vigilância	(17.327)	(10.027)
Limpeza	(648)	(2.530)
Informações	(449.144)	(340.872)
Bancos de dados	(52.012)	(45.357)
Mão de obra eventual	0	(225)
Outros serviços especializados		
Estudos e consultas	(848)	(62.073)
Consultores e auditores externos	(600.526)	(533.093)
Outros serviços de terceiros		
Assessoria, comunicação e imagem	(42.087)	(57.164)
Banco de Portugal - serviço Bpnet	(2.898)	(2.769)
Serviços de condomínio	(7.060)	(7.437)
Outros	(9.904)	(19.444)
	(4.046.192)	(3.780.453)
	(4.463.702)	(4.129.974)

Consultores e Auditores externos

Em cumprimento da alínea b) do n.º 1 do art.º 66-A do capítulo VI do C.S.C., foram registados os seguintes honorários com a SROC, não se verificando qualquer outro tipo de prestação de serviços:

Revisor Oficial de Contas

Revisão Legal de Contas	4.350
Serviços de Garantia e Fiabilidade	11.800
	16.150

3.33 Amortizações do exercício
Nota 35

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativos tangíveis		
<i>De imóveis</i>	(8.188)	(8.188)
<i>De equipamento</i>	(394.011)	(334.814)
<i>De ativos em locação financeira</i>	(5.529)	(5.529)
	(407.727)	(348.530)
Ativos intangíveis	(165.430)	(198.790)
	(573.157)	(547.320)

Conforme referido na Nota 9, os movimentos e saldos das rubricas de “outros ativos tangíveis” e “ativos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade, são apresentados no Anexo IV.

3.34 Provisões líquidas de anulações
Nota 36

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Ganhos em:		
<i>Provisões para riscos gerais de crédito</i>	416.088	207.252
<i>Outras provisões</i>	0	500.000
Perdas em:		
<i>Provisões para riscos gerais de crédito</i>	(581.757)	(535.616)
	(165.669)	171.636

3.35 Correções de valores associados ao crédito a clientes
Nota 37

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Ganhos em:		
<i>Para crédito vencido</i>	710.739	208.397
Perdas em:		
<i>Para crédito vencido</i>	(761.114)	(244.378)
	(50.376)	(35.981)

3.36 Imparidade de outros ativos finan. líq. de reversão e recuperação
Nota 38

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativos financeiros disponíveis para venda		
<i>Instrumentos de dívida</i>	(345.128)	(4.144.547)
<i>Instrumentos de capital</i>	(114.000)	(380.664)
	(459.128)	(4.525.211)

Imparidades calculadas sobre a exposição do Banco ao BES e ao Grupo GES e em 2015 sobre a participação na Pagaqui – Pagamentos e Carregamentos, S.A.

3.37 Imparidade de outros at. líquida de reversões e recuperações

Nota 39

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Invest. em filiais associadas e empreendimentos conjuntos	81.835	0
	81.835	0

3.38 Impostos

Nota 40 e 41

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Correntes	(281.719)	(166.639)
Diferidos	0	(13.841)
	(281.719)	(180.480)

Impacto dos registos no quadro e nota seguinte.

Impostos Correntes

A diferença entre os impostos calculados à taxa legal e os impostos calculados à taxa efetiva no exercício de 2014 e 2015 pode ser explicada como a seguir se demonstra:

	2015	2014 (*)	2014
1 Resultados antes de Impostos - Base NCA	1.099.136	212.430	212.430
2 Taxa legal de Imposto (IRC+Derrama)	22,50%	24,50%	24,50%
3 Carga Fiscal Normal (1x2)	247.306	52.045	52.045
4 Efeito fiscal de gastos que não são dedutíveis			
4.1 Provisões e perdas por imparidade não dedutíveis	431.662	380.664	916.280
4.2 Amortizações não aceites como custo	9.272	508	508
4.3 Donativos e Quotizações	6.000	9.525	9.525
4.4 IRC relativo a anos anteriores	-	-	-
4.5 Mais-valias fiscais	7.345	18.486	18.486
4.6 Multas, coimas e juros compensatórios	65.995	877	877
4.7 Correções relativas a exercícios anteriores	6.236	5.656	5.656
4.8 Correções impactos em NCA's	-	-	-
4.9 Aluguer de viaturas sem condutor e ajudas de custo	-	-	-
4.10 Despesas não devidamente documentadas e ofertas	112.848	138.869	138.869
4.11 Pensões de reforma	-	-	-
4.12 Insuficiência estimativa de imposto	-	-	-
4.13 Correções nos casos crédito de imposto e retenção na fonte	-	-	-
4.14 Fundo de pensões	-	-	75.478
4.15 Imparidade em filiais e associadas	-	-	-
4.16 Contribuição sobre o Setor Bancário	104.754	97.009	97.009

	744.112	651.595	1.262.689
5 Efeito fiscal de rendimentos que não são tributáveis			
5.1 Redução de provisões e imparidades tributáveis	(135.827)	(500.000)	(707.252)
5.2 Benefícios fiscais	(54.057)	(57.572)	(57.572)
5.3 Impacto NCA's	(6.702)	(9.523)	(9.523)
5.4 Mais-valias contabilísticas	(15.802)	(42.946)	(42.946)
5.5 Excesso estimativa de imposto	-	-	-
5.6 Correções relativas a exercícios anteriores	(72)	(5.378)	(5.378)
5.7 Menos-valias fiscais	-	-	-
5.8 Amortizações tributadas em períodos anteriores	(122.444)	(129.631)	(129.631)
5.9 Mais valias isentas tributação	(251.541)	(30.814)	-
5.10 Contribuições entregues ao Fundo de Pensões	(723.249)	-	-
	(1.309.693)	(775.864)	(952.301)
6 Variações patrimoniais	(5.568.384)	(2.593.785)	(2.984.456)
7 Lucro tributável (1+4+5+6)	(5.034.829)	(2.505.624)	(2.461.639)
8 Prejuízo fiscal reportável	(2.505.624)	-	-
9 Imposto (Coleta + Derrama)	-	-	-
10 Tributações autónomas	142.552	118.907	118.907
11 Imposto total (9+10)	142.552	118.907	118.907
12 Taxa efetiva (11/1)	9,90%	55,97%	55,97%

* Valor reexpresso em resultado da revisão ao Modelo 22 de 2014

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social).

Adicionalmente, de acordo com o artigo 63º do Código do IRC, a Autoridade Tributária e Aduaneira poderá efetuar as correções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações. No entanto, a Administração entende que as eventuais correções resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente por parte das autoridades fiscais não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Impostos Diferidos

Os impostos diferidos registados em 2014 no valor de €13.841 resultam do acerto dos Ativos por impostos diferidos IRC pela variação da taxa deste imposto.

Não se registaram impostos diferidos em 2015, uma vez que a taxa de imposto se manteve e as alterações ocorridas nos ativos por impostos diferidos foram por conta de reservas por impostos diferidos.

3.39 Contas Extrapatrimoniais
Nota 42

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	31/12/2015	31/12/2014
Compromissos perante Terceiros:		
Compromissos irrevogáveis		
<i>Responsabilidades potenciais para com o SII</i>	337.401	228.049
Compromissos revogáveis		
<i>Linhas de crédito</i>	13.574.988	18.030.602
<i>Facilidades de descoberto em conta</i>	860	1.448
	13.913.249	18.260.099
Responsabilidade por prestações de serviços:		
<i>De Depósito e guarda de valores</i>	401.343.248	343.810.941
<i>Valores administrativos pela Instituição</i>	115.230.551	92.896.472
<i>Outras</i>	0	0
	516.573.798	436.707.413
Serviços prestados por Terceiros:		
<i>Por depósito e guarda de valores</i>	303.307.036	318.449.861
<i>Por outros serviços</i>	0	0
	303.307.036	318.449.861
Operações cambiais e instrumentos derivados:		
<i>Operações cambiais a prazo - negociação</i>	250.000	38.930.937
<i>Futuros e opções a prazo - negociação</i>	24.966.927	65.495
<i>Opções - negociação</i>	172.642	73.220
	25.389.569	39.069.652
Garantias prestadas e outros serviços eventuais:		
<i>Garantias pessoais</i>	6.316.152	16.516.673
<i>Garantias reais</i>	180.000	20.650.000
	6.496.152	37.166.673
Garantias recebidas:		
<i>Garantias pessoais</i>	63.700.534	62.702.521
<i>Garantias reais</i>	180.781.226	78.145.278
	244.481.759	140.847.799
Outras rubricas extrapatrimoniais:		
<i>Créditos abatidos ao ativo</i>	1.340.261	1.340.261
<i>Juros vencidos</i>	21.421	13.915
<i>Contas diversas</i>	(1.111.523.246)	(991.855.674)
	(1.110.161.564)	(990.501.497)

4. Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o Banco é controlado pelos seguintes acionistas com participação superior a 2%:

31/12/2015
Composição Acionista:

	Nº ações	%	Direitos voto
Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva	58.649.733	29,32	58.649
Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves	37.768.937	18,88	37.768
Amorim Projectos, SGPS, SA	15.880.743	7,94	15.880
António José Paixão Pinto Marante	10.000.000	5,00	10.000
Groupe Norwich S.A.	9.999.990	5,00	9.999
Mauricio Zlatkin	9.999.000	5,00	9.999
Sophia Capital - Fundo de Capital de Risco	8.510.000	4,26	8.510
Imocarregosa-Gestão e Comercialização Imobiliária, S.A.	7.068.342	3,53	7.068
Ruasgest, SGPS, SA	4.764.223	2,38	4.764

31/12/2014
Composição Acionista:

	Nº ações	%	Direitos voto
Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva	58.649.733	29,32	58.649
Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves	37.768.937	18,88	37.768
Amorim Projectos, SGPS, SA	15.880.743	7,94	15.880
António José Paixão Pinto Marante	10.000.000	5,00	10.000
Mauricio Zlatkin	9.999.000	5,00	9.999
Maria Eugénia Dias Fernandes	9.494.561	4,75	9.494
Imocarregosa-Gestão e Comercialização Imobiliária, S.A.	8.068.342	4,03	8.068
Sara Cristina Moreira de Sá Peneda Pinho	5.000.000	2,50	5.000
Ruasgest, SGPS, SA	4.764.223	2,38	4.764

Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Banco, foi considerado de acordo com a IAS 24, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão do Banco. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração, encontram expressão na nota 33 deste anexo.

Transações e Saldos entre partes relacionadas

No final do exercício 2015, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

	Ativo		Passivo	
	Devedores Diversos	Recursos de clientes		Outros Fornecedores
		À Ordem	A prazo	
Participadas				
FII Retail Properties	0	5.615.179	0	0
CoolLink, Lda	308	2	0	66.909
	308	5.615.181	0	66.909

Transações e Saldos entre partes relacionadas

No final do exercício 2014, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

	Ativo		Passivo	
	Devedores Diversos	Recursos de clientes		Outros Fornecedores
		À Ordem	A prazo	
Participadas				
FII Retail Properties	0	63.215	2.500.000	0
CoolLink, Lda	308	2	0	46.888
	308	63.217	2.500.000	46.888

Transações e Saldos entre partes relacionadas

Durante o exercício de 2015, o Banco efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

	Juros depósitos a prazo	Comissões recebidas	Rendimentos Inst. Capital	Prestação serviços	Serviços obtidos
Participadas					
CoolLink, Lda				3.000	588.054
FII Retail Properties	4.292	42.219	125.177		
	4.292	42.219	125.177	3.000	588.054

Transações e Saldos entre partes relacionadas

Durante o exercício de 2014, o Banco efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

	Juros depósitos a prazo	Comissões recebidas	Rendimentos Inst. Capital	Prestação serviços	Serviços obtidos
Participadas					
CoolLink, Lda				3.000	541.538
FII Retail Properties	30.682	42.320	67.647		
	30.682	42.320	67.647	3.000	541.538



BANCO
CARREGOSA

INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO



ANEXOS – INFORMAÇÃO PRUDENCIAL

I - Informação Sobre Ativos Onerados e Não Onerados

Anexo a que se refere a instrução nº 28/2014 do Banco de Portugal

Modelo A - Ativos

		Quantia escriturada dos ativos onerados	Justo valor dos ativos onerados	Valor contabilístico dos ativos não onerados	Justo valor dos ativos não onerados
		010	040	060	090
010	Ativos	6.443.359		221.229.562	
030	Instrumentos de capital próprio	-	-	8.014.470	-
040	Títulos de dívida	198.688	198.688	35.786.701	35.786.701
120	Outros ativos	-		5.491.142	

Modelo B - Colateral recebido

		Valor justo do colateral recebido onerado ou de títulos de dívida própria emitidos	Valor justo do colateral recebido ou de títulos de dívida própria emitidos e oneráveis
		010	040
130	Colateral recebido	-	-
150	Instrumentos de capital próprio	-	-
160	Títulos de dívida	-	-
230	Outro colateral recebido	-	-
240	Títulos de dívida próprios emitidos que não <i>covered bonds</i> próprias ou ABS	-	-

Modelo C - Ativos onerados, colateral recebido onerado e passivos associados

		Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados	Ativos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não <i>covered bonds</i> próprias ou ABS oneradas
		010	030
010	Quantia escriturada dos passivos financeiros selecionados	2.480.404	4.669.197

II – Informação sobre modelo de imparidades – Anexo V a que se refere a carta-circular 2/2014 do Banco de Portugal

a) Detalhe das exposições e imparidade constituída

a.1)

Segmento	Exposição a 31.12.2015					Imparidade a 31.12.2015		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade e Total	Crédito em cumprimento
Construção & CRE	35.655.212	35.228.934		3.600.000	426.278	89.580	132.807	108.849
Corporate	21.951.568	21.917.690			33.879		300.720	276.769
Individuais	25.953.932	25.946.249			7.683		132.151	124.468
N/Contratualizado	142.216	11.322			130.894		130.793	451
Valores mobiliários	11.537.053	11.537.053					8.478	8.478
Total	95.239.981	94.641.247		3.600.000	598.734	89.580	682.102	496.168

a.2)

a.2)	Da Exposição Total a 31.12.2015						Da Imparidade Total a 31.12.2015				
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento		
	Dias de atraso < 30										
Segmento	Exposição Total 31.12.2015	Sem indícios	Com indícios	Sub-total	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90 dias	Imparidad e Total	Dias de atraso < 30	Dias de atraso entre 30-90	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90
Construção & CRE	35.655.212	35.216.045		35.216.045		426.278	132.807	108.649	200		23.958
Corporate	21.951.568	21.917.690		21.917.690		33.879	277.872	253.921	0		23.951
Individuais	25.953.932	25.946.249		25.946.249		7.683	132.151	124.468	0		7.683
N/Contratualizado	142.216	7.175		7.175		130.894	130.793	110	341		130.342
Valores mobiliários	11.537.053	11.537.053		11.537.053			8.478	8.478	0		
Total	95.239.981	94.624.211		94.624.211		598.734	682.102	495.627	541		185.934

* Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, designadamente a falência, liquidação do devedor, entre outros.

b) Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção

Ano de produção	Corporate			Construção e CRE		
	Nº de Operações	Montante	Imparidade constituída	Nº de Operações	Montante	Imparidade constituída
2004 e anteriores						
2005						
2006						
2007						
2008						
2009						
2010						
2011	2	935.028	2.424			
2012	1	200.000	500			
2013	5	2.974.508	28.353	4	2.050.000	59.228
Total	8	4.109.536	31.277	4	2.050.000	59.228

c) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento, setor, geografia

C.1) Por segmento

31.12.2015	Construção & CRE		Corporate		Individuais		N/Contratualizado		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação										
Individual	29.030.892	84.316	16.497.391	58.370	18.010.029	109.158	84.176	84.176	70.122.488	340.345
Coletiva	6.624.320	48.492	5.454.177	219.503	7.943.903	22.993	58.040	46.617	25.117.493	341.757
Total	35.655.212	132.807	21.951.568	277.873	25.953.932	132.151	142.216	130.793	95.239.981	682.102

C.2) Por setor de atividade

	Atividades auxiliares de serviços financeiros e dos seguros		Atividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão		Atividades de saúde humana		Atividades de serviços financeiros, exceto seguros e fundos de pensões		Atividades desportivas, de diversão e recreativas		Atividades financeiras e de seguros	
31.12.2015	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação Individual					1 008 918	5 929	2 150 000	8 922				
Coletiva	1 000 000	204 584	300 000	652	2 100 000	5 955	4 621 731	4 280	166 765	834	500 000	
Total	1 000 000	204 584	300 000	652	3 108 918	11 884	6 771 731	13 202	166 765	834	500 000	

	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca		Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos		Comércio por grosso (inclui agentes), exceto de veículos automóveis e motociclos		Consultoria e programação informática e atividades relacionadas		Educação	
31.12.2015	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação Individual			2 800 423	20 480			38 049	23 038		
Coletiva	170 000	119			1 007 003	5 000			414 704	1 037
Total	170 000	119	2 800 423	20 480	1 007 003	5 000	38 049	23 038	414 704	1 037

	Não aplicável		Outras atividades de serviços		Restauração e similares		Construção & CRE		Total	
31.12.2015	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação Individual	24 594 205	197 660	10 500 000				29 030 892	84 316	70 122 488	340 345
Coletiva	8 201 940	69 702			11 031	1 103	6 624 320	48 492	25 117 493	341 757
Total	32 796 145	267 362	10 500 000		11 031	1 103	35 655 212	132 807	95 239 981	682 102

C.2) Por geografia

31.12.2015	Portugal		Espanha		Brasil		Hong-Kong		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação										
Individual	70.122.488	340.345							70.122.488	340.345
Coletiva	19.148.283	99.956	1.000.000	204.584	132.157	33.157	4.337.053	4.061	25.117.493	341.757
Total	89.270.771	440.301	1.000.000	204.584	132.157	33.157	4.337.053	4.061	95.239.981	682.102

d) Detalhe da carteira de reestruturados por medida de reestruturação aplicada

	2015								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Nº de operações	Exposição	Imparidade	Nº de operações	Exposição	Imparidade	Nº de operações	Exposição	Imparidade
Medida									
Extensão de prazo	1	3.600.000	9.000	1	89.580	8.958	1	89.580	17.958
Período de carência									
Redução da taxa									

e) Movimentos de entrada e saídas na carteira de crédito reestruturado:

	31.12.2015
Saldo inicial na carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	3.600.000
Créditos reestruturados no período	0
Juros corridos na carteira reestruturada	89.580
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	0
Créditos reclassificados de "reestruturado" para "normal"	0
Outros	0
Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	3.689.580

f) Detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de Crédito dos segmento Corporate, Construção e CRE e Habitação

31.12.2015	Construção & CRE				Corporate			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais*		Imóveis		Outros Colaterais Reais	
Justo valor	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
< 0,5M€	31	6.475.130	2	496.865	28	3.101.004	4	706.093
>=0,5M€ e <1M€	17	12.174.000	1	872.025	6	4.250.000	1	881.250
>= 1M€ e <5M€	7	14.855.000	1	1.435.967	3	5.060.000	1	1.650.000
>=5M e <10M€	2	17.232.000					2	12.000.000
>=10M e <20M€	1	11.700.000	1	10.576.250				
>=20M e <50M€								
>=50M								
Total	58	62.436.130	5	13.381.107	37	12.411.004	8	15.237.343

*Exemplo: Ações, obrigações, depósitos, bens materiais

g) Rácio LTV dos segmentos

Segmento/Rácio	Nº de Imóveis	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade
Individuais				
Sem colateral associado		29 014	7 683	7 799
<60%		13 844 429	0	15 885
>=60% e <80%		2 859 147	0	46 636
>=80% e <100%		6 572 326	0	23 157
>=100%		2 641 333	0	38 675
Valores Mobiliários				
Sem colateral associado		4 837 053	0	4 061
<60%		4 025 000	0	2 930
>=60% e <80%		2 675 000	0	1 488
>=80% e <100%		0	0	0
>=100%		0	0	0
Corporate				
Sem colateral associado		1 007 000	33 879	27 191
<60%		4 542 950	0	12 677
>=60% e <80%		3 158 918	0	15 144
>=80% e <100%		10 681 966	0	1 024
>=100%		2 526 855	0	221 836
Construção & CRE				
Sem colateral associado		12 889	186 698	200
<60%		27 880 684	239 580	79 603
>=60% e <80%		1 502 708	0	6 007
>=80% e <100%		5 625 653	0	12 447
>=100%		207 000	0	34 551
N/Contratualizado				
Sem colateral associado		11 322	130 894	130 793
<60%		0	0	0
>=60% e <80%		0	0	0
>=80% e <100%		0	0	0
>=100%		0	0	0
Total		94 641 247	598 734	682 102

h) Detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação, por tipo de ativo e antiguidade

31.12.2015			
Ativo	Nº de Imóveis	Justo valor ativo	Valor contabilístico
Edifícios Construídos			
Habitação	1	85.000	85.000
Total	1	85.000	85.000

h.1) Informação adicional referente detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos como garantia, por tipo de ativo e antiguidade

31.12.2015			
Ativo	Nº de Imóveis	Justo valor ativo	Valor contabilístico
Terreno			
Urbano			
Rural	1	380.000	380.000
Edifícios em desenvolvimento			
Comerciais			
Habitação			
Outros			
Edifícios Construídos			
Comerciais	50	41.685.250	41.685.250
Habitação	74	53.089.380	53.089.380
Outros	2	410.000	410.000
Outros	1	1.000.000	1.000.000
Total	128	96.564.630	96.564.630

i) Distribuição da carteira de crédito por graus de risco internos

31.12.2015

	Grau Baixo			Grau Médio			Grau Elevado			Total
Segmento	1	2	3	5-6	7	8	9-10	11	12	
Construção & CRE			7.500.000	2.458.107	14.981.305	5.345.911	5.225.000		144.889	35.655.212
Corporate	7.000			1.554.678	2.008.918	5.831.892	11.500.000		1.049.080	21.951.568
Individuais			3.000.000	4.544.886	16.381.255		50.000	1.828.774	149.017	25.953.932
N/Contratualizado				0					142.216	142.216
Valores mobiliários				11.537.053						11.537.053
Total	7.000	0	10.500.000	20.094.723	33.371.478	11.177.803	16.775.000	1.828.774	1.485.202	95.239.981

j) Divulgação dos parâmetros de risco associados ao modelo de imparidade por segmento

	2015			
	Imparidade			
	PD (%)			
Segmentos	< 30 dias sem indícios	< 30 dias com indícios	Entre 30-90 dias	LGD (%)
Construção & CRE	2%		100%	6%
Corporate	5%		0%	71%
Individuais	2%		0%	100%
N/Contratualizado	25%		25%	100%
Valores mobiliários	1%		0%	0%

Porto, 4 de maio de 2016

O Contabilista Certificado

Pedro Baldaque Silva

O Conselho de Administração

Presidente: Maria Cândida Cadeco Rocha e Silva

Jorge Manuel Conceição Freitas Gonçalves

Pedro José Malheiro Duarte

António José Paixão Pinto Marante

Francisco Miguel Melhorado de Oliveira
Fernandes

Paulo Martins de Sena Esteves

Paulo Armando Morais Mendes



BANCO
CARREGOSA

INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO



BANCO
CARREGOSA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS (INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS)



BANCO
CARREGOSA

INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **Banco L. J. Carregosa, S. A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 228.224.913 Euros e um total de capital próprio de 30.530.931 Euros, incluindo um resultado líquido de 817.417 Euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações dos capitais próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em

Marques da Cunha, Arlindo Duarte
& Associados, SROC, Lda.
Cont. 502 152 567

Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO - PORTUGAL
Telef. 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@mcunha.pt

Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-772 PONTA DELGADA • Telef. 296 652 257 • Fax 296 288 476

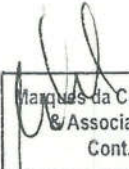
- juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do **Banco L. J. Carregosa, S. A.**, em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

ÊNFASES

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção, relativamente aos comparativos do exercício anterior, para as situações seguintes:
- 8.1 Conforme referido na nota 2.1 do anexo, a política contabilística de registo dos instrumentos de dívida detidos na carteira de ativos disponíveis para venda foi alterado, tendo sido reexpressos os respetivos comparativos de acordo com a IAS n.º 8.
- 8.2 As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para efeitos comparativos, cujo Relatório de Auditoria, com data de 4 de maio de 2015, expressa uma opinião com uma reserva que não é aplicável, pois o seu


Marques da Cunha, Arlindo Duarte
& Associados, SROC, Lda.
Cont. 502 152 567

Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO - PORTUGAL

Telef. 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@mcunha.pt

Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-772 PONTA DELGADA • Telef. 296 652 257 • Fax 296 288 476

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

efeito não é materialmente relevante para as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.



Marques da Cunha, Arlindo Duarte
& Associados, SROC, Lda.
Cont. 502 152 567

Porto, 6 de maio de 2016

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados – S.R.O.C., Lda., SROC n.º 52
representada por Dr. Joaquim Manuel Martins da Cunha, ROC n.º 859

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Banco L. J. Carregosa, S. A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 227.672.920 Euros e um total de capital próprio de 30.683.410 Euros, o qual inclui interesses que não controlam de 88.640 Euros, e um resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco de 813.073 Euros), a Demonstração dos resultados consolidados, a Demonstração consolidada do rendimento integral, a Demonstração das alterações dos capitais próprios consolidados e a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo consolidado. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas pela União Europeia.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança

Marques da Cunha, Arlindo Duarte
& Associados, SROC, Lda.
Cont. 502 152 567

Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO - PORTUGAL
Telef. 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@mcunha.pt

Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-772 PONTA DELGADA • Telef. 296 652 257 • Fax 296 288 476

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

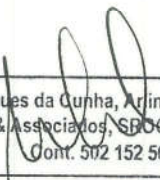
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Banco L. J. Carregosa, S. A.**, em 31 de dezembro de 2015, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas pela União Europeia.


Marques da Cunha, Arlindo Duarte
& Associados, SROC, Lda.
Cont. 502 152 567

Sede: Rua Júlio de Brito, 108 • Foz do Douro • Apartado 10.071 • 4151-901 PORTO - PORTUGAL

Telef. 226 101 842 • Fax 226 101 836 • Email: geral@mcunha.pt

Delegação Açores: Rua Bento José Morais, 45 • 9500-772 PONTA DELGADA • Telef. 296 652 257 • Fax 296 288 476

SROC n.º 52 • Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o n.º 4.738 • Capital Social: 27.500 euros • Contribuinte N.º 502 152 567

ÊNFASES

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção, relativamente aos comparativos do exercício anterior, para as situações seguintes:
- 8.1 Conforme referido na nota 2.1 do anexo, a política contabilística de registo dos instrumentos de dívida detidos na carteira de ativos disponíveis para venda foi alterado, tendo sido reexpressos os respetivos comparativos de acordo com a IAS n.º 8.
- 8.2 As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para efeitos comparativos, cujo Relatório de Auditoria, com data de 4 de maio de 2015, expressa uma opinião com uma reserva que não é aplicável, pois o seu efeito não é materialmente relevante para as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.
- 8.3 O perímetro de consolidação foi alterado no corrente exercício como referido na nota 2.1 do anexo consolidado.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação consolidada constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.



Porto, 6 de maio de 2016

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados – S.R.O.C., Lda., SROC n.º 52
representada por Dr. Joaquim Manuel Martins da Cunha, ROC n.º 859



BANCO
CARREGOSA

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas

1. O Conselho Fiscal vem submeter a V.Exas. o seu relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas, do Banco e do Grupo, apresentados pelo Conselho de Administração do **Banco L.J.Carregosa, S.A.**, referentes ao exercício de 2015, dando, assim, cumprimento às disposições legais - alínea g) do nº1 do artigo 420º e artigo 508º-D do Código das Sociedades Comerciais - e estatutárias.
2. O Conselho, ao longo do ano, realizou os contactos necessários com diversas Direcções do Banco, obtendo informações sobre os mais relevantes aspectos da actividade desenvolvida, bem como acompanhando a evolução de diversos assuntos em análise.
3. Foram efectuadas as verificações julgadas oportunas e adequadas.

Foi analisado o processo de preparação das contas consolidadas.

Sempre se obtiveram, quer do Conselho de Administração, quer dos serviços do Banco, todos os esclarecimentos solicitados.
4. Não se tomou conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.
5. Ao longo do exercício, teve este Conselho a oportunidade de constatar o profissionalismo, a dedicação e o forte empenhamento do Conselho de Administração, Comissão Executiva e demais Colaboradores do Banco e do Grupo.

6. Tudo considerado, incluindo o teor das certificações legais das contas, que nos foram presentes e com as quais concordamos, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual:
- a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração e as Contas, quer as referentes ao Banco, quer as referentes ao Grupo, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.
 - b) Aprove a proposta de aplicação de resultados apresentada no Relatório do Conselho de Administração.
 - c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização do **Banco L.J.Carregosa, S.A.**, nos termos do artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 6 de Maio de 2016

O Conselho Fiscal

Manuela da Graça Alves Carvalho
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



BANCO
CARREGOSA

EXTRATO DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS NA ASSEMBLEIA GERAL DE 30 DE MAIO DE 2016

CERTIFICO, à vista da Acta da Assembleia Geral Anual de Accionistas do “**Banco L. J. Carregosa, S.A.**”, realizada no dia **30 de Maio de 2016**, que se encontram tomadas as seguintes deliberações:

- 1) Foi aprovado por unanimidade o Relatório de Gestão e Contas e das Contas Consolidadas referentes ao exercício de 2015.
- 2) Foi aprovado por unanimidade que o resultado líquido positivo do exercício, no valor de **€ 817 417,09** (oitocentos e dezassete mil, quatrocentos e dezassete euros e nove cêntimos) tenha a seguinte aplicação:
 - Para Reforço da Reserva Legal: € 81 741,71
 - Para Reservas Livres: € 735 675,38
- 3) Foi aprovado por unanimidade um voto de louvor ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal da Sociedade, extensivo a todos e cada um dos seus membros em exercício de funções dos referidos órgãos, relativamente ao exercício de 2015.
- 4) Foi aprovada por unanimidade a eleição do Exmº Senhor Dr. João Pedro Portugal da Cunha como Membro do Conselho de Administração, até ao termo do mandato em curso 2015-2017.
- 5) Foi aprovada por unanimidade a proposta de alteração do artigo 17.º n.º 1 e 2 e do artigo 21.º alínea a) do Pacto Social que passam a ter a seguinte redacção:

Artigo 17º

Composição e mandato do Conselho

1. O Conselho de Administração é composto por um mínimo de sete e máximo de quinze membros, sendo um Presidente e outro Vice-Presidente.
2. Cabe ao Presidente, e, na sua ausência, ao Vice-Presidente, coordenar as actividades do Conselho, dirigindo as respectivas reuniões e velando pela execução das suas deliberações.

Artigo 21º

Vinculação da sociedade

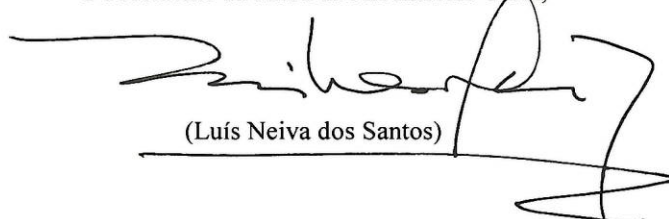
A sociedade fica obrigada pelas assinaturas:

- a) Do Presidente ou do Vice-Presidente do Conselho de Administração juntamente com um Administrador ou um procurador dentro dos limites da procuração a este conferida;
- b) mantém redacção;
- c) mantém redacção;
- d) mantém redacção;

- 6) Foi aprovada por unanimidade a proposta de alienação e aquisição de acções próprias, nos termos do disposto nos artigos 319.º e 320.º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 30 de Maio de 2016.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,



(Luís Neiva dos Santos)